

Petróleo, Royalties & Região

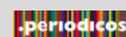
UcamCidades

Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XV, nº 58 - Dezembro / 2017

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade - Universidade Candido Mendes

APOIO

INDEXAÇÃO



ISSN 1980-6310

Editorial

Dinâmicas Econômicas, Urbanas e Sociais no Território

Artigos

O circuito espacial de produção do petróleo e a rede hoteleira de Macaé/RJ: reflexões sobre a especialização territorial

PÁGS. - 3 a 10

Os times de usina de Campos dos Goytacazes (1917-1980)

PÁGS. - 25 a 31

Desastres ambientais e apropriação do espaço: a política urbana e as experiências com as inundações em Campos dos Goytacazes

PÁGS. - 11 a 18

Classe, Gênero e Raça - as trabalhadoras negras na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ

PÁGS. - 32 a 39

Camelódromos no Rio de Janeiro e em Campos dos Goytacazes: circulação de políticas e arranjos locais

PÁGS. - 19 a 24

Sobre mineração, sustentabilidade e alquimia: algumas reflexões sobre os paradoxos da mineração sustentável

PÁGS. - 40 a 44

Editorial

Dinâmicas Econômicas, Urbanas e Sociais no Território

Antenora Maria da Mata Siqueira - Editora Convidada
José Luis Vianna da Cruz - Editor do BPRR

Este Número Especial do BPRR é composto por seis artigos de professores, alguns em parcerias com mestrandos - do Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas, Universidade Federal Fluminense - PPGDAP, de Campos dos Goytacazes/RJ, criado em 2016.

Ele marca a consolidação do BPRR como um periódico voltado para o debate sobre o Desenvolvimento e Planejamento Urbano e Regional, após 14 anos da sua criação.

Criado no âmbito do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, da Universidade Candido Mendes - Campos/RJ (UCAM/Campos), em 2003, este periódico, como o próprio título indica, voltou-se inicialmente para a temática da Indústria Extrativa do Petróleo, no contexto da acentuada elevação, de forma concentrada, dos valores das compensações financeiras transferidas aos denominados municípios produtores da Região Norte Fluminense, então responsável por mais de 70% da produção nacional de petróleo.

Com o tempo, tornou-se um periódico qualificado pela CAPES, e afirmou sua vocação para as questões regionais e urbanas, às diversas escalas, acolhendo autores nacionais e estrangeiros.

Inicia com o artigo "O circuito espacial de produção de petróleo e a rede hoteleira de Macaé/RJ: reflexões sobre a especialização territorial". Trata dos impactos da dinâmica espacial da Indústria Extrativa do Petróleo sobre a rede hoteleira, nos diferentes circuitos da economia, do município de Macaé, que ocupa posição privilegiada no circuito espacial dessa atividade, como sede das instalações das empresas ligadas às operações offshore. A sazonalidade do trabalho nas plataformas, bem como as características da rede hoteleira nos respectivos circuitos, impõe dinâmicas e demandas diferenciadas, que requerem projetos de políticas urbanas distintas, particularmente na atual conjuntura de crise da indústria na região.

Em seguida, o artigo "Desastres ambientais e apropriação do espaço: a política urbana e as experiências com inundações em Campos dos Goytacazes/RJ", partindo da perspectiva de que os desastres ambientais são socialmente construídos, apresenta o resultado de um survey realizado junto aos moradores de uma localidade à margem de um rio que sofre com recorrentes inundações, afetando as moradias e provocando deslocamentos. A pesquisa capta a percepção dos moradores sobre as políticas urbanas de infraestrutura, com destaque para a habitação, e suas relações com as condições socioeconômicas dos moradores frente à ameaça permanente das inundações.

O artigo "Camelódromos no Rio de Janeiro e em Campos dos Goytacazes/RJ: circulação de políticas e arranjos locais" aponta as semelhanças e particularidades das intervenções no campo da ordem urbana no que diz respeito à política de implantação de camelódromos, em determinado momento, no Rio de Janeiro, e de que modo ela se difunde como solução de política urbana para a questão dos camelôs. Acompanha a difusão da capital para o interior do estado do Rio de Janeiro, no caso de Campos, e as mudanças sofridas nas conjunturas atravessadas por essa intervenção na cidade, recuperando semelhanças e distinções entre os arranjos locais nas duas cidades.

Em seguida, a sociabilidade gerada pela conformação espacial dos complexos industriais das Usinas de Açúcar em Campos dos Goytacazes, que mantinham "vilas" residenciais dos trabalhadores no entorno das unidades industriais, na área rural do município, é abordada no artigo "Os times de Usina de Campos dos Goytacazes/RJ ((1917-1980)", do ponto de vista dos times de futebol das Usinas de Açúcar, como parte da história social do futebol no município, grande produtor, até o fim da década de 1980. Uma breve história de seis times de usina é recuperada, evocando relações entre economia, território, sociedade e cultura.

Já o artigo "Classe, gênero e raça - as trabalhadoras negras na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ" vale-se da história do trabalho na economia açucareira de Campos para compreender a inserção marginal e segregada das mulheres negras no mercado de trabalho do município, até os dias atuais. Utilizando a história dessa força de trabalho na economia local, valendo-se de vários indicadores, analisa as relações entre classe, gênero e raça como fundamentais para se compreender sua inserção. Termina por abordar as transformações desse mercado de trabalho face às intervenções de dois Grandes Projetos na região como cenário para projetar as dificuldades de mudança nas condições atuais dessa inserção.

Finalmente, em "Sobre mineração, sustentabilidade e alquimia: algumas reflexões sobre os paradoxos da mineração sustentável", a autora aborda, mediante a análise das iniciativas sociais e ambientais nas páginas institucionais de empresas mineradoras que atuam no Estado do Rio de Janeiro, a "alquimia" que é operada no discurso dessas empresas quando utilizam o desenvolvimento sustentável como marco de referência para o setor, no esforço de apresentar como compatível a associação entre mineração em grande escala e desenvolvimento sustentável.

VESTIBULAR 2018
 INSCRIÇÕES ABERTAS

**SEM
 DÚVIDA.**
 a Candido é a melhor escolha!

O circuito espacial de produção do petróleo e a rede hoteleira de Macaé/RJ: reflexões sobre a especialização territorial

THE SPATIAL CIRCUIT OF OIL PRODUCTION AND THE HOSPITALITY INDUSTRY IN MACAÉ, RIO DE JANEIRO STATE: THOUGHTS ON TERRITORIAL SPECIALIZATION

Resumo:

A instalação de parte das etapas da produção do circuito espacial produtivo do petróleo trouxe transformações na economia e no espaço urbano da cidade de Macaé, cuja análise foi realizada neste artigo a partir dos equipamentos hoteleiros (rede de hotéis e pousadas) da cidade. A exploração do petróleo na Bacia de Campos, por ser *offshore*, demandou a expansão de equipamentos urbanos em Macaé para atender à dinâmica dos fluxos sazonais de trabalhadores das plataformas, sendo hoje a segunda cidade em movimentação de hóspedes no estado do Rio de Janeiro. Houve um forte aumento dos equipamentos de hospedagem de grandes redes de atuação global, de equipamentos de origem familiar e/ou de capital regional e de pequenas pousadas. Entretanto, a crise recente revela como esses distintos circuitos de hotéis foram afetados, e também expõe os dilemas de uma cidade que se especializou na atividade petrolífera, cujo comando em grande medida é externo ao lugar.

Palavras-chave: circuito espacial de produção; teoria dos dois circuitos; Macaé; petróleo.

Abstract:

The arrival of some production stages of the oil spatial circuit has brought transformations to the economy and the urban space of Macaé. This article analyses this process considering the hospitality industry (hotel chains and inns) in the city. Because oil exploration in the Campos Basin is *offshore*, it has demanded the expansion of urban infrastructure in Macaé in order to meet the demand from the seasonal flow of platform workers. It is nowadays the second busiest city in the state when it comes to guests. There has been a great increase in hospitality equipment from chains that work globally, from family-owned companies and/or from regional funds and from small inns. However, the economic crisis has revealed how these different circuits of hotels have been affected and it has also unveiled the dilemmas of a city that specialized itself in oil production activity, whose control is greatly assumed by others.

Keywords: spatial circuit of production; theory of the two circuits; Macaé; petroleum; oil.

Luiz Otávio de Moura Barbosa

Graduando da Universidade Federal Fluminense.
Bolsista de Iniciação Científica CNPq-PIBIC (2015-2017)
Grupo de Pesquisa Território e Cidades - TeCidades
luizdemb@gmail.com

Silvana Cristina da Silva

Doutora em Geografia - IG/Unicamp.
Professora da Universidade Federal Fluminense.
Coordenadora do Grupo de Pesquisa Território e Cidades - TeCidades
silvanasilva@id.uff.br

Introdução

As transformações da Região Norte Fluminense, especialmente no que tange às atividades petrolíferas, vêm sendo estudadas por diferentes pesquisadores, os quais destacam questões como os royalties e as participações especiais, geradores dos chamados municípios petrorrentistas e os municípios que abrigaram a produção em si, especialmente Macaé (PIQUET E SERRA, 2007; TERRA, 2010; CRUZ, 2003, 2012). Como desdobramentos do processo de instalação do circuito espacial de produção em Macaé, ocorreram transformações na economia urbana e no espaço urbano dessa cidade.

Nesse sentido, buscamos compreender esses processos a partir da análise da expansão dos equipamentos de hospedagem, como hotéis e pousadas, que acompanhou os investimentos da indústria petrolífera. Macaé tornou-se uma cidade com um espaço urbano pensado para atender às demandas da extração do petróleo. Trata-se da especialização territorial produtiva, que torna o território da cidade voltado para a produção especializada.

No entanto, a dinâmica produtiva especializada extrapolou o ramo petrolífero e teve outros desdobramentos, como a expansão da rede de hospedagem. Macaé é a segunda cidade

em movimentação de hóspedes no estado do Rio de Janeiro, ficando atrás apenas da capital¹. Isso é reflexo de trabalho sazonal da mão de obra petrolífera, que é constante durante a semana – principalmente de segunda a quinta – e mais intenso em alguns meses do ano – período de março a outubro.

Identificamos que a expansão da rede de equipamentos hoteleiros em Macaé encontra-se instalada, em sua maioria, nos bairros melhores servidos em serviços e em comércios, contribuindo para o processo de valorização desigual do espaço urbano e expressando uma face do processo de globalização, que captamos pela presença das materialidades do espaço intraurbano das grandes redes internacionais de hotéis.

Utilizamos como base de método da pesquisa a teoria dos dois circuitos da economia urbana de Santos (2008[1978]), a qual vem sendo renovada conforme estudos de Silveira (2009, 2013, 2015), Montenegro (2005, 2012, 2013) e Cataia e Silva (2013). Essa teoria consiste em propor uma abordagem teórica para o processo de urbanização dos países periféricos. Segundo a teoria, as cidades se organizam por meio de dois circuitos interligados de forma concorrencial, complementar, solidária ou por dominação.

O circuito superior é composto pelas corporações, bancos, grandes redes de comércio e serviços nacionais e internacionais, e caracterizam-se pelo capital intensivo, pela produção de novas tecnologias e pela organização rígida. Esse circuito possui a porção marginal, denominada circuito superior marginal, isto é, atividades que não mais acompanham o processo de modernização ou, em escala local ou regional, apresentam-se bastante poderosos na organização do espaço. Já o circuito inferior refere-se às atividades de pequena dimensão, com uso de trabalho intensivo; usam as novas tecnologias de informação, mas não as dominam, e caracterizam-se pela organização adaptável às necessidades de sobrevivência, em raras situações, adaptando-se à racionalidade do mercado.

As redes internacionais e nacionais de hotéis compõem o circuito superior; os grandes hotéis de empresários locais e familiares formam a porção marginal do circuito superior, o

circuito inferior caracteriza-se pelos equipamentos de pequeno porte, de propriedade e mão de obra familiar. Esses circuitos indicam o entrecruzamento de ordens e agentes que implicam na cidade. A especialização produtiva do petróleo de Macaé gerou uma rede de serviços e comércios também dependentes dessa atividade, daí a existência de uma *especialização territorial*², que se torna dramática porque o território torna-se vulnerável às conjunturas do mercado, especialmente no caso do circuito espacial de produção altamente globalizado como no caso do petróleo, em que as ordens são produzidas em países centrais e em cidades específicas, como Houston, nos Estados Unidos, conforme Silva (2015).

A análise e as reflexões foram organizadas neste artigo em duas partes: 1. O circuito espacial de produção do petróleo e a especialização territorial dos lugares; e 2. A rede hoteleira e a economia urbana de Macaé, além das reflexões expostas nas considerações finais.

1. O circuito espacial de produção do petróleo e a especialização territorial dos lugares

A incorporação do Norte Fluminense ao circuito espacial produtivo do petróleo trouxe transformações na economia urbana e no espaço urbano das cidades, especialmente em Campos dos Goytacazes e em Macaé. A base operacional da produção *offshore* localizou-se em Macaé (PIQUET, 2010), e Campos dos Goytacazes foi o município mais beneficiado pelas compensações financeiras ao longo do tempo. O circuito espacial de produção (BARRIOS, 1980; MORAES, 1984; SANTOS, 1986; SANTOS e SILVEIRA, 2001) não é apenas técnico e econômico, mas territorial pelos lugares fazerem parte da realização do circuito, não como palcos da produção ou externalidades, mas como elementos da produtividade, que são políticos, sociais e culturais.

Barrios (1980), a partir de Marx, propõe que o sistema de acumulação gerado pela produção entendida como a produção, a distribuição, a troca e o consumo é parte de um mesmo processo, de uma unidade – corresponde a um circuito espacial de produção, ou seja, às etapas em que a matéria-prima passa até se transformar em consumo final. Contudo, não se resumem em etapas técnicas. Tais etapas envolvem arranjos territoriais para a sua realização a partir das ações sociais que o estruturam. O território condiciona a produção petrolífera não apenas em relação à disponibilidade da natureza com as reservas de hidrocarbonetos, mas também em função das decisões políticas que materializam a produção e transformam os lugares. Cada ramo de atividade demanda particularidades em seu processo produtivo. O ramo do petróleo *onshore*, como exposto por Alves (2012), compõe-se da prospecção, da produção propriamente dita, da distribuição, da comercialização e do consumo, e produziram próteses no território, com desdobramentos na *vida de relações*, conforme verificado no Rio Grande do Norte³. Todas essas etapas necessitam de um território adaptado; ao mesmo tempo, os lugares se impõem à produção. Em alguns casos, tornam-se espe-

cializações funcionais dentro de uma divisão territorial do trabalho amplo.

O circuito espacial de produção do petróleo *offshore*, cuja concentração das atividades deu-se no estado do Rio de Janeiro, na Bacia de Campos, gerou especializações territoriais. Macaé tornou-se um lugar da produção, conectado com uma rede de fluxos e ordens globais e hierárquicas. As particularidades da extração *offshore* fizeram aumentar o número de hotéis e pousadas em Macaé, especialmente nos anos 2000. Dos 92 equipamentos da rede hoteleira em funcionamento atualmente (Mapa 1), apenas sete existiam na década de 1980. Nos anos de 1990, foram seis novos equipamentos instalados que perduraram; de 2000 a 2017, são 57 novos hotéis e pousadas⁴. Parte desse processo está relacionada ao fim do monopólio da Petrobras permitindo-se a entrada de grupos privados nacionais e estrangeiros no negócio do petróleo (FARIAS, 2010), parte em razão dos investimentos volumosos na própria Petrobras após 2003.

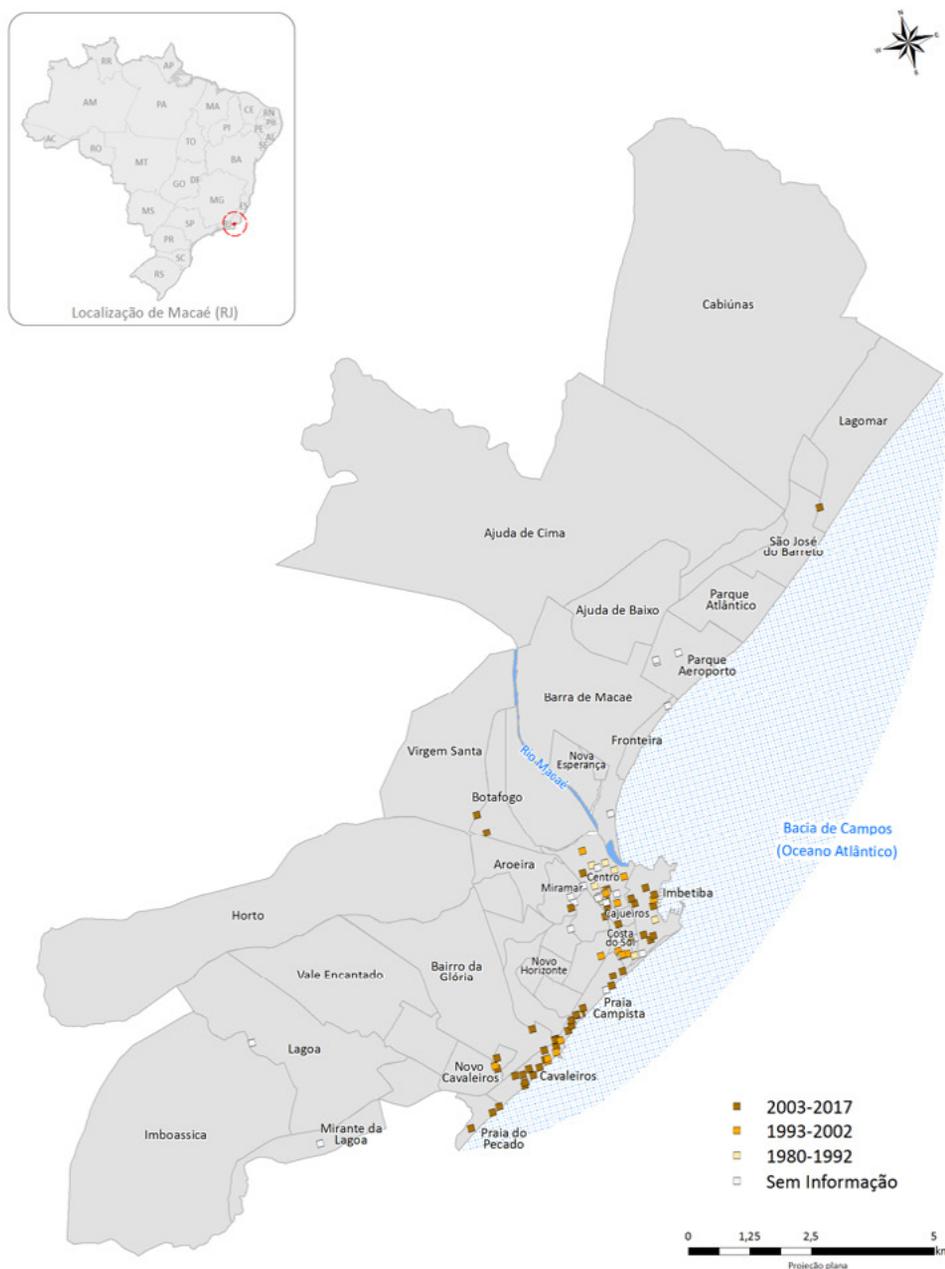
A extração de petróleo em mar depende da logística de embarque e desembarque dos trabalhadores. Entretanto, parte da força de trabalho das plataformas e sondas não mora em Macaé. Dessa forma, a rotina das escalas de trabalho dos não residentes em Macaé passa pela estadia em hotéis e pousadas. Além disso, em caso de problemas com condições atmosféricas ou de outra ordem, o embarque via aeroportos é adiado, assim, há necessidade de muitos leitos hoteleiros associados ao circuito espacial de produção petrolífero. As rotinas de manutenção das plataformas exigem trabalhos técnicos específicos, logo, há uma mão de obra que circula entre as bases de extração em mar, o que contribuiu para as demandas por mais leitos hoteleiros.

As materialidades do circuito espacial produtivo presentes em Macaé indicam o poder de organização das empresas no espaço intraurbano, como a própria localização

da sede da Petrobras, em Imbetiba; o Porto de Imbetiba; o Terminal de Cabiúnas; o Parque de Tubos; e o aeroporto, este último quase de uso exclusivo para o trânsito de trabalhadores das plataformas. Além da presença de corporações, como a Halliburton, Schlumberger, Baker Hughes, Weatherford, etc., junto a essas materialidades do ramo petrolífero, a rede hoteleira representa um desdobramento desta especialização petrolífera, a qual tem grande im-

pacto na especulação imobiliária e na organização do espaço urbano. Dessa forma, as disputas pelas melhores localizações na cidade colocam, lado a lado, grupos sociais vulneráveis e corporações globais. O espaço urbano de Macaé compõe e expressa essas transformações. Os hotéis, especialmente das grandes redes globais, ocuparam as áreas mais valorizadas, logo, contribuíram para reforçar o aprofundamento das desigualdades socioespaciais na cidade.

MAPA 1: MACAÉ (RJ) - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS, SEGUNDO O ANO DE INAUGURAÇÃO



Fonte: Pesquisa Direta

Base cartográfica: Prefeitura Municipal de Macaé / Portal de Dados GeoMacaé (2017)

Organização: Luiz Otávio de Moura e Silvana Cristina da Silva

Desenho: Rodolfo Finatti

É muito importante notar que, no decorrer das décadas, principalmente na década de 1970, o aval do poder público para a multiplicação de lotes e a extensão de bairros cresceu, o mercado imobiliário ampliou-se com a chegada da Petrobras e outras prestadoras de serviço, e, conseqüentemente, a rede hoteleira se desenvolveu dentro da lógica de especulação. Observamos a concentração dessa rede em bairros que, desde o início do crescimento da cidade, eram de classes média e alta. A concentração dos hotéis ocorreu em bairros ao sul, próximo às zonas costeiras e adjacentes ao Centro. Os equipamentos hoteleiros do circuito superior, em quase sua totalidade, são os que ocupam as áreas da Orla Sul e da Ocupação prioritária da cidade⁵, em bairros com os maiores preços do solo urbano⁶, como Imbetiba (R\$ 2.577,00 m²), Cavaleiros (R\$ 1.994,00 m²), e nos bairros que tiveram valorização no período recente, como Praia Campista (R\$ 694,00 m²), Riviera (R\$ 849,00 m²) e Bairro da Glória (R\$ 407,00 m²).

Recentemente, houve uma redução de aproximadamente 50% dos fluxos e das taxas de ocupações dos ho-

téis⁷, em que verificamos os desdobramentos da especialização territorial em Macaé. Assim como houve um período de expansão dos equipamentos de hospedagem, hoje há um problema, pois os fluxos e a ocupação desses hotéis e pousadas estão ligados, em sua maioria, aos trabalhadores *offshore*. Processo este que expõe as conseqüências geradas pela organização de um território especializado, que não se restringe apenas às atividades de extração em si, mas vai além dela. Os equipamentos de hospedagem foram necessários para a expansão da economia petrolífera instalada em Macaé e, ao mesmo tempo, vêm revelando a vulnerabilidade dessa economia urbana frente à crise político-econômica do País, com reduções de investimentos na Região.

Entretanto, é necessário analisar quais são esses hotéis, como eles se expandem e qual o impacto territorial da crise para os distintos circuitos da economia urbana.

2. A rede hoteleira e os circuitos da economia urbana em Macaé

A expansão da rede hoteleira em Macaé ocorreu devido às demandas do circuito espacial de produção do petróleo. Uma das etapas de sua produção envolve a hospedagem de funcionários técnicos especializados ou de manutenção (segurança, limpeza, alimentação), que se encaminham ao aeroporto e são transportados em helicópteros para embarcarem nas plataformas por uma quinzena ou um mês de trabalho. A sazonalidade de fluxos que Macaé recebe durante a semana é, em grande medida, de trabalhadores hospedados nos hotéis que irão, no dia seguinte (ou mais dias dependendo das condições atmosféricas), embarcar nas plataformas por meio de helicópteros. O tempo de estadia desses trabalhadores dura, em média, de um a três dias e isso faz com que, durante esses dias, os trabalhadores usufruam de alguns estabelecimentos comerciais e de serviços da cidade, como os restaurantes da Orla dos Cavaleiros.

Identificamos um circuito inferior da rede hoteleira em Macaé. Trata-se de casas e prédios comuns, construções antigas que foram, muitas vezes, adaptadas para tornarem-se hotéis e pousadas de proprietários locais, logo,

muitas das construções não chegaram à cidade depois de seu processo de crescimento com base na extração do petróleo, mas sim foram se transformando junto com o crescimento da cidade.

Por isso, é muito comum ver hotéis e pousadas do circuito inferior nas partes de formação mais antiga da cidade, como o Centro e Cajueiros, e também junto à rede do circuito superior nos bairros mais ao sul e litorâneos; porém, os equipamentos do circuito inferior, a estrutura de casas e os pequenos prédios são de baixa densidade de vagas para hospedagem comparativamente às grandes redes. São equipamentos que têm total necessidade dos fluxos mais locais do território, uma vez que não podem investir e sair desses lugares, pois não têm poder de se localizarem em outras partes da cidade, outras cidades, ou mesmo em outros países. Entretanto, tiveram um período de dinamismo em razão da alta demanda dos petroleiros e das atividades complementares desse circuito produtivo.

No Mapa 2, observamos a localização dos equipamentos da rede hoteleira⁸ segundo os circuitos da economia urbana. É importante notar o número reduzido desses

PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL E CLÍNICA

Objetivo

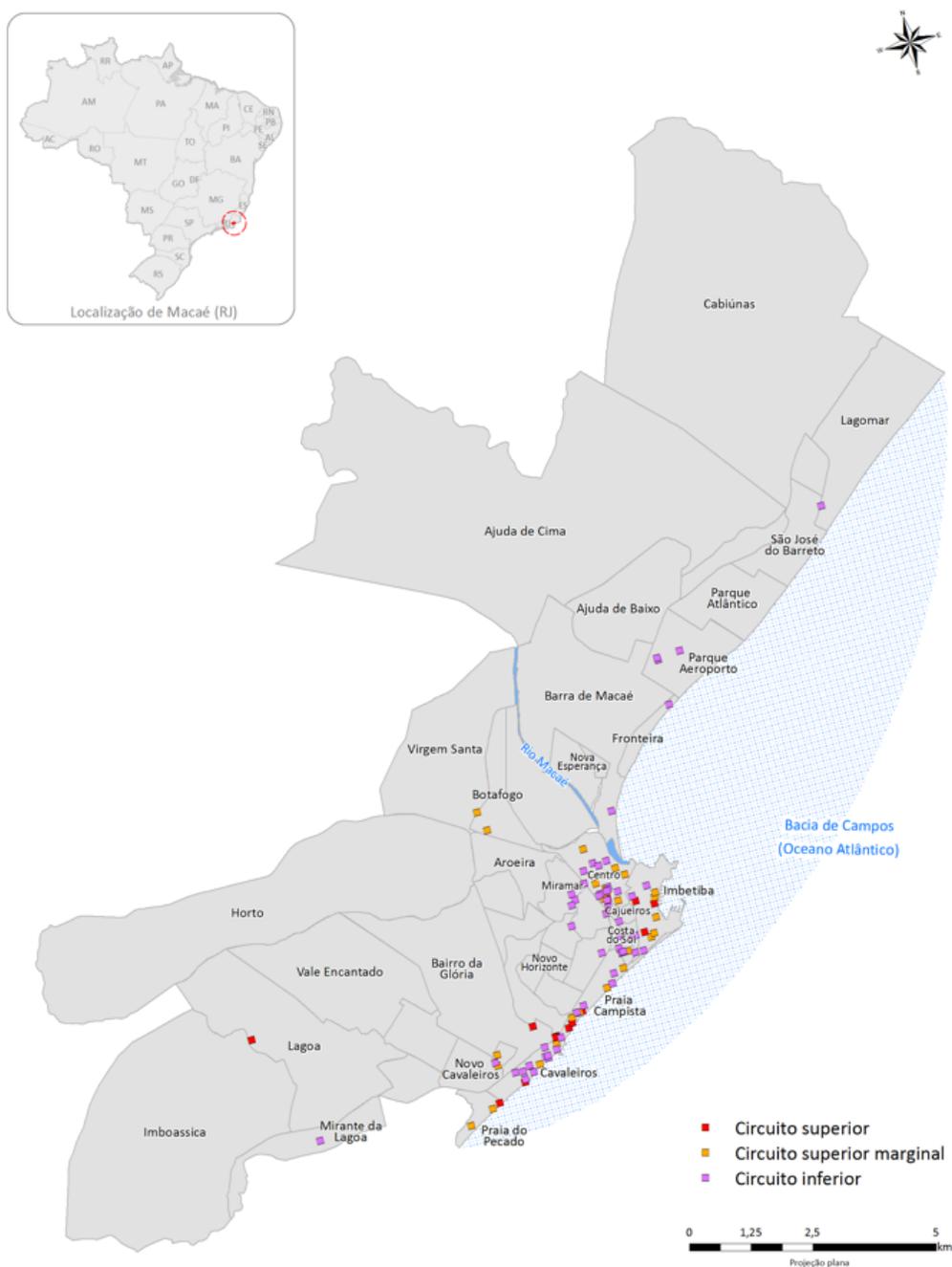
Capacitar os profissionais para o trabalho de intervenção psicopedagógica, oferecendo-lhes conhecimento para atuarem tanto na prevenção quanto no tratamento dos problemas de aprendizagem, em uma abordagem psicopedagógica Institucional e clínica, que considera o sujeito no seu meio escolar, sociocultural e familiar. O psicopedagogo estará apto a atuar em instituições escolares, clínicas especializadas, hospitais, empresas, ONGs, dentre outras.

equipamentos na área norte da cidade, especificamente nos Bairros São José do Barreto, Barra de Macaé e Parque Aeroporto. Os poucos que existem (6) são todos pertencentes ao circuito inferior. A respeito do critério de caracterização usado para delimitar a qual circuito o equipamento hoteleiro se encontrava, foi importante a visão de Santos (2008) para que alguns critérios fossem adotados.

O funcionamento do circuito superior está baseado

nas necessidades de uma produção com "capital intensivo" local ou externo à região. O consumo, ligado ao poder de compra, é seletivo, mas as firmas do circuito superior dispõem de meios de poder de compra, dispõem também de meios de publicidade suficientes para criar novos gostos e para atrair a clientela, ou seja, impõem a demanda. O circuito inferior, ao contrário, apoia-se no consumo de grupos sociais específicos, os quais não têm condições de

MAPA 2: MACAÉ (RJ) - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS, SEGUNDO OS DOIS CURCUTOS DA ECONOMIA URBANA



Fonte: Pesquisa Direta

Base cartográfica: Prefeitura Municipal de Macaé / Portal de Dados GeoMacaé (2017)

Organização: Luiz Otávio de Moura e Silvana Cristina da Silva

Desenho: Rodolfo Finatti

consumir no circuito superior, a não ser via endividamento pelo crédito.

Considerando ainda o circuito superior, os hotéis estão ligados ao capital internacional e nacional, buscam a produção intensiva de capital. No caso da rede hoteleira, essa produção intensiva é atingida ao fornecer o maior número de quartos e, conseqüentemente, o maior número de hospedagens.

Os hotéis não ligados a grupos internacionais ou nacionais com uma grande estrutura física foram identificados como a porção marginal do circuito superior. Na escala local e regional, têm certos poderes, entretanto, são dependentes das condições territoriais e de agentes locais, não podem, por exemplo, mudar para uma nova região, onde haja expansão da exploração do petróleo. No entanto, trata-se do circuito superior, pois tem estrutura física, poder de decisão e alcance territorial mais amplo do que o circuito inferior.

Outro fator determinante é o bairro; os hotéis do superior marginal encontram-se, normalmente, próximos aos do circuito superior, em bairros com a infraestrutura urbana consolidada e que possibilitam o intercâmbio entre os hotéis, pois se o hotel do circuito superior estiver com sua lotação máxima, os trabalhadores do petróleo, por determinações de seus superiores ou por indicação do próprio hotel do circuito superior, procuram os hotéis mais próximos com qualidade e serviços próximos aos do circuito superior. Outro fator de caracterização decorre do poder aquisitivo que o proprietário do hotel do superior marginal possui, pois teve condições financeiras para adquirir terra no bairro valorizado e edificar seu hotel ou readaptar uma grande construção mais antiga, ao contrário dos do circuito superior, onde seus donos são sociedades anônimas ou grupos empresariais. Os proprietários de hotéis do circuito superior marginal atuam, em geral, em variados negócios na cidade ou na região, são empresários locais com alto poder aquisitivo, muitas vezes com estreitas relações com o poder público e com famílias das elites locais.

Os critérios usados para diferenciar os hotéis do circuito superior marginal do circuito inferior foram justamente

o tamanho físico de sua estrutura, o alcance de sua atuação e o poder de influenciar decisões, bem mais limitado, ou mesmo nulo, neste último.

Do ponto de vista da estrutura física, uma diferenciação observada acerca dos hotéis do circuito inferior em relação ao circuito superior é a estrutura montada próximo ou dentro dos hotéis, como a existência de estacionamentos e restaurantes próprios do hotel.

Os hotéis do circuito superior somaram 13 hotéis (sendo que um está em construção). Chama a atenção que a maior parte deles pertence às redes internacionais e chegaram à Macaé após 2004⁹, momento de expansão das atividades do petróleo com elevados investimentos na Petrobras. Esses hotéis são parte do processo de valorização do espaço urbano das áreas mais nobres da cidade. Houve uma colonização do espaço intraurbano, segundo a lógica dessas redes internacionais, que se instalam em Macaé em razão das demandas dos trabalhadores vinculados ao circuito espacial de produção do petróleo.

A respeito do circuito superior marginal, foram mapeados 25 hotéis e pousadas. Diferentemente dos hotéis do circuito superior, há hotéis e pousadas que surgiram na década de 1980, cerca de quatro equipamentos. Entretanto, destaca-se a expansão pós 1997, especialmente a partir de 2001, no total de 15 equipamentos. Foi identificado o fechamento de um desses hotéis (durante a pesquisa de 2015 a agosto de 2017), e outro se encerra em construção.

Dentre os equipamentos hoteleiros que se caracterizam como circuito inferior da economia urbana, foram identificados 54. Pelos dados pesquisados, também há uma coincidência da expansão de pequenos hotéis e de pousadas nos anos 2000, o que é um indicativo do poder de geração de mudanças da economia urbana do circuito espacial de produção do petróleo. Tanto as grandes redes globais como o pequeno comércio e serviços são dinamizados para a consolidação de uma especialização territorial. Entretanto, ainda que haja nexos entre os circuitos, cada subsistema tem uma coerência no seu funcionamento interno.

3. Considerações finais

Macaé abrigou parte do circuito espacial de produção do petróleo, especialmente a partir de 1978, com a instalação da Petrobras na cidade. Houve o desenvolvimento de um município especializado, cujo espaço urbano foi dominado pelas necessidades da produção *offshore* e para o atendimento do consumo consultivo dos trabalhadores vinculados a esse circuito produtivo.

A sazonalidade e a circulação de trabalhadores entre plataformas e seus lugares de moradia fora de Macaé trouxeram a necessidade de uma rede hoteleira e de pousadas volumosa considerando o tamanho da cidade¹⁰. A especialização territorial produtiva de Macaé gerou um espaço urbano colonizado pelas necessidades do circuito espacial produtivo do petróleo, desde a ocupação de enormes espaços por empresas e corporações do setor até a formação de um

circuito de comércio e de serviços adequados aos profissionais que se instalaram em Macaé. A expansão dos equipamentos de hospedagem na cidade é um indicativo do poder da atividade petrolífera em organizar o espaço urbano e das especificidades do circuito petrolífero *offshore*.

As transformações econômicas geradas pela crise, de fato, estão fazendo com que hotéis mudem o seu perfil de trabalho e procurem alternativas. É notório, no circuito inferior, o uso das possibilidades do *meio técnico científico e informacional*, como o uso de sites de busca e também a terceirização de serviços que se tornam tendência até nesses pequenos estabelecimentos.

Os hotéis do circuito superior marginal têm, de alguma forma, sobrevivido às mudanças econômicas, porém seus equipamentos e sua existência se mostram também fluídas,

tendo em vista a abertura e o fechamento de alguns deles por não terem uma escala de atuação tão ampla quanto os hotéis do circuito superior; as suas localizações são muito importantes no contexto de funcionamento. Esses hotéis fazem parte de associações municipais junto a estabelecimentos do circuito superior. A terceirização de serviços é uma tendência nesses estabelecimentos, em maior quantidade do que nos pequenos estabelecimentos e em menor quantidade se comparada aos serviços dos do circuito superior. Há uma variedade a respeito do local de residência de seus proprietários, pois, em muitos desses hotéis, seus donos não possuem residência na cidade, e sim moram na capital do estado, tendo outros investimentos, seja na cidade de Macaé, seja na capital. Desse modo, é possível afirmar que parte da remessa dos lucros de muitos desses hotéis não fica na cidade de Macaé. Os hotéis do circuito superior marginal muitas vezes possuem a quantidade de quartos iguais a de muitos hotéis do circuito superior, porém detêm mão de obra um pouco mais reduzida se comparada a dos hotéis de redes globais; suas arquiteturas são projetadas para aproveitar a maior quantidade de espaço possível, tendo, a maioria, menos de cinco andares de construção.

Os equipamentos do circuito superior, como já constatado, são construções recentes. O mais antigo é do ano de 2004, seus empresários não moram na cidade, e alguns são administrados fora do País por grupos internacionais. Terceirizam vários serviços e possuem um grande número de suítes, além disso, se localizam nas melhores áreas da cidade, e suas construções, em grande maioria, possuem edificações de 7 a 20 andares. Compõem associações municipais de hotelaria, como a Macaé CVB (*Convention & Visitors Bureau*) e a ABIH (Associação Brasileira

da Indústria de Hotéis), possuem os maiores quadros de funcionários e o maior valor de diárias, em contrapartida; são os mais procurados pelas empresas, pois possuem status de melhor qualidade por serem justamente hotéis de rede. A instalação desses hotéis, em tempos de economia crescente, possibilitou que muitos tivessem isenções na cobrança de ISS pelo poder municipal, ao contrário dos pequenos estabelecimentos que, por pagarem o imposto único, não receberam os incentivos.

O poder público municipal tem recentemente trabalhado para que os hoteleiros fiquem tranquilos a respeito da economia da cidade e das movimentações das empresas do petróleo¹¹. Entretanto, houve demissões, diminuição do volume de trabalhos e interrupção em planos de expansão.

A cidade carece de projetos que observem separadamente as necessidades dos hotéis de cada circuito. Os hotéis do circuito inferior são em maior número na cidade, muitos com desejos de expansão. O que os diferencia dos outros, sua conexão com o lugar e o território e o seu tempo de funcionamento na cidade, pois muitos existem desde 1980 e o fundamental, as rendas produzidas, mesmo que poucas, permanecem na cidade e são usadas localmente ou regionalmente. Portanto, possuem uma movimentação de fluxo de dinheiro interna no território muito significativa. Seus preços relativamente mais baixos do que os dos outros equipamentos lhes possibilitam absorver os hóspedes de turismo regional em alguns casos. Em tempos de revisão da estruturação econômica do município, estes equipamentos teriam um papel importante, que não poderia ser negligenciado pelo poder público para se pensar as cidades em termos de pequena economia e não em termos de grandes corporações.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Sandra Priscila. **O circuito espacial de produção petrolífera no Rio Grande do Norte**. Dissertação de mestrado em Geografia do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2012. 206f
- BARRIOS, Sonia. Dinámica social y espacio. In: **MORVEN: Metodología para el diagnóstico regional**. IX Curso de Posgrado en planificación del desarrollo, asignatura: Teoría Social, enero, 1980. pp. 1-27.
- CATAIA, Márcio; SILVA, Silvana C. da. **Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade**. Boletim Campineiro de Geografia, v. 3, p. 55-75, 2013.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, Série Princípios, 3a. edição, 1995.
- _____. Corporação, Práticas espaciais e gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**, v.54, n.3, 1992. p.115-21.
- CRUZ, José Luís Vianna. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2003. 340f.
- _____. A retomada do crescimento brasileiro e a reestruturação do espaço regional no Norte do Estado do Rio de Janeiro. **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes/RJ, v.14, n. Especial 1, p. 31-61, 2012.
- FARIAS, Patrícia. Nacionalismo e participação popular na campanha "O Petróleo é Nosso". In: **Petróleo Royalties e Região**. Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2010.
- GOMES, Marcos A. Silvestre. Mudanças no preço do solo e desigualdades socioespaciais urbanas na capital do petróleo (Macaé-RJ: 1981-2011). In: LEITE, Adriana Filgueira e GOMES, Marcos A. Silvestre (orgs.). **Dinâmica ambiental e**

produção do espaço urbano e regional no Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes: Essentia Editora, 2013.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. "Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de cooperación en el espacio." In: **Aportes para el estudio del espacio socioeconómico III**. Yanes, L. e Liberali, A. M., (orgs.). Buenos Aires, El Coloquio, 1991. p.153-177.

MONTENEGRO, Marina R. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano. O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém**. Tese de Doutorado em Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 2012. 291f.

_____. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. Dissertação de mestrado em Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 2005. 203f.

_____. Dinamismos atuais do circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo: expansão e renovação. **GEOSP: espaço e tempo**, v. 34, p. 33-45, 2013.

PIQUET, Rosélia. **Petróleo Royalties e Região**. Editora Garamond, Rio de Janeiro. 2010

PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo. **Petróleo e Região no Brasil: o desafio da abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2008 [1979].

_____. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton (Org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 121-134.

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil Território e Sociedade no início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Silvana C. da. Globalização e o circuito espacial de produção petrolífera: as cidades da informação e as cidades da extração. In: **Encontro Nacional da**

ENANPEGE, A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação, 9 a 12 de outubro de 2015, Presidente Prudente, 2015. p. 01-12.

SILVEIRA, María Laura. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **GEOUSP: espaço e tempo**, v. 19, p. 245-261, 2015.

SILVEIRA, M. L. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. **Ciência Geográfica**, v. XVII, p. 63-70, 2013.

..... Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**. Bauru, vol. XV, n. 1, p. 4 - 12. 2011.

..... Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Caderno CRH (UFBA)**, v. 22, p. 65-76, 2009.

TERRA, Denise. A formação de um cluster petrolífero nos municípios da Bacia de Campos. In: Piquet (org.) **Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 287-307.

NOTAS

1 - Segundo informações apresentadas no site da Prefeitura Municipal de Macaé. Disponível em <<http://www.macaee.rj.gov.br/sedec/conteudo/titulo/apresentacao>> Acesso em 15 de agosto de 2017.

2 - Sobre a especialização territorial produtiva, ver Corrêa (1992) e Silveira (2011).

3 - O Rio Grande do Norte é o principal produtor de petróleo em terra do Brasil.

4 - Dos equipamentos identificados na pesquisa, 22 não forneceram as informações sobre o ano de instalação, por isso a soma dos dados não chega 92 hotéis e pousadas.

5 - Conforme regionalização do Plano Diretor do Município de 2006. Disponível em < Plano Diretor do Município de Macaé. (2006) . Disponível em: < <http://macaee.rj.gov.br/planodiretor/conteudo/titulo/apresentacao>> Acesso em 11 de

março de 2016.

6 - Para o detalhamento da valorização do solo urbano em Macaé, ver Gomes (2011).

7 - Entrevistas realizadas em maio de 2016.

8 - Foram coletadas informações da rede hoteleira no perímetro urbano principal da cidade de Macaé, portanto não foram considerados os equipamentos de hospedagem dos demais distritos serranos da cidade, pois esses não estão relacionados aos fluxos do circuito espacial de produção do petróleo e sim ao turismo.

9 - Informações coletadas a partir de pesquisa de campo e dados fornecidos pela Secretaria de Turismo de Macaé entre 2015 e agosto de 2017).

10 - Macaé possuía 194 mil habitantes, em 2010, e a estimativa é de 244 mil, em 2017, segundo IBGE.

11 - Entrevista realizada com Secretária de Turismo em 4 de setembro de 2017.

PÓS-GRADUAÇÃO EM:

Gestão e Orientação Educativa

Educação Especial e Inclusiva

Psicopedagogia Institucional e Clínica

Desastres ambientais e apropriação do espaço: a política urbana e as experiências com as inundações em Campos dos Goytacazes

ENVIRONMENTAL DISASTERS AND SPACE APPROPRIATION: THE URBAN POLICY AND THE EXPERIENCES WITH INUNDATION IN CAMPOS DOS GOYTACAZES

Resumo:

Os desastres ambientais, além dos aspectos naturais, também devem ser compreendidos como processos socialmente construídos que possuem uma historicidade. Este artigo pretende examinar a influência das políticas urbanas sobre as áreas atingidas por desastres e sobre os sujeitos que vivenciam tais situações. Para tanto, analisa as características socioeconômicas, as condições de infraestrutura urbana e a percepção sobre as inundações e o acesso à habitação por parte dos moradores de Ururáí, em Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense. A metodologia consiste em uma pesquisa de survey domiciliar realizada através da aplicação de questionários. Os resultados mostram uma precariedade na infraestrutura urbana e condições de apropriação do espaço por parte dos moradores da área afetada. Nota-se que a percepção sobre o risco de desastre está relacionada à perspectiva de permanência ou saída da localidade, à possibilidade de aquisição da casa própria e às relações de pertencimento com o lugar de origem.

Palavras-chave: desastres, inundações, espaço urbano, política habitacional.

Abstract:

Environmental disasters, beyond the natural aspects, must also be understood as processes socially constructed that have a historicity. This article intends to examine the influence of urban policies on the areas affected by disasters and on the subjects who experience such situations. For this, it analyzes the socioeconomic characteristics, the urban infrastructure conditions, and the perception about the floods and access to housing by the residents of Ururáí, Campos dos Goytacazes, in the North of the state of Rio de Janeiro. The methodology consists of a household survey, through the application of questionnaires. The results show a precariousness in the urban infrastructure and conditions of appropriation of the space by the residents of the affected area. Note that the perception of disaster risk is related to the prospect of permanence or exit from the locality, the possibility of acquiring the house and the relations of belonging with the place of origin.

Keywords: disasters, floods, urban space, housing policy.

Érica Tavares

Doutora em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ)
Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFF Campos
E-mail: ericatavs@hotmail.com

Antenora Maria da Mata Siqueira

Doutora em Engenharia Agrícola/Planejamento
e Desenvolvimento Rural Sustentável
Professora do Departamento de Serviço Social da UFF Campos
E-mail: antenoras@id.uff.br

Juliana Thimóteo Nazareno Mendes

Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense
Professora do Departamento de Serviço Social da UFF Campos
E-mail: julianatnmendes@gmail.com

Clóvis Peixoto Firmo

Bacharel em Ciências Sociais
Departamento de Ciências Sociais da UFF Campos
E-mail: clovis_firmo@yahoo.com.br

1 - Introdução

As cidades brasileiras constituíram-se como espaço de diversos tipos de precariedades, fazendo com que os desastres ambientais não sejam apenas eventos, mas processos sociais, espaciais, políticos, que podem ser considerados desastres urbanos. Apresenta-se a necessidade de compreensão dos desastres no contexto da gestão urbana, a fim de identificar e analisar os principais fatores que causam esses desastres.

O presente artigo pretende examinar a influência das políticas urbanas sobre as áreas atingidas por desastres e sobre os sujeitos que vivenciam tais situações. A metodologia adotada consiste em uma pesquisa de *survey* domiciliar, mediante aplicação de questionários, no recorte territorial definido como áreas afetadas por inundações em uma localidade do Município de Campos dos Goytacazes, interior do Estado do

Rio de Janeiro.

Além desta primeira seção, na segunda, apresenta-se uma problematização sobre a concepção dos desastres ambientais. Na terceira seção, este tema é tratado no Município de Campos dos Goytacazes, no Norte do Estado do Rio de Janeiro, que passou por intervenções urbanas em áreas de desastres através da implementação de políticas habitacionais.

Na terceira seção, as questões se concentram em uma das áreas da cidade mais afetadas por inundações. Analisam-se as características socioeconômicas, as condições de infraestrutura urbana e a percepção sobre as inundações e acesso à habitação por parte dos moradores da localidade de Ururáí, no Município de Campos dos Goytacazes, localizado no Norte do Estado do Rio de Janeiro.

2. Desastres ambientais e apropriação do espaço urbano

A concepção de cidade utilizada neste trabalho, ao mesmo tempo que a considera como parte integrante de processos sociais e históricos mais amplos também leva em consideração a dimensão da acessibilidade e das oportunidades, segundo a abordagem do direito à cidade. Entretanto, é fácil observar que direitos humanos fundamentais geralmente são infringidos não apenas nas condições sociais e econômicas desiguais da população mas na sua própria espacialização.

No caso brasileiro, o processo de urbanização traz consigo o aprofundamento da desigualdade social. Um reduzido número de grupos sociais concentra a apropriação dos resultados do crescimento econômico, enquanto a maioria da sociedade é responsável pelo trabalho (mesmo que ele não exista para todos) e arca com o ônus da falta ou da precariedade no acesso aos direitos sociais, entre eles a educação, a saúde, a cultura, o transporte coletivo, a terra para o estabelecimento da moradia. Para este último, a forma de apropriação do solo urbano expõe a desigualdade a partir do modo de ocupação desse espaço definido pelos agentes econômicos do setor imobiliário, muitas vezes em aliança com atores governamentais.

Nesse sentido, Carmo (2014, p.3) apresenta dois elementos característicos das cidades brasileiras. Um deles é a desigualdade no acesso a bens e serviços públicos, que definem o que chamou de urbanidade ou a falta dela; e o outro se refere às “especificidades construtivas das moradias onde residem as famílias”, em que o autor inclui o entorno do assentamento formado pelo conjunto dos domicílios. Em decorrência, destaca que as cidades brasileiras apresentam dois tipos de assentamentos populacionais, classificados por ele como “assentamentos precários” e “assentamentos urbanos ‘normais’”.

Os “assentamentos precários” dizem respeito à composição de domicílios em que os residentes são as populações de baixa renda, em áreas sujeitas a inundações, deslizamentos de encostas ou áreas contaminadas. Os domicílios, na maioria das vezes, não possuem a titularidade da terra documentada formalmente. Esses assentamentos constituem o que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) denomina de aglomerados subnormais, também nominados de favela (CARMO, 2014). Por sua vez, os “assentamentos urbanos ‘normais’” possuem a característica da heterogeneidade devido às diferenciações internas e, por isso mesmo, subdividida em dois grupos: “um formado por habitações de população de baixa renda, mas que são distintas das favelas por não serem precárias; outro formado por domicílios residenciais de alta renda, geralmente reunidos em condomínios fechados, verticais ou horizontais” (idem, p.5).

Para Carmo (2014), a cidade desigual que se constituiu a partir de um processo concentrador de renda está na gênese da concepção de “desastre como um processo socialmente construído” no caso brasileiro (CARMO, 2014, p.4). Privilegiar a análise dos desastres no espaço urbano não significa que eles só ocorram em tais áreas, mas sim que

o acelerado processo de urbanização, em especial a partir do século XX, no Brasil, concentrou população e condições para a reincidência desse fenômeno em áreas urbanas.

Portanto, essa diferenciação na forma de ocupação e apropriação do espaço na cidade tem apresentado estreita relação com os desastres ambientais urbanos. Por isso, no campo sociológico, os desastres são vistos como fenômenos sociais. Quarantelli (2005, p. 339) apresenta duas noções fundamentais, entre várias outras, presentes no paradigma corrente adotado por autores das ciências sociais na área dos desastres. A primeira é a de que “os desastres são fenômenos inerentemente sociais”, e a segunda, que “a origem dos desastres se encontra na estrutura social ou no sistema social”. Ao seguir essa linha de raciocínio, considera-se que todos os processos vinculados a ocasiões de desastres também são inerentemente sociais, não existindo fora das ações e decisões dos seres humanos e suas sociedades.

Ao ilustrar tal perspectiva, o autor acima referido destaca que fenômenos como inundações, que são chamados de “agentes naturais” de desastres”, têm desdobramentos sociais exclusivamente devido às atividades desenvolvidas pelas comunidades antes, durante e após o impacto de um desastre (QUARANTELLI, 2005, p. 343). Diz respeito também aos mecanismos de regulação do uso e apropriação do espaço, pois determinadas ações da sociedade, do mercado e do próprio Estado podem constituir “casos mais graves do que o agente do desastre em si, pois causa vítimas, perdas econômicas e patrimoniais, tensão psicológica e interrupção de atividades cotidianas que são a essência dos desastres” (QUARANTELLI, 1999 apud QUARANTELLI, 2005, p. 343. Tradução nossa)

Acosta (2005) afirma que os desastres são processos multidimensionais e multicausais, com situações de vulnerabilidade derivadas de modelos de desenvolvimento, que têm aprofundado as desigualdades sociais.

Nas situações de crise nos desastres, que ocorre quando são agravados por fenômenos físicos como chuvas, deslizamentos de terra, inundações, entre outros, a forma de incidência, capacidade de resposta e de recuperação se diferencia segundo as condições de infraestruturas sociopolíticas e econômicas existentes. Pesquisas (VALENCIO, 2012; SIQUEIRA, 2015; SIENA, 2012) têm evidenciado que moradores de assentamentos precários são os que frequentemente estão em situação de desastres e, conseqüentemente, aqueles aos quais os impactos dos fenômenos físicos concorrem para o aprofundamento e agudização das condições existentes.

Portanto, os desastres apresentam relação com a localização dos diferentes grupos sociais no espaço e as disputas por sua apropriação, que se manifestam por meio das estratégias dos indivíduos e famílias para uso e produção do espaço urbano. Além disso, os mecanismos de organização do espaço ligados à atuação do Estado (políticas urbanas) e do mercado (este sob a lógica da acumulação de capital) intervêm diretamente nesta apropriação.

3. Áreas de inundações e política urbana em Campos dos Goytacazes

Este trabalho analisa a relação entre desastres e organização do espaço no Município de Campos dos Goytacazes, localizado no Norte do Estado do Rio de Janeiro, que teve seu povoamento sobre uma planície de inundações, caracterizada por relevos suaves e baixas declividades. Com uma população estimada de 490.288 habitantes (IBGE, 2017), a cidade frequentemente é acometida por inundações, entre elas algumas que foram consideradas desastres em função da sua magnitude.

Os diferentes estudos realizados pelo Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA) sobre inundações no Norte Fluminense indicaram que, no Município de Campos dos Goytacazes, tais eventos atingiram diferentes áreas da cidade, porém os mais afetados foram os trabalhadores empobrecidos que estabeleceram moradias às margens de rios, lagoas e canais. Isso reforça a afirmação de Valencio (2009, p. 44) de que "os fenômenos naturais (como chuvas intensas) afetam, primeiramente, a territorialização dos empobrecidos".

No período compreendido entre finais de 2007 e início de 2008, houve uma grande inundação que afetou várias áreas da cidade. Diversas famílias ficaram dias e até meses fora de suas casas, e muitas demandas do poder público surgiram nesse período. Os estudos também revelaram que esse desastre ambiental teve uma grande contribuição da interferência antrópica pela construção excessiva de diques, que tinham uma dupla função: na área urbana, de proteger a cidade e, na área rural, de ampliar as áreas de fronteira agropecuária e protegê-las das inundações. A falta de manutenção de alguns dos diques de proteção também foi um fator preponderante (SIQUEIRA; MALOGODI, 2013).

Isso demonstra que a explicação para os processos de desastres pode estar nas práticas de uso e ocupação do solo urbano, nos procedimentos históricos adotados para a gestão urbana, na disputa entre os diversos atores sociais para a apropriação da cidade e nas relações sociais construídas a partir destes elementos.

No caso do Município de Campos dos Goytacazes, as intervenções do poder público na área dos desastres relacionados à água estão estreitamente ligadas às políticas urbanas na área de habitação. Como resposta aos eventos de inundações, a prefeitura se concentrou em ações que promoviam o reassentamento das famílias para áreas consideradas seguras, por meio de programas habitacionais, como o Aluguel Social, e/ou da cessão de unidades habitacionais. Em seguida, foi lançado o programa Morar Feliz, destinado, sobretudo, para as famílias que se encontravam residindo nas áreas consideradas de risco, como beira de rios, lagos e lagoas, e rodovias e ferrovias.

De acordo com Mendes (2015), essa ênfase do programa em área de risco precisa ser ressaltada, pois, durante o processo de execução do programa Morar Feliz, foi utilizada como argumentação para ações arbitrárias e autoritárias, forçando o reassentamento de inúmeras famílias nos conjuntos habitacionais. Assim, por meio da ambientalização da questão, se negava a discussão política e evitava-se o

debate com a comunidade atingida e demais setores da sociedade.

Pautado no discurso do risco e da ocupação irregular de áreas de preservação ou impróprias para moradia, a solução mais imediata e rápida foi a remoção. De acordo com Siena (2012), a política de remoção, instituída pelo poder público e destinada para as famílias que se encontram em áreas de risco, é tida como uma forma de prevenção e de preservação da integridade física dos ali residentes, muitas vezes permitindo o uso político eleitoreiro.

Outro aspecto destacado pela referida autora está na transformação de "área carente" em "área de risco", o que vem permitindo uma mudança na forma de atuação do Estado. Valencio (2009) também analisa esse termo:

O termo 'área de risco' corrobora com os significados do termo precedente, mas acresce componentes do ambiente natural na equação. (...) Tudo se passa, entretanto, como se a inserção de moradias em solos propensos a tais eventos fosse um risco auto-imposto à vida, uma convivência arbitrária dos moradores do local com ameaças naturais o que converteria sua territorialização em algo inadmissível, ilegítimo. (VALENCIO, 2009 p. 35).

Se, na primeira, ela deveria atuar por meio da promoção de serviços sociais e econômicos que permitam a melhoria da qualidade de vida da população, na segunda, a atuação é por meio da remoção ou da evacuação. Não há muita negociação, porque o que está em jogo é a integridade física da população, desconsiderando o contexto e as causas que levaram à ocupação, bem como as dimensões materiais e simbólicas da vida dos moradores.

Na primeira fase do Programa Morar Feliz, foram reassentadas 4.256 famílias, na sua maioria originárias das áreas de risco. De acordo com Mendes (2015) e Azevedo, Thimóteo e Arruda (2013), as famílias reassentadas enfrentaram vários problemas no seu novo lugar de moradia, como a falta de transporte de qualidade e regular; de equipamentos sociais, como escolas e unidades de saúde; e de áreas de lazer. Ocorreu também a fragilização dos vínculos familiares e afetivos, bem como da rede de solidariedade.

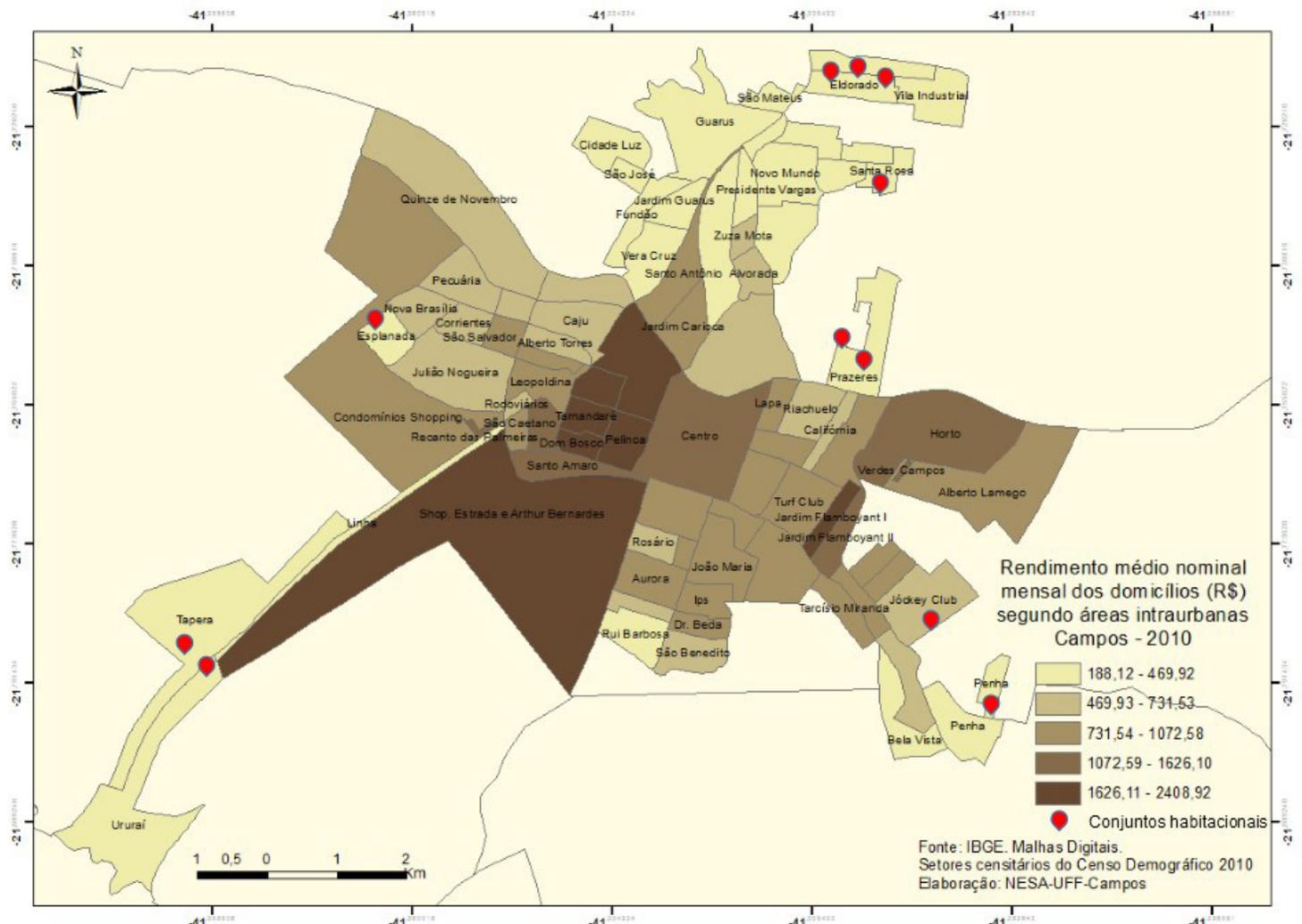
Além disso, na sua primeira fase, o Programa Morar Feliz foi realizado sem a participação efetiva da população atingida, indo na contramão do que preconizam as diretrizes da Política Nacional de Habitação de Interesse Social, que também indica a integração da política habitacional à política de desenvolvimento urbano para os segmentos de classe mais pobres. Entretanto, há uma ratificação da fragmentação e setorialização das políticas sociais, que não compreendem o sujeito na sua integralidade.

A Figura 1, sobre o rendimento médio dos domicílios dos bairros, constitui uma representação dos diferentes grupos sociais no espaço da cidade de Campos dos Goytacazes. Sobre essa espacialização, inserimos a localização dos conjuntos habitacionais que foram construídos dentro dessa área urbanizada. Nota-se que foram colocados justamente nas áreas com menores médias de rendimento. Essas áreas já possuíam carência de acesso a alguns serviços e condições de infraestrutura urbana antes da inserção dos conjuntos.

Portanto, os desastres ambientais podem ser decorrentes tanto de eventos naturais como da intervenção da sociedade, do Estado e do mercado no espaço. Ao mesmo tempo, os desastres

também desencadeiam diversas intervenções por parte desses atores, que os utilizam como justificativas para determinadas ações, por isso devem ser encarados como um processo social.

FIGURA 1 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DOS DOMICÍLIOS EM ÁREAS URBANAS DE CAMPOS - 2010



4. A questão habitacional e as experiências com as inundações em Ururá

O bairro de Ururá fica localizado ao sul do Município de Campos dos Goytacazes, cortado pela BR 101 em direção ao Rio de Janeiro. O povoamento dessa localidade esteve bastante atrelado à presença do Município de Campos na agroindústria açucareira nacional no século passado, já que muito da dinâmica social do lugar foi determinado pela presença da Usina Cupim, que, além de empregar várias pessoas, concedeu terrenos e casas para as famílias. Entretanto, a ocupação do espaço se deu muito próxima ao Rio Ururá, que circunda parte do bairro, atravessando a própria BR 101 (FIRMO, 2016).

Sobre a metodologia, a pesquisa empreendida pelo NESA em Ururá considerou apenas áreas afetadas por inundações

no bairro. A coleta de dados se deu pela realização de um censo com os domicílios dessas áreas, utilizando-se como instrumento de pesquisa um questionário¹ aplicado, por meio de entrevista, a um morador de cada um dos 232 domicílios ocupados, que deveria ter mais de 18 anos e se dispor a participar da pesquisa.

Embora o objetivo da pesquisa seja mais amplo e envolva outras dimensões, o foco deste artigo é examinar a influência das políticas urbanas sobre as áreas atingidas por desastres e sobre os sujeitos que vivenciam tais situações. Para tanto, analisam-se as características socioeconômicas, as condições de infraestrutura urbana, e a percepção sobre as inundações e acesso à habitação por parte dos moradores da localidade de Ururá.

4.1. Infraestrutura urbana e características socioeconômicas

Nesta subseção, pretende-se apresentar, de maneira geral, as condições domiciliares e algumas características sociais e econômicas da população residente. Sobre a ocupação do espaço, no geral, os domicílios estão em uma área que apresenta certa dificuldade de definição da propriedade do terreno. Foi possível notar a coexistência de vários domicílios construídos em um mesmo lote. Somente 37% dos domicílios estão em lotes em que há apenas o próprio domicílio. Entre os demais, alguns estão em lotes nos quais foi possível observar vários domicílios aglomerados. Quanto ao tamanho das residências, a maior parte possui 4, 5 ou 6 cômodos por domicílio (78% do total).

Sobre a estrutura da casa, nota-se que menos da metade dos domicílios (41,1%) são de construções de alvenaria com revestimento e pintura; 27,2% dos domicílios são feitos apenas de alvenaria (só tijolo); e 28,9%, de alvenaria com revestimento (reboco)². Vale notar que, mesmo nos casos em que há alvenaria com revestimento e pintura, as condições de algumas casas são precárias, com rachaduras muito evidentes, algumas devido a inundações passadas. Destaca-se também que muitos moradores afirmaram que ficam com receio de reformarem suas residências por não terem certeza se permanecerão naquela área onde residem, devido ao processo de remoção que a área vem sofrendo.

Em relação aos serviços de energia elétrica, água, esgoto e telefonia, observou-se que são precários em vários domicílios da localidade. Alguns entrevistados associaram tal precariedade à situação irregular do terreno e reconheceram que a falta de acesso adequado fica inviabilizada por não terem documentação (escritura), mostrando certo conformismo em relação ao não acesso a esse direito, por considerarem que estão em situação "irregular".

Quanto ao acesso à rede de esgoto, por exemplo, fica evidente a situação precária, pois apenas 25,9% das residências têm acesso à rede regular de esgoto, e 38,4%

dos entrevistados afirmaram que possuem fossa. No que se refere ao fornecimento de água, a maioria declarou que seus domicílios têm acesso à rede regular (81,9%); entretanto, foi possível notar que muitos que declararam "rede regular", o entendem dessa forma pelo fato de a água vir da concessionária, mas "pegarem" essa água de fonte da própria rua, sem pagar conta. Sobre a energia elétrica, a maior parte possui medidor e paga conta de luz (cerca de 70%); já quase 30% dos domicílios declararam que possuem acesso à energia, mas não têm medidor. Quanto à coleta de lixo, a maior parte declarou que há coleta de lixo regular ou que o lixo é colocado em caçamba na rua mais próxima do asfalto (93,1% dos domicílios nestas duas categorias).

Sobre algumas características sociais e econômicas, nota-se que, em relação à escolaridade, a área pesquisada em Ururá apresenta uma taxa elevada de indivíduos que não tiveram acesso à instrução ou não possuem nível fundamental completo, 63,5% do total de pessoas residentes nessas áreas. Mesmo considerando apenas a população de 18 anos ou mais que, em princípio, já poderia ter acessado o nível superior, não há uma redução significativa. Entre esses jovens ou adultos, o percentual de sem instrução ou de nível fundamental incompleto, apesar de diminuir um pouco pela retirada dos mais jovens, permanece com mais da metade, ou seja, 54,7% da população se encontra nesta condição. No outro extremo, há apenas 11 pessoas que possuem ou estão cursando o nível superior, 2,1% do total da população com 18 anos ou mais (TAVARES; SIQUEIRA, 2015).

Quando se faz a análise sobre a renda domiciliar total per capita³, verifica-se que 51% dos domicílios possuem renda de até meio salário mínimo; 32% possui de meio a um salário mínimo, outros 17% apresentam renda domiciliar per capita de mais de dois salários mínimos, considerando o salário mínimo no valor de R\$ 788,00 na época em que a pesquisa foi realizada.

4.2. A experiência com as inundações e a percepção sobre o risco

Como previsto, uma vez que foi critério da pesquisa considerar diretamente as áreas afetadas por inundações em Ururá, 86,6% das casas haviam sido atingidas por inundações. Entre essas (200 famílias), metade das famílias foram afetadas uma vez, enquanto a outra parte variou de duas ou mais vezes. Ainda entre essas 200 famílias, 184 já precisaram sair de casa ao menos uma vez devido a inundações (ou seja, cerca de 80% de todas as famílias pesquisadas, e 92% entre as que tiveram a casa inundada), indo para abrigos ou casa de parentes/amigos.

Diante dessa realidade, a principal justificativa utilizada pelo poder público é a concepção de que a área estudada é uma área de risco, devido, sobretudo, à proximidade com o rio e ao histórico de experiência com as inundações na localidade. Entretanto, vale notar que muitos domicílios foram afetados apenas uma vez (162 domicílios, quase 70% dos estudados), justamente na inundação de 2007/2008, cujos motivos foram muito além dos naturais, como já especificado, com

a confusa construção dos diques. Mas devido ao discurso em torno do risco, a pesquisa também buscou apreender a percepção dos moradores sobre o risco em relação à área em que residem.

As respostas, quando questionados se achavam que o domicílio está em uma área de risco, foram bem divididas, 47,4% dos entrevistados disseram "Sim", enquanto outros 51,7% manifestaram que não percebem seu lugar de moradia como área de risco; dois entrevistados não responderam. Após essa pergunta, tanto ao concordarem quanto ao discordarem, os entrevistados foram questionados sobre o porquê da resposta positiva ou negativa.

Entre aqueles que disseram "Sim" (acham que estão em área de risco), os motivos estavam relacionados à proximidade com o rio, à ocorrência das inundações, à estrutura ruim das casas, rachaduras, etc. Mas alguns moradores também ressaltaram que a inundação muito intensa ocorreu apenas uma vez (em 2008), e que, nas demais vezes, era possível

lidar com o evento de desastre, reformar a casa, comprar alguns móveis perdidos, entre outras coisas, para remediar a situação pós-desastre.

Já entre aqueles que manifestaram não achar o lugar onde moram uma área de risco, as razões também estiveram ligadas ao fato de que, geralmente, a água não chega em suas casas, ou ao fato de ter ocorrido apenas uma inundação muito intensa. Também falaram da ausência do poder público em buscar "resolver o problema"; disseram não quererem sair dali, além de citarem outros riscos, como a violência, o tráfico de drogas, a criminalidade - que seriam "piores", segundo eles. Alguns fizeram menção à informação de que outros já haviam dito que o local é uma área de risco.

Esse foi o questionamento feito na sequência do questionário: se alguém já havia dito que aquele lugar era área de risco. Da mesma forma, aproximadamente metade disse "Sim" e a outra metade, "Não" (48,7% e 50,4%, respectivamente). Entre os que disseram que já ouviram ou foram informados que o domicílio está em área de risco, a maior parte citou que foi a Defesa Civil que informou/notificou. Outros citaram ainda assistentes sociais, representantes da prefeitura/supervisor de bairro, além de moradores e parentes.

Se correlacionarmos as pessoas que declararam que pretendem sair da casa devido às inundações com a percepção sobre a área de risco, também é possível supor que há uma relação entre essas variáveis (Tabela 1). Embora o mais

recorrente sejam pessoas que não gostariam de sair de suas casas, também encontramos várias que manifestaram interesse em sair. Alguns disseram ainda que pretendiam/gostariam de sair da casa, mas não gostariam de sair do bairro; entre esses, alguns já estavam à espera inclusive de uma casa pelo Programa Habitacional Morar Feliz da prefeitura. Nota-se que, para estes que querem sair (69 pessoas em domicílios), a maior parte (75%) disse que morava em área de risco. Já entre os que não queriam sair da casa, a percepção de que o lugar é uma área de risco se restringe a um percentual menor (36,9%).

TABELA 1 - CRUZAMENTO SOBRE PERCEPÇÃO DA ÁREA DE RISCO E PRETENSÃO DE SAÍDA: DOMICÍLIOS EM ÁREAS AFETADAS POR INUNDAÇÕES EM URURAI (CAMPOS/RJ) - 2015

O domicílio está em uma área de risco?	Pretende sair da casa para outro bairro em função das cheias?		Total
	Sim	Não	
Sim	75,4	36,9	110
Não	24,6	63,1	116
Total (100%)	69	157	226

Fonte: NESA-UFF-Campos - 2015

4.3. A experiência com as inundações e a questão habitacional

Como visto acima, ao serem questionados sobre a pretensão de se mudarem do bairro em função das cheias, a maior parte dos entrevistados manifestou que não têm essa vontade (157 pessoas, correspondendo a 67,7% dos que responderam tal questão). Alguns afirmaram que sairiam das casas em que se encontram, porém não do bairro de Ururái; outros disseram que gostariam de sair, pois sabiam que estavam em uma área de enchentes, em situação habitacional precária, reconhecendo a falta de infraestrutura, mas preferiam ir para outra área dentro de Ururái mesmo.

Como a pergunta se referiu à mudança de bairro, aqueles que disseram que mudariam de casa, mas não do bairro, não foram considerados como apresentando a resposta "Não". Entretanto, entre os que disseram que possuem interesse em sair mesmo do bairro, é possível apontar que a aceitação quanto a sair estaria vinculada à proximidade com o bairro de origem e à expectativa de receber alguma casa em conjunto habitacional, por meio do programa Morar Feliz.

Ao abordar mais especificamente a questão habitacional, tratando sobre as remoções recentes realizadas no bairro, foi perguntado se os informantes conheciam alguém que recebeu casa popular da prefeitura. Caso "Sim", foram solicitadas a opinar se achavam que aquelas famílias que saíram estariam satisfeitas ou não. Embora o percentual tenha sido maior apontando na direção da insatisfação (91

entrevistados que conheciam, 42,9%), as respostas foram bem variadas (Tabela 3).

Entre os motivos de insatisfação, os mais citados referiram-se à violência, às brigas, aos conflitos, e às facções ligadas ao tráfico de drogas; outros foram mais genéricos e falaram da não adaptação de modo geral; alguns também disseram que o próprio fato de as famílias terem retornado revelava a insatisfação. Outros motivos menos citados também apareceram, como: distância, localização ruim, perda de laços, preferência por Ururái, etc. Quanto à satisfação com a casa, o maior motivo foi o acesso à infraestrutura melhor, à casa própria, a não pagar aluguel, ou simplesmente ao fato da família não ter saído, não reclamar. Houve ainda várias respostas pouco definidas ou mal especificadas (Tabela 2).

Em seguida, os entrevistados foram questionados se conheciam pessoas/famílias que haviam deixado o bairro para morar em conjuntos habitacionais, mas retornaram. Entre os que disseram anteriormente que sabiam de pessoas que haviam recebido casas, a maior parte (180 entrevistados correspondendo a 81,8% desses) conhecia pessoas que voltaram. Em relação aos motivos para o retorno das famílias, quase 80% dos que conheciam os que retornaram indicaram como motivos os mesmos ditos anteriormente: violência, brigas, conflitos, facção; e o fato de não terem se adaptado, não conhecerem pessoas, entre outros motivos.

Portanto, entre os que manifestaram insatisfação, e considerando a percepção apenas sobre aqueles que voltaram, os conflitos que passaram a vivenciar no bairro

de destino, no conjunto habitacional, assim como o desconhecimento do lugar são apontados pelos vizinhos como os principais motivos para a volta.

TABELA 2 - OPINIÃO SOBRE SATISFAÇÃO OU INSATISFAÇÃO COM A CASA POR CONHECIDOS: DOMICÍLIOS EM ÁREAS AFETADAS POR INUNDAÇÕES EM URURAI (CAMPOS/RJ) - 2015

Motivo da satisfação ou insatisfação com a casa	Frequência	Porcentagem válida (%)
Insatisfação		
Violência, brigas, conflitos, facção	37	17,5
Não gostaram / Não se adaptaram / Não conheciam	22	10,4
Distância, localização ruim	4	1,9
Longe de familiares ou conhecidos/perda de laços	2	0,9
Dificuldade com serviços públicos, escola, transporte, etc.	1	0,5
As pessoas retornaram e outros motivos	23	10,8
Preferência por Ururái/ Mesmo com enchentes, problemas	2	0,9
Subtotal	91	42,9
Satisfação		
Não têm vontade de sair / O bairro é bom / Não reclamam	16	7,5
Infraestrutura melhor / Casa boa	31	14,6
Casa própria / Não pagar aluguel	2	0,9
Porque saíram de uma área de risco	9	4,2
Subtotal	58	27,2
Respostas variadas		
Depende do lugar	2	0,9
Outros / Alguns destes	12	5,7
Não sabe / Mal especificada / Sem resposta	49	23,1
Subtotal	63	29,7
Total Geral	212	100

Fonte: NESA-UFF-Campos - 2015

VESTIBULAR 2018
INSCRIÇÕES ABERTAS

**SEM
DÚVIDA,**

a **Candido** é a melhor escolha!

Conclusão

Neste artigo, abordamos que os desastres são processos socialmente construídos e, portanto, devem ser analisados considerando aspectos que se fazem presentes antes e após os eventos. A pesquisa realizada com os moradores de Uruaí, localidade atingida por um desastre relacionado à água, principalmente em 2008, ilustra bem esta concepção.

Sobre estarem residindo em área de risco, é importante observar que, apesar de haver um equilíbrio entre aqueles que consideram a área como de risco e os que não consideram, é fato que a grande maioria não gostaria de deixar o bairro em função da proximidade com o rio. Observou-se também que muitos moradores removidos para outros bairros semelhantes em termos de infraestrutura retornaram para a localidade. Ou seja, as inundações não são motivo para a saída do bairro. Tal fato leva-nos a analisar as dimensões sociais e de infraestrutura urbana como as mais importantes para o processo de saída do bairro. A falta de segurança, a precariedade das casas e do seu entorno, a falta de equipamentos sociais, a violência e a possibilidade de acessar à casa própria são fatores mais relevantes para a saída do bairro. Apesar da

expectativa de alguns moradores com o programa Morar Feliz, após a realização da pesquisa, não houve muitos avanços na entrega das demais casas, e a mudança no governo municipal também indica restrição dessa possibilidade.

Portanto, os resultados mostram que há uma precariedade na infraestrutura urbana e condições de apropriação do espaço por parte dos moradores da área afetada em relação a outras áreas da cidade. Nota-se, ainda, que a percepção sobre o risco de desastre está relacionada à perspectiva de permanência ou saída da localidade, à possibilidade de aquisição da casa própria e às relações de pertencimento ao lugar de origem, entre outros elementos.

Além disso, os dados podem corroborar para a necessidade de se pensar em outras alternativas para o problema das inundações do que a remoção das famílias, como a urbanização dessas áreas, quando possível, ou o reassentamento no próprio bairro ou em áreas próximas, buscando preservar os vínculos sociais e afetivos destes moradores. Convidar a população para o diálogo, envolvendo-a no processo também se faz importante para que outras possibilidades sejam vislumbradas.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, V. G. **La construcción social de riesgos y el huracán Paulina**. Cidade do México: CIESAS, 2005.
- AZEVEDO, S.; TIMÓTEO, G. M.; ARRUDA, A. P. S. **Habitação Social e Segregação Especial: implicações do Programa Municipal "Morar Feliz" em Campos dos Goytacazes**. **Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS**, 2013.
- CARMO, R. L. **Urbanização e Desastre: Desafios para a Segurança Humana no Brasil**. In: CARMO, R. e VALENCIO, N. (Orgs). **Segurança Humana no contexto de desastres**. São Carlos: RiMa Editora, 2014.
- FIRMO, C. P. **Organização socioespacial e intervenções no espaço urbano de Campos dos Goytacazes**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos dos Goytacazes/RJ, 2016.
- MENDES, J. T. N. **O ato de habitar a partir de um programa habitacional**. In: SIQUEIRA, A. M. M.; VALENCIO, N.; SIENA, M.; MALAGODI, M. (Org.). **Riscos de desastres relacionados à água**. Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos. 1ª ed. São Carlos: RiMa, 2015.
- QUARANTELLI, E. L. **A Social Science Research Agenda for the Disasters of the 21st century: Theoretical, Methodological and Empirical Issues and their Professional Implementation**. In: PERRY, R. & QUARANTELLI, E. L. (Orgs.). **What is a Disaster? New Answers to Old Questions**. Lexington: Xlibris, 2005.

- SIENA, M. **A atenção social nos desastres: uma análise sociológica das diversas concepções de atendimento aos grupos sociais afetados**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2012.
- SIQUEIRA, A. M. M.; MALAGODI, M. A. S. **Desastres e remoções em Campos dos Goytacazes, RJ: o caso de Uruaí**. In: LEITE, A. F.; GOMES, M. A. (Org.). **Dinâmica ambiental e produção do espaço urbano e regional no Norte Fluminense**. 1ª ed. Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia, 2013, v. 01, p. 35-66.
- SIQUEIRA, A. M. M. **Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas**. In: SIQUEIRA, A. M. M.; VALENCIO, N.; SIENA, M.; MALAGODI, M. (Org.). **Riscos de desastres relacionados à água. Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos**. 1ª ed. São Carlos: RiMa, 2015, v. 1, p. 46-57.
- TAVARES, E.; SIQUEIRA, A. M. M. **Espaço urbano, questão habitacional e as experiências com as inundações em Uruaí**. Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos): Relatório de pesquisa, 2015.
- VALENCIO, N. **Da morte da Quimera à procura de Pigaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre**. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J. (orgs). **Sociologia dos Desastres: construções, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009.
- VALENCIO, N. **Para além do "dia do desastre": o caso brasileiro**. Curitiba: Appris, 2012.

NOTAS

- 1 - As entrevistas realizadas tiveram como entrevistadores professores e alunos. Devido ao tamanho deste artigo, não foi possível anexar o questionário, para maiores informações metodológicas, conferir em Tavares; Siqueira (2015).
- 2 - Para uma pequena porcentagem (3,9% - 9 domicílios) não foi possível identificar.

- 3 - A renda domiciliar total está em valores nominais (não comparáveis a 2010, portanto). Considera-se, nesta distribuição a renda proveniente do trabalho, aposentadorias, pensões e benefícios. Para cada domicílio foi considerado o total desta renda dividido pelo número de residentes. O rendimento médio domiciliar total nominal foi de R\$ 440,10; se considerar o rendimento médio apenas para os que apresentam algum tipo de renda (desconsiderando os dependentes), este valor eleva-se para R\$ 945,63 (valores de 2015, quando a pesquisa foi realizada).

VESTIBULAR 2018
INSCRIÇÕES ABERTAS

**SEM
DÚVIDA.**
a Candido é a melhor escolha!

Camelódromos no Rio de Janeiro/RJ e em Campos dos Goytacazes/RJ: circulação de políticas e arranjos locais

CAMELODROMOS IN RIO DE JANEIRO/RJ AND CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ:
CIRCULATION OF POLICIES AND LOCAL ARRANGEMENTS

Resumo:

A criação de mercados populares constitui um “modelo” de política municipal implementado, a partir de 1983, na cidade do Rio de Janeiro, e imitado em Campos dos Goytacazes, em 1991. Esses mercados foram capazes de reduzir o conflito entre informais e comerciantes e estimularam um comércio popular rentável. Mas, a partir de 2005, a perseguição ao contrabando e aos produtos pirateados, bem como a implantação de projetos de renovação urbanos, coíbe estes mercados, e as tentativas de remoção expandem-se para o interior do estado. Sendo assim, este trabalho descreve e analisa a produção, transformação e difusão de políticas destinadas a tratar do comércio informal na rede urbana do Rio de Janeiro mediante a comparação das políticas do Rio de Janeiro e de Campos dos Goytacazes, na s quais as administrações municipais assumiram posturas opostas.

Palavras-chave: Mercados populares, Regulação, Conflito, Mercados políticos, Economia informal

Abstract:

The establishment of popular markets, which constitutes a perfect example of municipal policy, first implemented in 1983 in the city of Rio de Janeiro, State of Rio de Janeiro, Brazil, and subsequently taken as a model by the city of Campos dos Goytacazes, State of Rio de Janeiro, Brazil, in 1991, could reduce the conflicts between informal sellers and sales persons, in addition to stimulate a profitable popular commerce. However, from 2005 until the present day, the pursuit against smuggling and pirated goods, as well as the implementation of urban renewal projects, have curbed these markets; furthermore, the attempts to remove them have spread in to the state. Thus, this paper describes and analyzes the production, the transformation and the diffusion of policies intended to deal with informal commerce in the urban network of Rio de Janeiro, by comparing the policies from both Rio de Janeiro and Campos dos Goytacazes, in which municipal administrations took opposite positions.

Keywords: Popular Markets, Regulation, Conflict, Political Markets, Informal Economy

Hernán Armando Mamani,

Doutor em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ)
Filiação Institucional: Professor Associado da Universidade Federal
Fluminense (UFF)
E-mail: hernan_a_mamani@yahoo.com.br

Raquel Xavier Campos Souza

Bacharel em Serviço Social (UFF)
Filiação Institucional: Mestranda em Políticas Sociais (UENF)
Email: ss.rxavier@gmail.com

Introdução

A criação de mercados, shoppings populares ou “camelódromos” constitui um tipo de política típica das cidades brasileiras desde os anos 80¹. Ao autorizar a fixação de ambulantes em áreas estabelecidas pela prefeitura, retirando-os das ruas centrais, a prefeitura diminuiu os conflitos urbanos e estimulou a expansão de um comércio popular rentável. Nesse processo, a experiência da cidade do Rio de Janeiro foi certamente modelar, dado que a criação desses mercados, em meio a um debate de visibilidade nacional, remonta aos anos de 1983-1984, quando se originou o próprio nome, camelódromo (MAMANI, 2014).²

A difusão dos camelódromos num sem fim de municípios leva-nos a indagar, neste artigo, como circulam os pontos de vista que orientam as políticas para os ambulantes e como eles se ajustam localmente. Nesse sentido, a experiência de Campos dos Goytacazes, desde 1991, com o Shopping Popular Michel Haddad – maior camelódromo do estado do Rio

fora da região metropolitana – parece-nos um “caso bom para pensar”(GEERTZ, 2011) a circulação de temas, interpretações e encaminhamentos – a partir de centros metropolitanos que irradiam de suas arenas públicas³ às arenas periféricas.

Este suposto confirmar-se-ia se considerado um período de pouco mais de 30 anos, ao longo do qual o modo de lidar com os ambulantes mudou drasticamente. De fato, a partir de 2005, a questão dos camelódromos do Rio de Janeiro deixou de ser tomada como uma maneira de mitigar o desemprego e, por essa razão, de serem relativamente tolerados, para ser associada a atividades ilegais e ameaçados de remoção em nome da ordem urbana e dos projetos de revitalização de áreas centrais das cidades (MAMANI e FREIRE, 2009). Essas modalidades de intolância tendem a se impor também em Campos dos Goytacazes. Nesse sentido, buscamos, neste artigo, descrever e analisar a experiência de Campos dos Goytacazes em relação aos camelôs, entre 1990 e 2014, comparando-a com a do Rio de Janeiro⁴.

O comércio informal de Campos dos Goytacazes

À primeira vista, o comércio informal em Campos dos Goytacazes pouco se diferencia do atuante no Centro do Rio de Janeiro: a fisionomia do comércio, os tipos de produtos

vendidos e o ambiente assemelham-se entre si. Em Campos, o centro do comércio popular articula-se em torno do “camelódromo”, do Mercado Municipal e da feira. Nas ruas que os

circundam, há grandes lojas de produtos para festas, de louças e painéis baratos, de material de construção e de comércio atacadista. Completa esse quadro a multidão de pessoas que transitam diariamente entre 8h e 18h e tornam essa área da cidade, provavelmente, a área mais dinâmica da economia urbana campista.

Apesar disso, o camelódromo de Campos não apresenta o mesmo grau de especialização e de diversificação do que o da rua Uruguaiana, no Rio de Janeiro, por exemplo. Mas, a

maior diferença entre o Rio de Janeiro e Campos é, sem dúvida, o baixíssimo grau de conflitividade entre lojistas e camelôs e forças municipais. Isto pode ser atribuído ao tamanho da cidade e ao seu baixo dinamismo econômico. Mas parece-nos que a explicação deve ser procurada no acordo articulado entre comerciantes e ambulantes, garantido pela prefeitura, claramente inspirado no modo em que a questão dos camelôs foi tratada na cidade do Rio de Janeiro pelos governos do Partido Democrático Trabalhista (PDT) durante a década de 80.

A questão dos ambulantes: arenas e interpretações do Rio de Janeiro

A questão dos camelôs, quando acompanhada pela imprensa do Rio de Janeiro, entre 1983 e 2009, foi debatida com maior intensidade em dois momentos, quando o comércio informal foi problematizado de forma muito diferenciada. No primeiro, entre 1983 e 1984, o conflito e o debate concentraram-se nos ambulantes, que deviam ser tratados como trabalhadores ou como concorrência desleal; já, no segundo momento, entre 2005 e 2009, quando o problema dos ambulantes foi visto como responsável pela desordem urbana e pela insegurança pública (MAMANI, 2014).

O primeiro momento da escalada de debates teve início em abril de 1993, quando a Secretaria Municipal de Fazenda tornou pública a intenção de legalizar o comércio ambulante da cidade e de conceder licenças pautadas em critérios sociais – por orientação do Governador do Estado Leonel Brizola (1983 - 1987) (MAMANI, 2014). A medida fazia referência a um repertório democrático da cidadania regulada (SANTOS, 1987), que se justificava por oferecer uma distribuição mais igualitária de recursos econômicos e por recusar a repressão, tratando os ambulantes como cidadãos. Tais medidas foram repudiadas por organizações de lojistas, que as consideraram como um estímulo à concorrência desleal, e defenderam a preservação das normas até então vigentes.

Em termos discursivos, contrapunham-se a uma crítica cívica e a uma crítica econômico-administrativa – que ocorreram, em sua forma cotidiana, como uma disputa acirrada pelos lugares rentáveis da cidade, em particular, pela localização dos camelódromos – mas não conseguiram definir uma síntese entre ambos. O problema de fundo não era a legalização em si, mas a recusa dos lojistas à presença de ambulantes nas imediações e à venda de produtos concorrentes. O conflito que se sucedeu ganhou as ruas, a Câmara de Vereadores, a Assembléia Legislativa e levou quatro gestões municipais para encontrar um arranjo consistente.

De fato, somente com as Leis de 1222/88 e 1876/92 consolidou-se uma sorte de acordo entre os partidários dos princípios democráticos e os econômicos. Predominaram os critérios restritivos defendidos pelo comércio

– como critério de admissão de novos camelôs, contudo os camelôs autorizados até 1985 permaneceram. Esse arranjo, que abandonou qualquer menção à justiça distributiva ou à democracia dos primeiros momentos do governo do PDT, protegeu os camelôs “estabelecidos” e excluiu os “outsiders”⁵. Por último, o camelódromo da Uruguaiana, criado em 1994, mitigou os constantes conflitos do Centro.

O segundo momento em que os camelôs foram objeto de debate público no Rio de Janeiro corresponde à sua vinculação com as ilegalidades, a desordem urbana e a segurança pública. De fato, se a inauguração do camelódromo da Uruguaiana aliviou as tensões do Centro a partir de 1994, de 1999 em diante, passou a ser relacionado à pirataria: desrespeito aos direitos autorais, contrabando e pagamento de propinas. Esse debate não envolvia mais os lojistas da cidade, senão grandes empresas e associações de produtores preocupados com o contrabando e com o desrespeito aos direitos autorais. A partir de 2005, os camelôs passaram a ser vinculados ao problema da segurança pública do Rio de Janeiro.

Nessa mudança, o jornal O Globo e, em particular, a coluna “Illegal, e daí?”, ocupou um lugar de destaque na medida em que definiu quais práticas e quais atores eram ilegais, o que estimulou e publicizou as denúncias. Sua ação política ganhou corpo e programa em uma CPI e definiu a plataforma vencedora nas eleições municipais de 2008, definida pela defesa da ordem e da legalidade.

No quadro interpretativo construído, a desordem não é responsabilidade dos pobres, mas de uma “cultura” instalada a partir do governo Brizola – tolerante com a desordem e com a falta de fiscalização e repressão – que levou à instalação do crime e da violência e esvaziou economicamente a cidade. Abandona-se aqui qualquer menção à igualdade ou à democracia. A luta contra a violência torna-se uma causa cívica, na qual os cidadãos e governantes são corresponsáveis, e a ilegalidade transforma-se na “substância moral” da violência, que deve ser erradicada por contínuos “choques de ordem” e pelo convencimento. E se justifica por criar um clima propício aos investimentos na cidade.

A “Questão Camelô”, o camelódromo em Campos

Em Campos dos Goytacazes, é difícil precisar quando apareceu o comércio informal no Centro da cidade. Independentemente disso, o conflito entre lojistas e camelôs trans-

forma-se em um problema público, a partir de 1985, e se soluciona em 1991 com a construção do camelódromo. De fato, o comércio informal no Centro de Campos ganhou visibilidade

em dezembro de 1985, quando na Praça São Salvador e nas ruas próximas - no centro financeiro e comercial de Campos - começaram a ser vendidos, em bancas mais ou menos improvisadas, produtos comprados no Rio, em São Paulo ou contrabandeados do Paraguai. Atuavam ambulantes sem autorização, ambulantes autorizados pela prefeitura, que contratava vendedores, bem como donos de loja que expunham seus produtos na calçada (MACEDO, 10 dez.1985. p. 1).

O jornal Folha da Manhã, em suas primeiras notícias sobre o tema, descreve o comércio, e divulga a opinião de ambulantes e comerciantes sem consultar as organizações de classe. Na perspectiva dos lojistas entrevistados (Irineu Cordeiro dos Santos e Nivaldo Teófilo Vianna), o problema não era a concorrência desleal, mas obstaculizar a circulação e tirar a visibilidade das lojas. Os ambulantes não eram apresentados como inimigos, dado que muitos lojistas tinham sido camelôs na juventude. Consideravam, além disso, que removê-los seria difícil, uma vez que recebiam apoio da bancada do PDT (FOLHA DAMANHÃ, 20 de dez. de 1985, p. 9).

Os conflitos de que se tem notícia envolviam a Postura Municipal, os ambulantes, o Prefeito e os Vereadores. Assim, em dezembro de 1985, o Departamento de Fiscalização de Postura Municipal retirou os ambulantes autorizados da Praça das Quatro Jornadas - onde localizavam-se os pontos de ônibus do Centro - e os realocou nas ruas próximas (FOLHA DA MANHÃ, 8 dez 85, p. 8). Porém, em pouco mais de um mês, os ambulantes retornaram, foram removidos, e os vendedores de relógios tiveram suas mercadorias retidas. Em tal situação, os ambulantes exigiram conversar com o Prefeito, solicitando a devolução das mercadorias e um local onde trabalhar. O assessor de gabinete do Prefeito, Edgar Lopes Crespo, reconheceu o excesso e se comprometeu a negociar a devolução da mercadoria. Na Câmara, a bancada do PDT advogava pela tolerância.

Não é possível seguir no jornal o resultado dessas negociações, mas sabe-se que os camelôs concentraram-se, durante anos, nas imediações do terminal rodoviário urbano (chamado posteriormente Luís Carlos Prestes). Nos quatro anos que se seguiram, a Folha da Manhã não deu grande atenção ao tema dos ambulantes, mesmo com a eleição e a posse do Prefeito Antony Garotinho Matheus (PDT), em 1989. As mudanças foram registradas depois que o Sr. Adailton Rangel assumiu a presidência da Associação Comercial de Campos dos Goytacazes (ACIC) (1991- 1994). Esse presidente, junto com o da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Murilo Diéguez, liderou uma campanha para resolver o que chamaram a "questão camelô" (FOLHA DA MANHÃ, 8 dez, 1991, p.4). Tratava-se da "concorrência desleal", já que os ambulantes não pagavam impostos e "atrapalhavam o movimento dos fregueses" (RANGEL *apud* FREITAS, 2006, p.94).

O conflito não levou, em Campos, a uma ruptura entre comerciantes e Prefeitura. Do negociado entre a associação dos camelôs do Centro, a Prefeitura e a ACIC, surgiu a proposta de retirar todos os camelôs das ruas, criando um espaço destinado às suas atividades: o "Shopping Popular Michel Haddad" (FREITAS, 2006).

A singularidade desse processo era reconhecida por Adailton Rangel, nos seguintes termos:

...não foi necessário cenas de violências como as que aconteceram no grande Rio, onde verdadeiras batalhas foram

travadas entre camelôs e a polícia. (FOLHA DAMANHÃ, 8 dez, 1991, p.5)

O Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas, Murilo Dieguez, apresentava como uma política negociada

...o Camelódromo foi uma decisão conjunta da prefeitura, dos comerciantes, e dos próprios ambulantes. (FOLHA DAMANHÃ, 8 dez, 1991, p. 5)

E ainda a Prefeitura reivindica para si a idéia e o pioneirismo nacional

O Shopping Popular é uma ideia da Prefeitura de Campos para resolver o problema social e foi elaborado e executado para atender a uma reivindicação dos próprios camelôs, que participaram de todo o processo. A comunidade em geral sabe que esta iniciativa é pioneira em Campos e no País, já que pela primeira vez o poder público trata de camelôs com respeito e dignidade e que a partir de agora terão local seguro e apropriado para o desenvolvimento de suas atividades (FOLHA DA MANHÃ, 7 dez, 1991, p.5).

Do mesmo modo, a Folha da Manhã, em seu editorial do dia 8 de dezembro, avalia positivamente a solução dada.

Questão solucionada

A Prefeitura de Campos entregou ontem aos vendedores ambulantes, os camelôs, um shopping popular construído devido à conjugação do empenho de vários setores da comunidade afetados pelo problema criado pela proliferação desse gênero de comércio nas ruas. A solução encontrada pela administração municipal, se não é perfeita, possui alguns elementos novos que devem ser levados em conta pela categoria em foco e pela comunidade, que indiretamente financiou a obra, através dos seus impostos.

O local escolhido não podia ser melhor para os vendedores, uma vez que se situa bem no centro da cidade, perto do Mercado Municipal e da Rodoviária, locais de afluxo de público consumidor e com uma infraestrutura que atende a todas as suas necessidades. Note-se que o ponto é por tradição um dos patrimônios dos comerciantes e aos camelôs lhes está sendo ofertado, sem qualquer ônus, um referencial para a sua, outrora sujeita a perseguição policial e fora da legalidade,

Os camelôs, já que se mostraram capazes de estruturar uma associação e manifestam o desejo de se integrar à sociedade, passam a ter direitos e deveres, num momento em que a crise afeta todo o sistema socioeconômico criou uma legião de desempregados e subempregados [...]

O que se espera partir de agora é que os camelôs respeitem as regras que democraticamente aceitaram, e entendam a dimensão do privilégio que lhes está sendo concedido. Ao contrário dos comerciantes legalmente estabelecidos, os vendedores ambulantes não estão sujeitos a um sistema de tributação rígido, nem arcam com despesas - especialmente as do serviço público - que cada mês diminui a margem de lucros e impõe maiores atribuições à atividade, sem contar com o enfrentamento a uma crise que já extrapolou o limite do

suportável para a grande maioria dos empresários.

A comunidade, mas principalmente os comerciantes precisam respirar aliviados com o fim da questão camelô. Os consumidores, porque tem o direito ao livre trânsito pelas ruas e calçadas. E o comércio por razões óbvias, já que além da concorrência desleal, tem sido obrigado a conviver com mais este problema, não lhes bastassem as atribuições e responsabilidade frente a uma crise desgastante em todos os sentidos. (FOLHA DAMANHÃ, 8 dez. 1991, p. 4).

Os comentários registrados demonstram que os principais atores envolvidos estavam atentos aos processos que ocorriam na região metropolitana e no Brasil. Em certa medida, os critérios utilizados para lidar com a “questão camelôs” pautaram-se nos princípios que caracterizaram a ação do PDT no Rio: a construção de camelódromos, tida como uma solução para o problema social e para o tratamento digno para os cidadãos. Por outro lado, a política é considerada uma sorte de dádiva ou de crédito dada aos ambulantes, que deverão retribuir provando-se confiáveis.

“Choque de ordem e Nova Política”

Nos anos que se seguiram, principalmente a partir de meados da década de 2000, houve uma razoável expansão do comércio ambulante, que ocupou primeiro o terminal rodoviário, Luiz Carlos Prestes, e o Largo da Rua Santos Dumont, e se expandiu depois para a Praça São Salvador e para todas as ruas do Centro histórico. Tal período correspondeu a um momento de instabilidade na política municipal, marcado por escândalos eleitorais e políticos e de graves problemas de infraestrutura. Nessas circunstâncias, a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) apelou para o Ministério Público Estadual.

Segundo Freitas (2006), em meados da década de 2000, era difundida a percepção de que o camelódromo, que antes atendera às necessidades da população, teve, por descaso dos prefeitos posteriores, sua estrutura e uso do espaço deteriorados, razão pela qual, hoje em dia, é por muitos considerado uma bagunça. De fato, esta situação transforma-se consideravelmente, a partir de 2009, quando incorpora a referência à desordem urbana e à segurança em termos próximos aos instituídos no Rio de Janeiro na gestão Eduardo Paes.

Com efeito, por clara pressão da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), da Associação de Comerciantes da rua João Pessoa e Adjacências (CAJORPA) e da Associação Comercial e Industrial de Campos (ACIC), o Ministério Público Estadual exigiu à prefeitura a remoção dos ambulantes do Centro, num prazo curto. O resultado foi a assinatura de um Termo de Ajuste de Comportamento (TAC), assinado em agosto de 2010 (FOLHA DA MANHÃ, 15 mai. 14), que vem orientando a política para o comércio popular desde então, pela qual todos os ambulantes do Centro seriam removidos para o camelódromo.

Como eu disse anteriormente, os comerciantes lojistas acionaram o Ministério Público, em 2006, para que os camelôs pudessem sair da área central, porém o ministério acatou o pedido, no ano de 2009, quando estipulou um prazo para que os camelôs saíssem do Terminal Rodoviário Luís Carlos Prestes. Mediante a decisão do Ministério Público, o poder público municipal, após duas reuniões com os camelôs, conseguiu convencê-los a irem para o lado do camelódromo Michel Haddad, no dia 27 de dezembro de 2009, que teria uma nova cobertura para que os trabalhadores se instalassem. (ASSIS, 2012, p. 78)

A prefeitura negociou as condições da remoção e postergou sua conclusão em quatro oportunidades, até sua completa execução em 14 de maio de 2014.

Quanto à adoção de uma retórica da ordem e da segurança para tratar da “questão camelô”, esta inflexão não advém da prefeitura senão da imprensa a partir de 2009, e pela inclusão do camelódromo de Campos no circuito do combate à “pirataria” junto ao camelódromo da Uruguaiana em 2010, quando Receita Federal, a Polícia Federal e a Polícia Civil realizaram, no Camelódromo, a operação ‘25 de março’ no combate ao contrabando, à falsificação e à venda de cópia de mídias não autorizadas.

A “campanha” foi deslançada, inicialmente, pelo jornal Folha da Manhã, na qual o redator-chefe defendia a adoção da política do “choque de ordem”, tal como realizado na cidade do Rio de Janeiro.

Duplo sentido

Uma autoridade municipal falou esses dias que a Prefeitura estava preparando um plano de ação para dar um choque de ordem nas vias públicas. Usou o termo “zoneamento urbano”. Nunca um termo foi tão bem colocado para definir a situação atual. Se vai resolver o problema, em um segundo momento, é uma outra questão. Urbanamente falando, a cidade está uma zona. “não é problema apenas de bairros periféricos (BARBOSA, 07 out. 2009).

Curiosamente, a proposta de Zoneamento, transforma-se aqui em choque de ordem, sem necessariamente corresponderem.

Aferindo

Uma pesquisa de opinião pública vai mostrar que um dos problemas urbanos mais sérios de Campos é a desordem. Ela pode ser vista a olho nu nas esquinas. Neste contexto, destaque para a proliferação de camelôs e a poluição sonora. Não seria tão difícil botar ordem nesta bagunça, que nada tem a ver com problemas sociais, como tentam justificar” (Barbosa, 18 set. 2009).

Melhorias

Por falar no Centro, ruas como a João Pessoa começam a receber nova pavimentação. É um “enfeite” para o Natal. As obras mesmo começam em janeiro. O que não pode acontecer neste atual momento é a ampliação do camelódromo na área do Mercado Municipal. Se isso se concretizar, teremos um caos completo”. (BARBOSA, 11 out. 2009).

Para Barbosa, tolerar a bagunça não se justifica por problemas sociais. A conjuntura desta defesa do “ordenamento”

do Centro era da exigência – à Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes – de se criarem condições que aumentassem a rentabilidade de seus negócios. E os camelôs são um dos principais obstáculos, não somente para o aumento das vendas, mas para a circulação e para o uso turístico da área central. Esse era o argumento de Joílson Barcelos, Presidente da CDL, em entrevista publicada no jornal Folha da Manhã, em 15 de setembro de 2009.

Assim, dois dias depois, a Folha da Manhã, defendia a postura assumida, nos seguintes termos:

Correta

A Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) está correta em cobrar, como representante da sociedade organizada, a reorganização da cidade tanto no âmbito da segurança pública quanto no da postura. O problema da Postura em Campos é crônico, porque ela é incapaz de retirar os camelôs que se espalham pelo Calçadão, mesmo a cidade já tendo uma área no Centro que foi destinada a eles. (BARBOSA, 17 set. 2009).

Não cabe

Existem coisas que já não cabem, em Campos, ou pelo menos não justificam suas ampliações. Entre elas estão a antiga Rodoviária Roberto Silveira, o Camelódromo e Feira do mercado municipal. A cidade cresceu, a frota de veículos quadruplicou e esses espaços estrangularam as vias de escoamento que não acompanham o desenvolvimento. É preciso pensar grande (BARBOSA, 9 set. 2009)

A partir de setembro de 2009, ordenar o Centro e atender às demandas dos lojistas aparece na Folha da Manhã como uma a demanda da prefeitura.

Desordem na agenda

A desordem urbana, em Campos, parece que finalmente entrou na agenda da prefeita Rosinha Garotinho. Ela quer uma solução para problemas pontuais o mais rápido possível. É que os tempos são outros e o que antes era solução popular passou a ser problema. A crítica está mais contundente e ninguém aceita mais o inaceitável. Se fizer a coisa certa colherá elogios, mas se a coisa continuar assim enfrentará tempestades (BARBOSA, 22 set. 2009)

Em tais circunstâncias, a política municipal seguiu, por um lado, com uma série de iniciativas para revitalizar o Centro e dar-lhe novos usos, que ainda se desenvolve, e outra destinada aos ambulantes. As primeiras tentativas municipais por realocar o camelódromo foram mal-sucedidas e, mesmo com pressões do Ministério Público, não foi possível removê-lo. Os lugares sugeridos não foram aceitos devido às dificuldades no acesso e à distância da área central ou por estarem localizados em área de grande movimentação de veículos. Desse modo, os prazos dados pelo Ministério Público foram progressivamente deslocados de 31 de dezembro de 2009 para 31 de novembro de 2010 e, mesmo nessa data, a remoção não foi total. E o camelódromo permanece no mesmo lugar.

Os comerciantes do camelódromo demonstraram grande capacidade de pressão, embora em nenhum momento tenham realizado manifestações de rua. Mobilizaram parlamentares, a prefeitura e vereadores, condicionando sua saída temporária à reforma e reestruturação do atual camelódromo.

A proposta final foi a de expandir o número de boxes, abrigando todos os ambulantes do Centro, os novos e os antigos. Assim, o número de boxes passaria dos atuais 300 para 500. A última conquista foi a de se deslocarem, apenas, para uma estrutura provisória na rua, ao lado do camelódromo.

Mas o principal golpe à 'resistência' do camelódromo veio quando, em 25 de março de 2010, uma operação coordenada entre a Polícia Federal e a Receita Federal apreendeu mercadorias e fechou os boxes daqueles que não tinham as notas fiscais dos produtos. A operação, conhecida como "Vinte e Cinco de Março" – em alusão à rua de São Paulo, de onde vem grande parte da mercadoria – apreendeu 60 toneladas de produtos, no valor de R\$ 7.000.000,00. Comentando a mesma operação, o Delegado Titular da Polícia Federal em Campos acusou a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes de negligência por não controlar a origem das mercadorias, permitindo a venda de produtos contrabandeados e sem nota fiscal. A reação não se fez esperar; no mesmo dia, diante das reivindicações da Associação dos Vendedores Autônomos do Shopping Popular (AVASP), a prefeitura lançou o programa de Formalização do Comércio Informal. Assim, segundo o site da prefeitura, a Prefeita:

...determinou à Procuradoria Geral do Município que busque entendimento junto ao Ministério Público Federal, solicitando prazo para que os vendedores autônomos possam se formalizar como empreendedores e continuar atuando no Shopping Popular. A prefeita determinou que seja oferecida toda orientação técnica e capacitação para que os vendedores se transformem em micro empreendedores. (PMCG, 25 mar. 2010).

A formalização consistiu em registrar os comerciantes no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), por meio de um contador indicado pela Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos dos Goytacazes (CODEMCA), e em pagar uma prestação mensal de R\$ 58,00. O então Presidente da CODEMCA, Jivago Faria, acreditava que, desse modo, os ambulantes teriam acesso ao crédito bancário e às linhas de crédito diferenciadas do Fundo de Desenvolvimento de Campos (FUNDECAM).

Quanto às negociações sobre o local de remoção – dado que o TAC exige a restauração do centro histórico e o desimpedimento da livre circulação, arrastaram-se por mais de três anos e ainda não foram concluídos. De todo modo, em 2010, removeram-se os vendedores de alimentos – que ocupavam, à noite, as imediações da praça principal (Praça das Quatro Jornadas) – para baixo do viaduto da ponte Leonel Brizola, que atravessa o Centro, a 300m da praça. Previa-se a mesma localização para o camelódromo e para os ambulantes do Centro, contudo recusaram e saíram da negociação, obrigando a prefeitura a estender repetidas vezes o prazo para a remoção de todos os ambulantes. Finalmente, em maio de 2014, os camelôs foram removidos para o Parque Alberto Sampaio, situado em frente ao Mercado Municipal, a menos de 100m do antigo camelódromo e dentro do perímetro do comércio popular. Igualmente, o próprio Mercado Municipal será transferido para as imediações.

Essas transferências fariam parte das obras de revitalização do Centro, dentro das quais o Mercado ocupa lugar de destaque, atendendo às demandas das organizações de lo-

jistas da cidade. Contudo, essas organizações promovem ativamente uma campanha pela restauração do prédio do mercado municipal, valorizado unicamente desde a perspectiva arquitetônica em detrimento de seus usos e de seu entorno. Paralelamente, a Prefeitura demora o início das obras de um novo camelódromo no mesmo lugar do antigo, enquanto as lojas do entorno reclamam da diminuição das vendas. Por sua parte, os camelôs temem não retornarem ao antigo ponto. Em suma, o processo encontra-se num aparente impasse.

Independente desse impasse, a política municipal para o

Centro da cidade pauta-se nas exigências dos lojistas e discute com eles ações de mudança no uso do Centro de modo a favorecer eventos culturais e usos diversificados (PMCG, 2015). Inclui, assim, na agenda municipal, a renovação urbana, a valorização do patrimônio e o incentivo a grandes eventos. Mas ao mesmo tempo preserva o camelódromo, o Mercado Municipal e a Rodoviária –os restaura. Finalmente, a mudança de prefeito em 2016 parece não alterar grandemente tais expectativas. Contudo, continua indefinido o que será do camelódromo, que permanece em seu recinto provisório

Conclusões

Deste esboço de comparação entre a experiência do Rio de Janeiro e de Campos dos Goytacazes quanto à circulação dos “modelos” camelódromo e a “ordem urbana”, concluímos ser possível pensar em difusão. Contudo, as apropriações dos mesmos nos contextos locais estão condicionadas às características das arenas públicas, considerando os atores e o problema em torno dos quais se formam e mobilizam localmente. Assim, nas décadas de 80 e 90, a “questão camelôs” em Campos enfatizou muito menos a concorrência desleal e tendeu à tolerância em nome da crise e, em certa medida, da cidadania. Desse modo, o camelódromo foi tomado pelos lojistas como uma política distributiva generosa que exige retribuição dos ambulantes no sentido de evitar a concorrência por espaço de circulação. De igual maneira, a adoção da retórica da

ordem carece, em Campos, dos elementos morais e legais que existem no Rio de Janeiro, dado que não estabelece do mesmo modo o vínculo entre desordem, insegurança e violência urbana. A desordem urbana limita-se, neste caso, ao descuido com a cidade, à obstrução de ruas e calçadas, aos estacionamentos irregulares e às carroças. A atenção à desordem foca-se na circulação na cidade e não na condenação ao contrabando e à tolerância dos cidadãos às ilegalidades, foca-se na modernização do Centro e não na rentabilidade e “desenvolvimento” em um cenário de projeção global da cidade. Finalmente, entre os atores envolvidos na promoção dos novos modos de pensar a política urbana, percebe-se grande influência dos lojistas e de suas organizações em detrimento da prefeitura e de outros atores econômicos, o que contrasta sobremaneira com a capital.

REFERÊNCIAS

ASSIS, R. L. . As vulnerabilidades de uma carreira: os camelôs do terminal e a cidade de Campos dos Goytacazes como um espaço de luta por reconhecimento Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2013.

BARBOSA, A. “Ponto Final”. Folha da Manhã. Campos dos Goytacazes (2007-2009)

CEFAI, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Vol. 2 nº 9, 2009. pp. 11-48.

ELIAS, N. & SCOTSON, J. Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000

FOLHA DA MANHÃ. “Camelôs Invadem o Centro e vendem de Cintos até Sapatos”. Folha da Manhã, 20 dez. 1985, p.9.

FOLHA DA MANHÃ. “Camelôs querem seguir trabalhando e irão a Zezé”. Folha da Manhã, 23 jan. 1985, p. 3.

FOLHADAMANHÃ. “Vigilância da PMCV a retirar Camelôs da Praças das 4 Jornadas”. Folha da Manhã, 8 dez. 1985, p.8.

FREIRE, J. & MAMANI, H. A. A. Problemas públicos e periferias no estado do Rio de Janeiro In: 36ª encontro anual da ANPOCS, 2012. Anais 36º Encontro Anual

da ANPOCS. 2012.

FREITAS, C. R. B. O Mercado Municipal De Campos Dos Goytacazes: A Sedução Persistente De Uma Instituição Pública. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2006.

GERTZ, G. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

LEMOS, L. M. As sociabilidades na informalidade: uma investigação sobre a interação de diferentes contextos sócio organizativos no camelódromo em Campos. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2001.

MACEDO R, “Camelôs vendem de importados até as tradicionais Bugigangas”. Folha da Manhã (Caderno B), 10 dez. de 1985 p1.

MAMANI, H. A. “Ordem urbana e conflitos de “ambulantes” em cidades Fluminenses”, Relatório de Pesquisa, 2014.

PMCG. Centro Histórico: empresários e secretarias reunidas para desenvolver projeto. 10 set. 2015. Disponível em http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia_32705. Acesso em 30 set. 2015.

RIO DE JANEIRO. Michel Haddad. Disponível em: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/michelhaddad>. Acesso em 30 set. 2015.

SANTOS, W. G. dos. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1987.

NOTAS

1 - Este trabalho constituiu um desdobramento do projeto de pesquisa “Sociabilidade, Disputada ou Violenta: gramáticas e dispositivos da administração de Tensões Urbanas” coordenado pelo Prof. Dr. Luiz Antonio Machado da Silva.

2 - Marcelo Alencar, durante sua gestão como Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro (1983-1986), tentou transferir os ambulantes do Centro e da Zona Sul do Rio de Janeiro para a Praça Onze, junto ao recém-inaugurado Sambódromo. Daí a origem do nome, que vem da

junção de Camelô com Sambódromo (MAMANI, 2014).

3 - O uso mais frequente da noção Arena Pública corresponde aos momentos de conflitos abertos e debates explícitos, nos quais “...as lógicas de ação ultrapassam os mercados, os campos ou os setores em que estão geralmente contidas, passando por cima de suas fronteiras, por meio [...] contágio ou propagação” (CEFAI, 2009, p 16).

4 - Os dados utilizados resultam de entrevistas a autoridades municipais e da documentação e contextualização efetuados com base num banco de teses de dissertações, bem como de uma base de notícias de jornais de Campos, em particular da Folha da Manhã.

Numa apropriação livre de Elias e Scotson. (2000)

Os times de usina de Campos dos Goytacazes/RJ (1917-1980)

THE SOCCER TEAMS OF PLANT IN CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Resumo:

A criação de mercados populares constitui um “modelo” de política. Esse artigo enfoca a história social do futebol em Campos dos Goytacazes, e demonstra também a relação entre o desenvolvimento do futebol na cidade e a economia açucareira, e o papel particular dos times de usina.

Palavras-chave: Campos dos Goytacazes, Futebol, Trabalhadores de Usina

Abstract:

This paper focuses on the social history of soccer in Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro State, Brazil; it also demonstrates the relationship between the development of soccer game and the sugar economy in the city, and the particular role of plant soccer teams.

Keywords: Campos dos Goytacazes, Soccer, Plant Workers

Leonardo Soares dos Santos

Professor de História e do PpgDAP/UFF

leossga@gmail.com

Introdução

A economia açucareira não marcou a paisagem social da cidade de Campos dos Goytacazes (e a região por ela influenciada) apenas por sua produção e poder político que dela derivavam, mas também por engendrar importantes marcos e instituições do cenário futebolístico do lugar.

Além de ter sido muito importante para a sustentação dos dois principais clubes da cidade – Americano e Goitacás –, por período significativo de suas respectivas histórias, a economia açucareira, por meio de suas usinas e usineiros, também contribuiu para o surgimento de uma série de agremiações futebolísticas na cidade.

É certo que não foram poucos os times criados no Brasil oriundos de usinas açucareiras, temos os exemplos notáveis de União São João (São Paulo), União Barbarense (São Paulo), Central de Itaocara (Rio de Janeiro), Usina Ceará, Usina Catende (Pernambuco) e do Maravilhas (Pernambuco).

Aristides Leo Pardo nota que o interesse de grandes empresários em patrocinar times de futebol não era incomum no antigo estado do Rio de Janeiro.; tivemos os casos dos clubes Bangu A.C., Santa Maria (Bom Jesus de Itabapoana), Madureira, Filó (Nova Friburgo) e Central de Itaocara. Aristides cita também:

*A elite canavieira ajudou mais de 20 associações a nascer, inclusive algumas que chegariam à era profissional do futebol. Em Petrópolis, a indústria têxtil foi a grande impulsionadora; em Volta Redonda, o clube local teve apoio da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); em Mendes, houve um time chamado Frigorífico, que girava em torno deste, e, finalmente, em Niterói foram diversos clubes oriundos de empresas industriais, com apoio maciço do patronato.*¹

Mas, sem dúvida, a cidade de Campos ofereceria o maior número de exemplos, ou seja, acabaria condensando um enorme número de times. E serão esses a merecerem maior atenção. Trata-se de agremiações que, mais do que o apoio dos donos de usinas, foram resultado do empenho dos seus trabalhadores em consolidar clubes e times, práticas associa-

tivas que tinham o futebol como pano de fundo.

Aristides Leo Pardo lista todos os clubes que, pelo menos uma vez, jogaram no campeonato campista organizado pela Liga, ou por entidade correspondente: Internacional, Aliança Foot Ball Club, Americano, Goytacaz, Campos Atlético Associação, América, Rio Branco, Fla-Flu, Paladino, XV de Novembro, Luso Brasileiro, Aliança do Queimado, Atlético, Itatiaia, Sapucaia, Cambaíba, São José, São João, Paraíso de Tocos, Leopoldina, Industrial, Municipal, Futurista Futebol Clube, Vesúvio e Lacerda Sobrinho. Ou seja, dos 25 clubes que disputaram o campeonato campista de futebol, seis deles eram de usinas, isto é, mais de um quinto dos times. A proporção de times operários – para além dos de usinas – é maior se acrescentarmos as equipes do Industrial, Vesúvio e do Municipal, compostas por funcionários da Fábrica de Tecidos, do Corpo de Bombeiros e do Mercado Municipal, respectivamente.²

Leo Pardo lista uma série de outros times, menos notórios mas também oriundos de usinas, formados tanto por funcionários como por moradores das localidades. São eles: *Pinheiro Machado (Santo Amaro), União e Aliança (Queimado), Ypiranga (Morro do Coko), Atlético (Goytacazes), Santo Antônio (Beco), Martins Laje (Martins Laje), Rio Preto (Morangaba), Palmeiras e Liberal (Cambaíba), Tamandaré (Santa Maria), Santa Cruz (Santa Cruz), Nacional (Saturnino Braga), Comercial (Conselheiro Josino), Ururá e União de Ururá (Ururá), Cruzeiro (Poço Gordo), Estrela (Ponta da Cruz), Santo Eduardo, Esporte Clube Italva (do então distrito de Italva, que se emancipou de Campos em 1986) e Cardoso Moreira Futebol Clube (o distrito também obteve a sua emancipação político-administrativa em 1989).*

Acrescentaríamos a essa relação os times do Progresso e do Brasil, da Usina Sapucaia, que, em 1938, seriam fundidos, surgindo então o EC Sapucaia.

O peso da economia açucareira era tão grande que praticamente todos os clubes de usina foram criados no período de auge de sua produção econômica, entre 1930 e 1950. As exceções são o Sapucaia e o São João, ambos de 1917.

São João

O clube foi fundado em 24 de junho de 1917 por José Norival, Cláudio de Souza e Arnaldo Pereira dos Santos, todos, segundo Leo Pardo, funcionários da Usina São João.

O autor afirmar que, logo de início, a agremiação pôde contar com o apoio da "cúpula da empresa, que, além da doação do terreno, arcou com as despesas para a construção do campo para o clube".³ Em relação ao cargo de presidente desses clubes, funcionários e usineiros foram assumindo esse posto ao longo da história.⁴

Esporte Clube São José

O historiador Sérgio Mello informa que o Esporte Clube São José foi fundado na sexta-feira do dia 28 de janeiro de 1938, na localidade de Goitacazes, e que, após atuar na Divisão de Amadores da Liga Campista de Desportos até 1944, passaria, no ano seguinte, à Liga Profissional, na qual viria a se tornar campeão campista em 1952.⁵

Como ocorreria em outros clubes da região, o apoio do dono (ou ao menos um dos donos) da usina era fundamental para que a agremiação pudesse ter sido criada. No caso do São José, ele contou com a "ajuda" do Sr. Gonçalves Vasconcelos, um dos sócios da Usina. Sérgio Mello destaca que a "área para o estádio, que chegou a ser chamado de Estádio da Vitória (já que foi inaugurado no dia 8 de maio de 1945, exatamente no dia da vitória dos Aliados na frente europeia da II Guerra Mundial), foi cedida pela direção" da mesma. Nesse mesmo terreno, o clube ergueria, mais tarde, a sua sede social. O estabelecimento de estrutura tão formidável renderia ao clube a alcunha "Milionário". Também era chamado pelo sugestivo nome de "Colosso".

O São José ainda teria disposição e recursos para alçar voos para além do futebol, chegando a desenvolver o basquete e o vôlei, mas acabou mesmo, segundo Sérgio, tendo maior sucesso no futebol.

Alguns dos maiores jogadores do clube foram Tom-Mix, Bóia, Chico, Odílio, Aires, Aílton, Índio, Santana e César.

A sua maior conquista foi, sem dúvida, o Campeonato Campista de 1952, o primeiro certame profissional da cidade. A esse respeito, Sérgio Mello escreve:

Moradores mais antigos do lugar até hoje recordam, com saudade, jogadores como Valtinho, Soares, Basílio, Cambaíba, Orlando, Custódio, Altivino, Eraldo, Amaro, Hugo Ilmo, Heraldo, campeões profissionais daquele ano, assim como outros jogadores saídos de suas fileiras para jogarem mais tarde em outros clubes da cidade.

A partir de levantamento efetuado pelo historiador Paulo Ourives, estas foram as partidas realizadas pelo campeão:

São José 5x0 Municipal; São José 4x3 Goytacaz; São José 4x3 Americano; São José 4x1 Campos; São José 5x2 Rio Branco; São José 3x1 Municipal; São José 2x2 Goytacaz; São José 1x3 Americano; São José 1x2 Campos; São José 4x2 Rio Branco.

Foram oito vitórias e duas derrotas. Ainda segundo Paulo Ourives, podemos ver que o time titular do campeão do São José foi formado por Custódio e Altivino; Ilmo, Bento e Heraldo; Soares, Orlando, Amaro, Hugo e Basílio.⁶

É comprovadamente o clube de usina mais antigo de Campos dos Goytacazes, mas muito mais tarde, em 1958, ele viria a se filiar à Liga Campista de Desportos, "quando passou então a disputar os campeonatos por essa entidade promovidos."

A história do clube não é marcada por grandes conquistas, tendo unicamente conquistado, em 1960, o campeonato de aspirantes da Liga Campista de Desportos.

Assim que a Usina fechou, na década de 1980, o clube deixou de atuar.

Sérgio Mello reproduziu o texto de um artigo completo saído na revista Madrigal, em março de 1970, sobre a história do São José, retratando seus anos iniciais e a grande conquista de 1952. Embora extensa, vale a pena a reprodução desse texto:

Em 1950-51 houve certo desânimo em face da perda do título em 49, quando teve tudo para vencer. E o grande ano mesmo, quando o conjunto se apurou e adquiriu maturidade, foi o de 1952. A equipe estava no auge de sua forma física e técnica. Houve um trabalho sério, criterioso, de Cid Pinto de Andrade (diretor de futebol) e João Francisco Dumas (ex-craque do Americano) na época treinador, sob a presidência do saudoso Norberto Siqueira Barreto, e o Colosso levantou brilhantemente o I Campeonato Campista de Profissionais.

A decisão, foi também (como em 49) contra o Rio Branco, e ainda na Avenida 7 de Setembro. Ao fim de partida memorável, teve início a longa e gloriosa viagem de volta, em passeata festiva. Houve festa em São Gonçalo, e a nossa Lyra São José, diante do portão principal do Estádio, em meio à multidão, veio homenagear os vitoriosos. O povo, em delírio, cantava e dançava nas ruas.

Alegria incomum, quase indescritível, e cenas comoventes como talvez jamais Goytacazes tivesse presenciado. Os festejos perduraram até o carnaval, quando um grande préstito, com torcedores, dirigentes, atletas e até mesmo um carro de bois, foram à cidade, aplaudidos ao longo do caminho não obstante a chuva daquele domingo de carnaval, e desfilaram pelas ruas centrais.

O carro de bois, sob o comando do capitão Delfino, desceu pela Avenida 7 e Boulevard, e por pouco não causou alguns estragos. Era um fato inédito no centro da cidade. Valtinho, Custódio, Altivino, Ilmo, Hugo, Tom-Mix, Eraldo, Soares, Orlando, Amaro, Heraldo e Basílio, e ainda Evaldo, Cambaíba, Crioulo e outros, participaram da gloriosa jornada.

Chico Bento e Cidoreco, formavam com Basílio o trio de Tocos, foram escoltados pelos diretores e jogadores até a sede daquele distrito, até então nosso mais terrível adversário. Ali, eram as cenas de confraternização, as lágrimas, os abraços sem fim. O grande capitão da equipe e artilheiro do campeonato foi o nosso saudoso Amaro Barbosa.

No período áureo da existência do São José, muitos trabalharam, lutaram e até se sacrificaram, na assistência e no apoio constante ao grande time. Na presidência ou em outros cargos igualmente importantes, além dos já citados, é de justiça ressaltar outros nomes como José Gonçalves da Silva, Gilberto Batista Vieira, Volgran Silvano, Antônio Pires, Wilson Campinho, Pedro Tavares, José Pinheiro Filho, o saudoso Paranhos, Carola e, no ano de ouro, a figura ímpar de desportista e de cidadão, Norberto Siqueira Barreto, o presidente da Vitória, símbolo da persistência, que encarnava o espírito altaneiro, a polidez, o entusiasmo e a bravura da gente goitacá.⁷

Cambaíba Esporte Clube

O Cambaíba Esporte Clube foi fundado no dia 30 de agosto de 1930. Ele surgiu a partir da fusão de outros dois clubes, também situados na Usina Cambaíba, o Liberal Futebol Clube e o Palmeiras.⁸

Com base no depoimento de antigos funcionários da Cambaíba - José Pereira, o Cambuci, e Henrique Azeredo - Paulo Ourives destaca que a Usina, localizada a 12 quilômetros do centro urbano, era "um dos maiores e mais completos complexos industriais da região, graças à excelente administração do industrial Heli Ribeiro Gomes que chegou a ser Vice-Governador e deputado federal pelo antigo Estado do Rio de Janeiro, e assiduamente ao trabalho dos filhos Cristóvão e João".⁹

Desde sempre, o Cambaíba adotou as cores branca e azul. O clube só passaria a jogar a divisão profissional em 1966.

Paulo Ourives conta que, ao longo de sua história, o Cambaíba Esporte Clube teve como presidentes Benedito Bernardo, José Pereira, Nilton Guaraná, Áureo Machado de Brito, Clemente Alves dos Santos, Artur Ferreira Machado, Joubert de Andrade Maia, José Geraldo Barbosa Machado e José Lisandro de Albernaz Gomes, um dos filhos de Heli Ribeiro Gomes.¹⁰

Entre os jogadores de maior destaque, segundo Paulo Ourives, a agremiação teve Benedito Carangueijo, Manoel Bentevi, Jair, Tomé, Paizinho, Luís, Célio, Lolosa, Caruso, Ailton, Tuquinha, Jorge Ramos, Pedro Rodrigues, Bauí e muitos outros, além de Joélio, Adalberto, Perácio, Milton, Nel, Batisa, Fefe, Geraldo, Ronaldo, Cadica e Mauricinho.

Os pontos altos do clube em termos de campeonatos foram as conquistas da Taça Cidade de Campos em 1973 e 1977.¹¹ A primeira foi obtida mediante vitória sobre o Sapucaia,

em uma final disputada em três partidas - tendo o Cambaíba vencido a última por 1 x 0.¹²

Mas outras façanhas são lembradas, como "quando o grêmio rural, a 19 de agosto de 1962, dentro dos festejos do trigésimo-segundo aniversário, goleou o Americano por 6x1."

Em 1966, o clube inaugurava o estádio Deputado Heli Ribeiro Gomes, nome dado pelo próprio, já que era o dono da Usina Cambaíba. A inauguração seria exatamente no dia 1º de maio. Tudo confluía para a realização de uma grande festa, que começou

pela manhã com desfile de cães, salto de pára-quedista e missa, seguindo-se o churrasco. À tarde, depois de uma solenidade na qual foi inaugurada uma placa oferecida pelo Goytacaz, foram disputados dois jogos, um dos quais entre os reservas do Cambaíba, que derrotaram o Estrela, de Ponto da Cruz, por 5x0, e outro entre os quadros principais do Cambaíba e Goytacaz, saindo vencedor o clube da cidade, por 2x1.

Mais do que um evento esportivo, o evento era uma oportunidade singular para o então proprietário da Usina reafirmar o seu papel como benfeitor daquela localidade:

À noite a festa ficou por conta das barraquinhas, tendo o industrial Heli Ribeiro Gomes, nesse dia, comprado 10 mil refrigerantes, um caminhão de laranjas, dois sacos de farinha e mandado matar quatro bois para o churrasco.

Como todos os times de usina, o Cambaíba EC não resistiria à decadência da economia açucareira e da própria Usina a partir da década de 80, e abandonaria as competições profissionais. Muito embora exista até hoje, fruto da abnegação de alguns de seus antigos moradores, o que o tem levado a disputar o campeonato amador campista de futebol.

Paraíso Futebol Clube

Informa Leo Pardo que o Paraíso, pertencente à Usina de mesmo nome, da localidade de Tocos, é um dos clubes de usina mais antigo de Campos, fundado em 17 de julho de 1917.¹³ Dos clubes originados a partir de usinas, o Paraíso é considerado o mais antigo, "apesar de que o São João ter sido fundado 23 dias antes, mas não disputava campeonatos oficiais."¹⁴ Sobre esse evento, conta-nos Paulo Ourives:

Nesse dia, já bem distante, houve uma reunião da qual participaram José Manhães, Miguel Rivaldi, Amaro Monteiro, Manoel Monteiro, Domingos Monteiro, Helvécio Peixoto e Ezequiel Manhães da Silva, que logo escolheram Miguel Rivaldi para presidente.¹⁵

O clube estrearia no campeonato da Liga Campista de Desportos em 1951. Em 17 de agosto de 1958, era inaugurado o seu estádio, após o clube ter completado 41 anos, inicialmente denominado Roberto Codray, alterado posteriormente para Benedito Silveira Coutinho. O clube era industrial e, segundo Paulo Ourives, Geraldo - junto com Osvaldo Gomes - foi "incansável na luta em favor do seu clube".¹⁶

O jogo para celebrar a inauguração, contra o Goytacaz, foi um momento muito marcante para os trabalhadores da Usina e suas famílias. A partida acabou sendo vencida pelo Paraíso. Além da vitória, Paulo Ourives aponta outros aspectos marcantes:

Esse jogo, assistido por mais de mil pessoas, a maioria empregados da usina e suas mulheres e filhos, valeu pelo Campeonato Campista daquele ano, no qual o time local se apresentou com Paulo; Votinha e Carlinhos; Zequinha, Nilo e Cidoreco; Touquinho, Diniz, Osvaldo, Ênio e Basílio. O Goytacaz, derrotado, para enorme alegria da família toquense, que à noite promoveu festa desde a Casa Grande da usina até o lar mais humilde do lugar, se apresentou com Rodoval; Osvaldino e Pereira; Orioval, Rubinho e Sardinha; Roberto, Jarbas, Carlos Augusto e Jorginho.

Paulo Ourives nos oferece outros detalhes, em minúcias, sobre a estrutura que foi sendo montada para o Paraíso - nesse tocante, a ajuda dos proprietários da Usina foi fundamental:

Os mais antigos contam que, uma vez fundado o clube de Tocos, seus dirigentes procuraram a direção da usina para dar ciência da fundação do Paraíso e pedir ajuda, o que conseguiram com a doação de grande área, em cujo local foi construído o primeiro campo, mais tarde ocupado pelo Grupo Escolar Almirante Barroso. Anos depois, ainda em terrenos da usina, o Paraíso ganhou nova área, onde se encontra, no prolongamento da Avenida Guilherme Morisson, e em cuja praça de esportes, além do gramado de tamanho oficial e balizas em ferro redondo, existem o aramado e, em volta, para fazer sombra, enormes pés de eucaliptos. Do seu campo constam, ainda, vestiários azulejados para os dois times e para os juizes, bem como três túneis que ligam os mesmos vestiários ao gramado. As suas sociais agasalham também o dormitório para os jogadores,

*cabines para rádios e uma pequena tribuna, onde, em dias de grandes jogos e em cadeiras de palhinha, a cúpula da usina se senta para festejar as vitórias do time local.*¹⁷

No jogo inaugural, o clube enfrentou o Goytacaz, vencendo-o por 1 x 0, "em um jogo visto por mais de mil pessoas (a maioria parentes de jogadores e funcionários da usina)". Teria ocorrido, após a partida, "uma grande festa da "família toquense", que alegrou desde a casa grande da Usina até a residência mais humilde".

O clube foi vice-campeão citadino em duas ocasiões, 1958 e 1976. E conquistou, em 1975, o torneio Otávio Pinto Guimarães.¹⁸ Com base na reportagem sobre o jogo publicada no Jornal dos Sports do dia 15 de novembro de 1975, Ourives nos conta como foi esse triunfo:

o Paraíso havia derrotado o Goytacaz por 2 a 1, no Estádio Godofredo Cruz, e com isso conquistado o título do Torneio Otávio Pinto Guimarães. Da matéria constavam, ainda, a renda de Cr\$ 12.000,00, o nome do juiz, Nicodemus Vidal e a ordem dos gols: Macedo fez 1 a 0, Ailson marcou o segundo e Tuquinha, já no segundo tempo, para o Goytacaz. O jogo foi cheio de catimba e contou com as expulsões de Pontixeli, Paulo Marcos e Zair. Para completar, o jornal carioca apresentou as equipes, com o Paraíso contando com Joelson; Robson, Joézio, Niniu e Clóvis (Carlos Alberto); Carlinhos, Valmir (Balula) e Ailson; Silvinho, Jorginho e Macedo, e o Goytacaz com Juvenal; Nad (Wilson), Paulo Marcos,

Beraldi e Júlio César; Ricardo Batata, Pontixeli e Naldo; Zair, Tuquinha e Piscina (Jocimar).

*Desse torneio também participaram Rio Branco e Cambaíba e a decisão se deu em dois jogos extras, o primeiro dos quais terminou igual em 0 a 0.*¹⁹

No ano seguinte, o clube conquistaria o Torneio Roberto D'Affonseca Monteiro. A final se deu no dia 28 de fevereiro de 1976 e, baseando-se no mesmo jornal, Ourives nos relata: *reagindo nos últimos instantes do jogo bastante corrido, o Paraíso, que perdia de 1 a 0 para o Rio Branco, acabou vencendo-o por 2 a 1[...]. Arroz, aos 12 minutos para o róseo-negro; Balula, aos 42 e Robson, aos 46 minutos, todos no segundo tempo, foram os autores dos gols. Contra Zenilton Costa dos Santos, o juiz, os riobranquenses reclamaram a não marcação de um pênalti quando o placar era de 1 a 0. A rodada final do torneio, que reuniu esses dois clubes mais o Campos e o Sapucaia, foi disputada anteontem à noite, no Estádio Ângelo de Carvalho. No primeiro jogo da noite, o Campos derrotou o Sapucaia por 2 a 0, gols de Zé Neto e Zé Antônio. O Paraíso, campeão, jogou com Joelson; Robson, Niniu, Joézio e Clóvis (Carlos Alberto); Carlinhos (Balula), Valmir e Ailson (Bangazal); Silvinho, Jorginho e Macedo, e o Rio Branco com Oliveira; Carlinhos, Índio, Edalmo e Abud; Divaldo, Armando e Joelson; Arroz, Jorginho e Pedro.*²⁰

O Paraíso teve um destino semelhante ao do Cambaíba, retirando-se dos campeonatos profissionais na década de 80, mas seguindo disputando certames amadores da cidade.

Esporte Clube Sapucaia

O Esporte Clube Sapucaia surgiu da fusão de outros dois clubes formados por trabalhadores da Usina, o Progresso Futebol Clube e o Brasil. Assim, ele representaria, nos campeonatos locais, o povo da localidade, distante 15 km do centro de Campos.²¹ A fundação ocorreu em 18 de dezembro de 1938, mas o clube apenas se filiou à Liga Campista de Futebol em 1961, conseguindo o acesso à divisão principal em 1969.²²

Um importante relato sobre a história dos clubes que deram origem ao Sapucaia é resgatado por Paulo Ourives, a partir de uma matéria do jornal A Cidade de 1971, com um antigo funcionário, Antônio Miguel de Andrade, "aposentado mas ainda trabalhando na usina" naquele momento. Dizia ele *que em 1920 a região possuía o Progresso e o Brasil, tradicionais rivais que nem sempre acabavam os jogos que começavam mas que se uniam toda a vez em que um grande clube da cidade ia jogar por lá. Além do jogo, que se transformava numa festa do lugar, havia almoço e, depois do jogo, o baile, fosse qual fosse o resultado da partida. Alcides Guimarães, presidente durante muitos anos do Progresso, contava que, no seu tempo, quando seu time precisava de reforço, Cadete, do Americano, era convidado. Em relação ao Brasil, o Progresso era mais organizado, possuindo campo cercado de tábuas de barrica de cimento. O goleiro mais famoso que possuiu foi o Milton Lucas, mas outros jogadores deixaram nome por lá: Manoel Euclides, Otávio e Lamartine, que, além de atleta, era diretor.*²³

Ainda segundo os depoimentos levantados por Ourives, o Brasil cessou suas atividades em 1930, e, por quatro anos, "a localidade sofreu os efeitos da crise financeira que abalou o mundo".

Foi em 1934 que surgiu José Pedrosa, então jogador do União Ciclista e que, como chefe de obras da Usina, reuniu o pessoal que gostava de futebol,

promoveu treinos com o que restou do Brasil e do Progresso e até realizou amistosos com clubes da vizinhança, além de outros contra times de Outeiro, Poço Gordo, Santa Cruz e Campo Limpo.

Conta-nos Leo Pardo que "a reunião de fundação do novo clube ocorreu no pátio da própria usina e dela participaram John Julius, Max Polley, José Pedruca, Antônio Miguel Andrade, Didi Pinheiro Machado, Wilson Isaltino, Leandro Barbosa, Touquinha e Aauto Pacheco."²⁴

O jogo de estreia da agremiação se deu contra o Paraíso e terminou empatada em 1 x 1. Como em outros casos, os historiadores locais dão especial destaque ao apoio do "dono da usina". No caso da Sapucaia, o apoio por parte do usineiro teria se dado a partir de uma determinada época, provavelmente a partir da década de 1960. Segundo Paulo Ourives, procedeu-se a construção de um pequeno estádio, dotado de vestiário, alojamentos para concentração, e profissionalizou alguns jogadores.²⁵

Apoio esse que parece ter tido como contrapartida a redefinição das cores da camisa do Sapucaia em favor da preferência que o usineiro tinha em relação ao carioca Clube de Regatas do Flamengo.

*A diretoria procurou o industrial Francisco Jacob Gayoso y Almendra, o Dr. "Chico", como era chamado por muitos dentro da usina, para pedir colaboração para o novo clube, que de imediato seria prontificado, mas com uma exigência: "Que as cores do time fossem vermelha e preta, como as do Flamengo", sendo assim, o antigo uniforme verde, vermelho e branco foram logo abandonados. O Sapucaia chegou a ser o clube campista que mais gastou com o futebol, contratando reforços que transformou o clube no que o jornalista Pêris Ribeiro chamou, um dia, de "Academia de Futebol".*²⁶

Segundo Ourives, em 1968, ainda tricolor, o clube venceu o campeonato da zona oeste e, em 69, o da divisão de acesso, o que lhe permitiu jogar a divisão principal, denominada "divisão extra de profissionais".

Da campanha vitoriosa de 1969 participaram os seguintes jogadores: Adílson Rangel de Sousa, Adílson Rodrigues, Altair Pereira Ferreira, Carlos Galileu Martins Andrade, Enilton Mendonça Fernandes, Erenildo Rosa, Fernando Mota, Haroldo Martins de Andrade, Heli Peixoto dos Santos, Jorge Barbosa, João Roque Lima, Luís Carlos Ribeiro, Neilton Gomes de Oliveira, Valdelino Viana, Wilson Barreto, Valtevíro Viana, José Amaro Mota, Nivaldo Galvão da Silva, Gilberto Barbosa e Ivanilton Alfes Gama.

A época de maior sucesso do Sapucaia foi sem dúvida a década de 70, fase em que o clube passou a disputar a divisão principal do campeonato campista e até mesmo o campeonato fluminense. Paulo Ourives nota que o Sapucaia foi um dos poucos clubes a ascenderem à primeira divisão, ganhando o campeonato da segunda divisão. Isso motivou a direção a contratar "treinadores com experiência". De fato, o balanço foi bastante positivo: além da conquista da Taça Cidade de Campos, em 1974 (e o vice em 1973), o Sapucaia foi campeão fluminense em 1975, após disputar a final com o Americano, em um jogo com a arbitragem de Arnaldo César Coelho, no dia 12 de maio de 1975:

A equipe [que] venceu o Americano na partida final por 4 x 2, era composta por Roque, Danilo Pastor, Paulo Lumumba, Roberto Madeira e Albérico, Osvaldo, Amarinho, Betinho e Gonzaga, Waldir e Alcir. Também participaram da campanha vitoriosa do rubro negro naquele ano: Tuiú, Joaquim, Joélio, Folha, Pedro, Edmilson, René, Toninho e Vicente.

Paulo Ourives, baseando-se na descrição de *A Notícia* sobre a final, publicada no dia 13 de maio:

Aos 9 min Valmir fazia 1x0, escorando de cabeça um cruzamento sob medida de Albérico. Aos 25 min, uma trama de todo o ataque rubro-negro proporcionou a Betinho marcar o segundo gol, tendo o extrema apenas entrado rápido e tocado no canto direito de Bodoque, com grande categoria. E aos 34 min, o mesmo Valmir marcava um golaço verdadeiramente de placa, após fintar Zé Henrique espetacularmente.

Em suma, em pouco mais de meia hora o Sapuca já barbarizava. E o reflexo disso tudo se via com mais nitidez à luz fria do placar do Arizão, que mostrava 3x0 a seu favor.

Sport Club Aliança

De todos os times de usina surgidos em Campos, o Aliança (Usina do Queimado) foi o time de campanha mais exitosa, tendo sido tricampeão campista em 36-37-38. E tricampeão fluminense em 37-38-39.

Segundo Léo Pardo, "um grupo de funcionários que sempre se reuniam nas horas de folga para jogarem futebol", teve a feliz ideia de formar uma equipe de futebol "para se filiar à Liga Campista de Desportos (LCD) e que se fizesse presente nos campeonatos promovidos por essa entidade".²⁹

A iniciativa teria partido de Laudelino Batista e Antônio da Silva Sá, "respectivamente foram o primeiro presidente e vice do clube", que recorreram aos "irmãos Julião e Inácio Nogueira, proprietários da usina e grandes admiradores dos

No início do segundo tempo, no entanto, o Americano voltou decidido e aproveitando-se de duas indecisões do miolo da zaga rubro-negra marcou dois gols aos 4 e 5 min, através de Messias e Chico, respectivamente. Isso, depois de Arnaldo César Coelho ter encerrado o primeiro tempo quando ainda faltavam 7 min e de ter logo depois, ido aos vestiários correndo chamar os jogadores de volta.

Mas o Sapucaia é o Sapuca e Joaquinzinho, com uma pedrada de fora da área, aos 27 min, após trocar passes com Toninho, Alcir e Betinho, botou a criança pra dormir pela quarta vez no fundo das redes de Bodoque, liquidando de vez com o Americano".

Esse jogo foi no campo do Goytacaz, contou com a arbitragem de Arnaldo César Coelho e rendeu Cr\$ 49.420,00. O Sapucaia jogou com Roque; Charuto, Admilson, Folha e Albérico; Amarinho, Joaquinzinho e Alcir; Betinho, Valmir e Toninho Guerreiro, e o Americano com Bodoque; Guaraci, Zé Henrique, Luisinho e Capetinha; Adalberto, Ico e Paulo Roberto; Messias, Tatalo e Chico. Desse jogo também participaram Osvaldo Guariba e Joélio, pelo campeão, e Jamil Abud e João Francisco, pelo clube de Parque Tamandaré.²⁷

E acrescenta Ourives: "No mesmo dia, o Monitor Campista colocava em manchete, na página esportiva: 'Sapucaia sagra-se campeão fluminense num jogo histórico contra o Americano'."

Esse seria, por sinal, o último campeonato fluminense antes da fusão com o Estado da Guanabara.

Paulo Ourives cita outras conquistas do clube rubro-negro: *Campeão do antigo Estado do Rio de Janeiro, o Sapucaia também conquistou os títulos da VII Taça Cidade de Campos, da Série Industrial em 1968, do Torneio Experimental de Profissionais em 1972, possuindo, ainda, muitos troféus, entre os quais o que tem o nome do Prefeito Jorge Santiago, da cidade paulista de Cruzeiro, onde jogou e venceu, o troféu José Carlos Vieira Barbosa, disputado a 7 de setembro de 1974, além daquele que tem o nome do saudoso Carino Quitete, conquistado a 25 de maio de 1973, bem como o troféu Mário Seixas, este oferecido pela LCD e o troféu Edmundo Vaz de Araújo.²⁸*

Leo Pardo argumenta que o declínio do clube já teria começado a ocorrer na própria década de 70, logo após a conquista do campeonato fluminense, "com a saída do Dr. Chico e do Dr. Alaor Lamartine de Castro para colaborar com o Americano, que disputaria o campeonato nacional de 75".

Hoje, o mesmo campo que naqueles áureos anos 70 viu brilhar aquele time que o jornalista Pérís Ribeiro um dia chamou de "Academia do Futebol", recebe apenas peladas.

esportes em geral, que gostaram muito da ideia e não só autorizaram a criação do time, como também colaboraram em muito para o seu desenvolvimento".³⁰

A solenidade de criação do clube ocorreu no dia 24 de abril de 1932, data oficial de fundação do Aliança, foi secretariada pelo "jornalista e maestro Prisco de Almeida, ocorrida no pátio da usina". No mesmo evento é que se decidiu o nome do clube. Ainda segundo Léo, "as cores foram inspiradas no ambiente que os cercavam: o verde dos canaviais e o branco do açúcar". Quando da criação do S.C. Aliança, a Usina do Queimado, "que hoje integra a área urbana da cidade, era considerada parte rural de Campos que se distância apenas 3 km do centro".

O jogo de estreia da agremiação se deu contra o Industrial, "no campo do Goytacaz, na Lapa, e terminou em um empate de 1 x 1".³¹ O Aliança sempre contou com excelente estrutura, "contando com um bom complexo esportivo, composto por dois campos de futebol, quadras de vôlei, basquete e tênis".³²

Curiosamente, entre aqueles que disputaram os campeonatos de futebol da Liga Campista, o Aliança foi talvez o clube de usina de menor tempo de existência. Fundado em 23 de abril de 1932, e mesmo após vários títulos como o referido tricampeonato em Campos e o tricampeonato fluminense, o time disputaria seu último campeonato profissional em 1948.

Eis a campanha do clube no tricampeonato da Liga Campista, segundo informações do jornalista e historiador Paulo Ourives³³:

1936

Aliança 2x1 Industrial; Aliança 5x1 Itatiaia; Aliança 0x0 Campos; Aliança 1x1 Rio Branco; Aliança 3x0 Goytacaz; Aliança 3x0 America; Aliança 1x1 Industrial; Aliança 3x1 Itatiaia; Aliança 2x1 Campo; Aliança 1x0 Rio Branco; Aliança 1x2 Goytacaz; Aliança 6x2 Americano.

Time-base: *Eiras; Tote e Salvador; Antoninho, Lessa e Bau; Jorginho, Vicente, Ratinho, Neneco e João.*

1937³⁴

Aliança 1x1 Americano; Aliança 5x2 Goytacaz; Aliança 1x1 Itatiaia; Aliança 1x1 Rio Branco; Aliança 2x0 Industrial; Aliança 4x0 Campos; Aliança 2x2 Americano; Aliança 5x2 Goytacaz; Aliança 0x0 Itatiaia; Aliança 3x2 Rio Branco; Aliança 1x4

Industrial; Aliança 3x2 Campos; Aliança 0x0 Americano; Aliança 3x3 Goytacaz; Aliança 2x2 Itatiaia; Aliança 3x1 Rio Branco; Aliança 4x1 Industrial; Aliança 3x1 Campos.

Time-base: *Eiras; Tote e Salvador; Carbono, Lessa e Bau; Jorginho, Lele, Cláudio, Neneco e Rebite.*

1938³⁵

Aliança 3x3 Itatiaia; Aliança 2x2 Goytacaz; Aliança 1x2 Campos; Aliança 2x1 Rio Branco; Aliança 2x2 Americano; Aliança 3x2 Industrial; Aliança 2x1 Itatiaia; Aliança 5x4 Goytacaz; Aliança 5x1 Campos; Aliança 2x0 Americano; Aliança 4x0 Industrial.

Time-base: *Bueno; Cachola e Cantagalo; Laerte, Neto e Bau; Jorginho, Irineu, Cláudio, Neneco e Rebite.*

O clube reapareceria em 1950, novamente formado por funcionários da Usina. Mas se dedicaria ao esporte amador unicamente.

Da época de maior sucesso, os jogadores de maior destaque foram Cláudio, Carbono, Lessa, Vicente, Rebite, Irineu e Evaldo Freitas.³⁶ Cumpre destacar que o Aliança acabou fornecendo um importante quadro, que participaria de grandes conquistas de um grande clube da cidade do Rio de Janeiro:

Foi também de seus quadros, que saiu para o Vasco da Gama, o grande jogador Lele, titular absoluto do time carioca que, na década de 40, conquistou vários títulos, entre eles o campeonato sul americano de 1946 e entrou para a história conhecido como o "Expresso da Vitória".

O ocaso dos times de usina

A década de 70 seria terrível para a economia açucareira. Jorge R. P. Pinto destaca que, entre o final dos anos 60 e ao longo dos 70, a agroindústria do açúcar ainda era muito importante no contexto do Norte Fluminense. Diz ele: "ainda significava mais de 50% da renda da região e 70% da renda do Imposto de Circulação de Mercadorias em Campos" (p. 270) Mas é verdade também que tal setor da atividade econômica estava em franca queda. O mesmo autor reconhece: "O ano de 1970 demonstrava que existia um gargalo de dificuldades nas empresas açucareiras, de forma bastante clara. Na mistura de otimistas, de satisfeitos etc., existiam os que vivenciavam preocupações, noites indormidas e observavam a marcha dos acontecimentos" (p. 273).

As usinas passaram a sofrer com gargalos de infraes-

trutura (as estradas para o escoamento da produção eram péssimas), grande estagnação tecnológica, a liquidez decaía enormemente e o nível de endividamento crescia assustadoramente (p. 309). Como resultado desse estágio de desenvolvimento, a produtividade das usinas despencava. Naqueles terríveis anos 70 para a economia açucareira, "a região perdia de 20 a 30% de sua capacidade produtiva, sem solução a curto, médio e longo prazo". (p. 319).

Com a persistência desse quadro, os anos 80 testemunhariam o fechamento de várias usinas, destacando-se as de Novo Horizonte, Santa Maria, Outeiro e Queimado. Usinas tradicionais e outrora pujantes como Outeiro, Cambaíba e São José se arrastavam sob o peso de dívidas, incúria e improdutividade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Auriel de. Camisas do futebol carioca. Rio de Janeiro: Maquinária Editora, 2014.

MELLO, Sérgio. "E.C. São José - Campos (RJ) e a sua História". Disponível em: <http://cacellain.com.br/blog/?s=f%C3%A1brica&searchsubmit=56/7>. Acesso em: 20/03/2017.

OURIVES, Paulo. "A Liga Campista de futebol e sua história". Disponível em: <http://futebolcampista.blogspot.com.br/>. Acessado em: 20/04/2017.

OURIVES, Paulo. "Os 61 certames campistas de futebol". Disponível em: <http://historiafutebolcampista.blogspot.com.br/2008/09/os-61-certames-campistas-de-futebol.html>. Acessado em: 20/04/2017.

PARDO, Aristides Leo. "E.C. Sapucaia - Taí o grande campeão". Disponível em: <http://futebolcampista.blogspot.com.br/>. Acessado em: 20/05/2017.

PARDO, Aristides Leo. "O campeonato esquecido". Disponível em: http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/futebol_campeoes_estaduais_rio_esquecidos.html. Disponível em: <http://futebolcampista.blogspot.com.br/>. Acessado em: 20/05/2017.

PINTO, Jorge Renato Pereira. O ciclo do açúcar em Campos. Campos dos Goytacazes: Edição do autor, 1995.

TELES, Alvaro Marcos. "Taça Cidade de Campos teve 10 edições". Disponível em: <http://futebolcampistanarede.blogspot.com.br/2017/04/taca-cidade-de-campos-teve-10-edicoes.html>. Acessado em: 20/04/2017.

NOTAS

1 - PARDO, Aristides Leo. "O campeonato esquecido"....

2 - PARDO, Aristides Leo. "A Liga Campista e sua História".

3 - PARDO, Aristides Leo. "E.C. São João - o vovô deixou saudades".

4 - Leo Pardo informa que o São João teve entre seus principais presidentes Cláudio de Souza (um dos fundadores e primeiro presidente do clube), Chistóvão Lysandro (dono da usina) e Ademar Cruz.

5 - Sérgio nos fornece ainda dados preciosos sobre os primeiros dirigentes do clube: "Foram fundadores do São José os Srs. Álvaro Barcelos Coutinho, Adahyl Bastos

Tavares, Cleveland Cardoso, Antônio Ribeiro do Rosário, José Antônio de Carvalho, Aluísio Maciel, Zurlinden Cardoso, Manoel Martins Manhães Júnior, Antônio Pereira Nunes, Sérgio Viana Barroso e Júlio e Raul Souto Mayor, que, em muito, foram ajudados pelo Sr. Gonçalves Vasconcelos, um dos sócios da Usina São José na época.

[...] O primeiro presidente foi o Sr. Álvaro Barcelos Coutinho e de sua Diretoria fizeram parte os Srs. Adahyl Bastos Tavares (vice), Antônio Ribeiro do Rosário e José Antônio de Carvalho (1º e 2º secretários), Francisco Azevedo e Thieres Gomes de Azevedo (1º e 2º tesoueiros), Aluísio Maciel (diretor de esportes), Antônio Pereira Nunes (orador) e do Conselho Fiscal, Cleveland Cardoso, Capitão Aprígio Barcelos, Sebastião Neto, Manoel Manhães Martins Júnior, Clóvis Barcelos Coutinho, Raul Souto Mayor, Jovelino Nogueira, João Henrique Alves, Zurlinden Cardoso, João Batista França, Luís Nogueira, Francisco Claudino Filho, Jorge Andrade e Sérgio Viana Barroso." In: MELLO, Sérgio. "E.C. São José - Campos (RJ) e a sua História". Disponível em: <http://cancellain.com.br/blog/?s=f%C3%A1brica&searchsubmit=56/7>. Acesso em: 20/03/2017.

6 - OURIVES, Paulo. "Os 61 certames campistas de futebol". Disponível em: <http://historiafutebolcampista.blogspot.com.br/2008/09/os-61-certames-campistas-de-futebol.html>. Acessado em: 20/04/2017.

7 - MELLO, Sérgio. Op. cit.

8 - OURIVES, Paulo. "Cambaíba fez a sua festa".

9 - Idem.

10 - Idem.

11 - A relação completa dos campeões da Taça Cidade de Campos é a seguinte: 1968 - Americano; 1969 - Goytacaz; 1970 - Americano; 1971 - Americano; 1972 - Rio Branco; 1973 - Cambaíba; 1974 - Sapucaia; 1975 - Goytacaz; 1976 - Rio Branco; 1977 - Cambaíba.

12 - Paulo Ourives informa que "O time nesse jogo "era formado por Carangueijo; Flanque, Olaci, Pedro, Nel, Jorge Ramos, Vavá, Fefeu, Luís, Aílton II e Lolosa.

13 - Segundo Leo Pardo, o clube teve como seus fundadores Domingos Monteiro, Amaro Monteiro, Helvécio Peixoto, Ezequiel Manhães, José Manhães da Silva, Manoel Monteiro e Miguel Rinaldi (este escolhido para ser o primeiro presidente do clube), todos funcionários da Usina Paraíso.

14 - MELLO, Sérgio. "Foto Rara, de 1977: Paraíso Futebol Clube (Paraíso de Tocos) - Campos dos Goytacazes (RJ).

15 - "O primeiro time que o Paraíso colocou em campo contou com Chico; Vavá e Arlindo; Domingos, Amaro e Tiuga; João Falcão, José Manhães, Maninho, Helvécio e Bem." - OURIVES, Paulo. "Paraíso, o clube de Tócos", disponível em: <http://historiafutebolcampista.blogspot.com.br/2008/09/paraso-o-clube-de-tcos.html>. Acesso em: 20/05/2017.

16 - Ourives nos oferece a relação dos presidentes do clube: "Presidiram o Paraíso, desde sua fundação, Helvécio Moreira Peixoto, pai de Hélvio, que foi do Fluminense e Santos, e Helvécio, que jogou no São Cristóvão, Clodomiro

Prudêncio dos Santos, José Manhães, Amaro Martins, Jorge Rodrigues, Francisco Alves Siqueira, José Pessanha de Lima, Osvaldo Rodrigues Nascimento, Rodolfo Grain, Dermeval dos Santos, Carlos Alberto Alvim, Hervândio Ribeiro Machado, Amaro Antônio dos Santos, Liberato Nunes, Osvaldo Rodrigues Nascimento e Jorge Tâmega."

17 - OURIVES, Paulo. "Paraíso, o clube de Tócos", Disponível em: <http://historiafutebolcampista.blogspot.com.br/2008/09/paraso-o-clube-de-tcos.html>. Acesso em: 20/05/2017.

18 - Idem.

19 - Idem.

20 - Idem.

21 - PARDO, Aristides Leo. "E.C. Sapucaia - Taí o grande campeão". Disponível em: <http://futebolcampista.blogspot.com.br/8/11>. Acessado em: 20/05/2017.

22 - Paulo Ourives acrescenta um interessante detalhe a essa croinologia: "Esse Esporte Clube Sapucaia, campeão fluminense no ano da fusão do Estado do Rio com o Estado da Guanabara, já existia desde 18 de dezembro de 1934 - na LCD, o registro fala que é de 1938 - mas mais como um time de usina do que como um clube de verdade. Ele surgiu depois que acabaram o Progresso e o Brasil, rivais da região."

23 - Idem.

24 - Idem.

25

26 - Idem. Ourives nos apresenta o histórico dos presidentes do clube: "Ao longo da sua história, o Sapucaia foi presidido por Antônio Miguel de Andrade, Amilar Nepomuceno da Costa, Amaro Pinto, Orias José Ferreira, José Pedrosa, Carlos Galileu Martins Andrade, José do Egito, Amaro Bernardo da Silva, Jair Gomes de Almeida, César Belo Campos, Francisco Jacob Gayoso y Almendra e Alaor Lamartine de Castro."

28 - OURIVES, Paulo. "Sapucaia, também foi campeão". Disponível em: <http://historiafutebolcampista.blogspot.com.br/2008/09/sapucaia-tambm-foi-campeo.html>. Acessado em: 25/05/2017.

29 - PARDO, Aristides Leo. ""Sport Club Aliança - Campos dos Goytacazes (RJ)"

30 - Idem.

31 - Idem.

32 - Idem.

33 - OURIVES, Paulo. "Os 61 certames campistas de futebol". Disponível em: <http://historiafutebolcampista.blogspot.com.br/2008/09/os-61-certames-campistas-de-futebol.html>. Acessado em: 20/04/2017.

34 - Foi o primeiro campeonato campista de três turnos.

35 - Nota Paulo Ourives que o resultado da partida Aliança x Rio Branco não pode ser encontrado.

36 - Idem.

MBA em Gestão de Pessoas: Estratégias e Resultados



UNIVERSIDADE
CANDIDO MENDES

Maiores informações e pré-inscrição:
(22) 2726-2405 / (22) 2726-2400
posgraduacao@ucam-campos.br
www.ucam-campos.br

Classe, Gênero e Raça - as trabalhadoras negras na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ

CLASS, RACE AND GENDER - BLACK WOMEN WORKERS IN THE CITY OF CAMPOS DOS GOYTACAZES, RIO DE JANEIRO, BRAZIL

Resumo:

Este artigo pretende problematizar a consubstancialidade das relações sociais (classe, raça e gênero) mediadas pelo mercado de trabalho em Campos dos Goytacazes na atualidade, sem perder de vista o legado da escravidão e os sucessivos processos de expropriação empreendidos pela modernização conservadora ao longo do século XX. Para dar conta desta análise, serão utilizados, além da literatura especializada, os estudos do IPEA (2017), assim como os resultados da pesquisa realizada com os beneficiários do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, no município de Campos dos Goytacazes, no ano de 2010. (ALMEIDA, 2012).

Palavras-chave: Mulheres, Mercado de Trabalho, Campos dos Goytacazes/RJ.

Abstract:

This article aims to discuss the consubstantiality of social relations (class, race and gender) mediated by current labor market in Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brazil, without losing sight of the legacy of slavery and the everlasting processes of expropriation undertaken by conservative modernization throughout the twentieth century. In order to handle this task, in addition to the specialized literature, it will be used the studies of the IPEA (2017) as well as the results of the survey on the beneficiaries of the Bolsa Família Income Transfer Program, in the municipality of Campos dos Goytacazes in 2010 (ALMEIDA, 2012).

Keywords: Consubstantiality, Women, Labor Market, Campos dos Goytacazes/RJ.

Pauline Aparecida Ildfonso F. da Silva

Assistente Social e Mestranda em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas, da UFF em Campos dos Goytacazes/RJ.
paulinevitoria@hotmail.com

Érica Terezinha Vieira de Almeida

Doutora em Serviço Social pela ESS/UFRJ, Professora Adjunta da UFF/ Campos dos Goytacazes
E-mail: ericalmeida@uol.com.br

A consubstancialidade das relações sociais como perspectiva de análise das desigualdades de classe, gênero e raça

Para compreender o conceito de consubstancialidade, é preciso compreender sobre quais pilares está assentado. A consubstancialidade agrega em si três conceitos-chaves: os conceitos de gênero, de raça e de classe social. Sendo assim, a consubstancialidade traz para o centro do debate das Ciências Sociais as relações de gênero, raça/cor e classe como agentes contínuos, mediados por diferentes contextos. Ou seja, a perspectiva da consubstancialidade não reconhece tais elementos como superpostos e adicionais no movimento real das relações sociais, mas como elementos complementares e imbricados, produtores e produtos das relações sociais. Nas palavras de Kergoat (2006), gênero, raça e classe - concomitantemente - convergem para que as condições de subalternidade sejam construídas e mantidas na sociedade. Segundo ela,

as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e "raça" se reproduzem e se coproduzem mutuamente. (KERGOAT, 2006, p.94)

Como uma lente para a leitura das relações sociais, a consubstancialidade permite uma análise mais aproximada das condições objetivas das mulheres negras e pobres inseridas em uma

sociedade extremamente desigual, como é o caso do Brasil. Para Kergoat (2010), não obstante as conquistas feministas durante todo o século XX, ainda são muitas as assimetrias e disparidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas, para não falarmos de outros campos, como o da participação na política institucional. "Em 2013, as mulheres ocupavam cerca de 20% dos assentos nos parlamentos em todo o mundo, segundo dados divulgados pela *Inter-Parliamentary Union*; no Brasil, ocupam menos de 10% das cadeiras na Câmara dos Deputados e cerca de 16% no Senado" (BIROLI, 2013, p. 29).

Em pleno século XXI, as mulheres ainda têm que enfrentar o sexismo¹ das profissões, sobretudo no que se refere à desigualdade salarial para as mesmas ocupações/profissões. "O fato de se ter mais mulheres do que homens nos patamares superiores da educação formal não impede, por exemplo, que 43% dos homens brasileiros tenham empregos com carteira de trabalho assinada contra apenas 25% das mulheres[...]" (BIROLI, 2013, p. 29). Associado ao sexismo, o forte legado do patriarcado familiar e institucional, que define e estabelece os "lugares" de cada sexo na sociedade a partir de papéis bem definidos e distintos, também restringe as mulheres aos espaços domésticos e às atividades do "cuidado", afastando-as da vida pública e das arenas políticas, sobretudo, nas sociedades nas quais o modelo de pro-

teção social não é universal e amplo, sobrecarregando-as com o trabalho “não pago”, mas necessário à reprodução social. Sobre isso, as pesquisas de Abramo (2007) nos lembram de que o trabalho feminino há muito deixou de ser complementar ao trabalho do cônjuge. Como confirmação dessa tendência, podemos citar o crescimento das taxas relativas tanto às chefias de domicílio por mulheres quanto aos arranjos monoparentais femininos, como veremos mais à frente.

No que se refere às mulheres negras, tanto o sexismo quanto o machismo continuam agindo sobre as suas vivências de trabalho, já marcadas pela experiência do racismo e pelas condições de subalternidade. Mulheres negras e pobres tendem a ocupar postos de trabalho com menores remunerações, ou seja, aqueles ligados ao serviço doméstico e à serventia de modo geral. Nesse sentido, as relações consubstanciais são “construções sociais” articuladas no e pelo contexto histórico em que foram geradas. Nesse sentido, Garcia e Garcia Jr. (2013) trazem uma importante contribuição às análises sobre desigualdade, quando afirmam que

Processos históricos diferentes implicam diferenças das configurações sociais com base no sexo, raça e em variáveis definidoras de classes sociais; análise comparativa, em escala internacional é, portanto, reveladora de certos invariantes, como por exemplo a condição subalterna de contingentes femininos ou de descendentes de africanos. (p.11)

Dito isto, torna-se cada vez mais importante analisar as desigualdades de classe em associação a outros determinantes sociais como raça/cor e gênero, na medida em que estas atenuam ou alimentam, recriando ou promovendo a manutenção e a reprodução das relações capitalistas e das suas desigualdades. Concordamos com Ângela Davis (1982) quando ela afirma que se faz necessário um olhar que traga a questão da equidade histórica sobre a trajetória da mulher negra, não somente por uma questão ética da história, mas por reconhecer as “ligações históricas”, ou seja, as relações sociais que permaneceram através do tempo, influenciando e dando forma às relações sociais vigentes e, principalmente, criando obstáculos para a construção de uma sociedade livre do racismo, da desigualdade de gênero e das desigualdades de classe. Como indica Souza (2017, p.3), “a nossa elite econômica também é uma continuidade perfeita da elite escravagista”. Para ele, ambas se caracterizam pela rapinagem de curto prazo (via juros ou riquezas naturais) e não se importam em comprometer as gerações futuras, sobretudo, os mais empobrecidos.

A mulher negra trabalhou como cozinheira, faxineira, ama de leite, dama de companhia, babá, quituteira, lavadeira, vendedora ambulante, fonte reprodutora de escravos, curandeira; foi fonte de prazer, trabalhadora da lavoura, cuidadora, dentre outras. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho,

As desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz ou do padrão de desigualdade social no Brasil, padrão esse que, como já foi assinalado, está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social. As desigualdades e a discriminação de gênero e raça no Brasil são problemas que dizem respeito à maioria da população: as mulheres representam 42% da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil e os negros, de ambos os sexos, representam 45%. Somados, correspondem a 68% da PEA, ou seja, 55 milhões de

pessoas. As mulheres negras, por sua vez, correspondem a 18% da PEA, o que significa 14 milhões de pessoas e, como resultado da dupla discriminação de gênero e raça, apresentam uma situação de sistemática desvantagem em todos os indicadores sociais e de mercado de trabalho considerados.

(OIT/GRPE, 2016, p. 51)

Os estudos sobre desigualdades de gênero e raça no Brasil, realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2017), nos auxiliam na compreensão das relações de consubstancialidades no mercado de trabalho na atualidade. Segundo eles, a taxa de participação da população feminina em idade ativa (de 16 a 59 anos) trabalhando ou à procura de emprego, no período de 1995 a 2015, oscilou entre 54% e 55%, não tendo jamais chegado a 60%. Isto significa que quase a metade das brasileiras em idade ativa não está inserida no mercado de trabalho e nem à procura de trabalho. São mulheres que assumem os trabalhos domésticos e de cuidado da família, tradicionalmente legados às mulheres como funções femininas. Outra explicação encontra-se na pouca escolaridade e na dificuldade de se inserirem no mercado de trabalho, como veremos mais adiante.

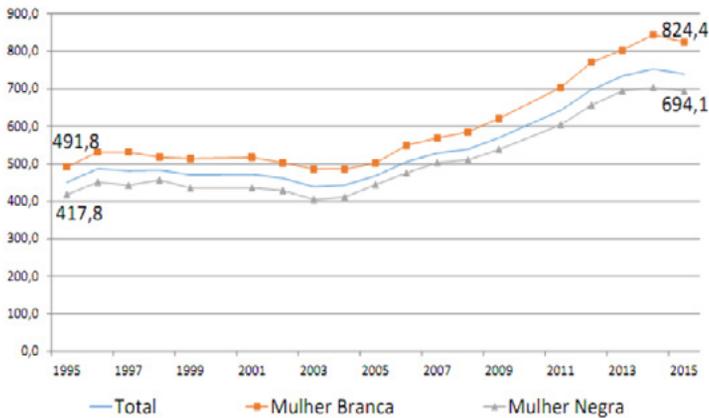
Em 2015, a taxa de desocupação feminina era de 11,6% e, no caso das mulheres negras, de 13,3%². Chama atenção a centralidade do emprego doméstico entre as ocupações femininas. No caso das mulheres negras, o emprego doméstico refere-se a 18% das ocupações. No entanto, apesar de constituírem o maior grupo entre as domésticas, ainda permanecem as desvantagens das trabalhadoras negras em relação às brancas no item formalização e proteção social. Enquanto 29,3% das trabalhadoras domésticas negras tinham carteira assinada em 2015, entre as brancas, esse índice chegava a 32,5%. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) (IBGE, 2016), o Brasil tinha 6,158 milhões de trabalhadores (as) domésticos (as), dos quais 92% eram mulheres. Em 2015, 88,7% dos (as) trabalhadores (as) domésticos (as) entre 10 e 17 anos eram meninas e 71% eram negras. Para Souza (2017, p. 3), “a ralé de novos escravos”, mais de um terço da população, é explorada pela classe média e pela elite do mesmo modo que o escravo doméstico: pelo uso de sua energia muscular em funções indignas, cansativas e com remuneração abjeta”.

A proporção da população sem renda própria também sofreu mudanças nas últimas duas décadas. Nesse caso, o viés de gênero é bastante evidente, fazendo com que entre as mulheres seja muito maior a proporção de pessoas sem renda, o que está diretamente relacionado à menor participação feminina no mercado de trabalho. Percebe-se, no entanto, uma redução importante nessa proporção ao longo do período analisado. Entre as mulheres negras, por exemplo, 46,7% não possuíam renda própria em 1995. Em 2015, essa taxa foi reduzida para 27,3%. Essa redução tem relação com a ampliação do acesso aos benefícios assistenciais (Benefício da Prestação Continuada – BPC) e aos Programas de Transferência de Renda Condicionada (Programa Bolsa Família) por parte das famílias mais empobrecidas, em especial, pelas mulheres responsáveis pelos arranjos monoparentais, ou seja, sem a presença do cônjuge.

Todavia, a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho, assim como a promoção/universalização das Políticas de Igualdade Racial, continuam sendo um desafio tanto no que se refere à melhoria das condições objetivas dessas mulheres

e suas famílias quanto à construção e ao fortalecimento da sua identidade cultural, uma dimensão central na afirmação da cidadania desse grupo social. Sobre a desigualdade de rendimentos, tendo como referência a cor/raça, o gráfico a seguir confirma a desigualdade entre trabalhadoras brancas e negras no mercado de trabalho, como será apresentado no próximo item relativo ao mercado de trabalho local.

GRÁFICO 1 : RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS, POR COR/RAÇA – BRASIL, 1995 A 2015



Fonte: PNAD/IBGE Elaboração IPEA/DISOC/NINSOC 2017.

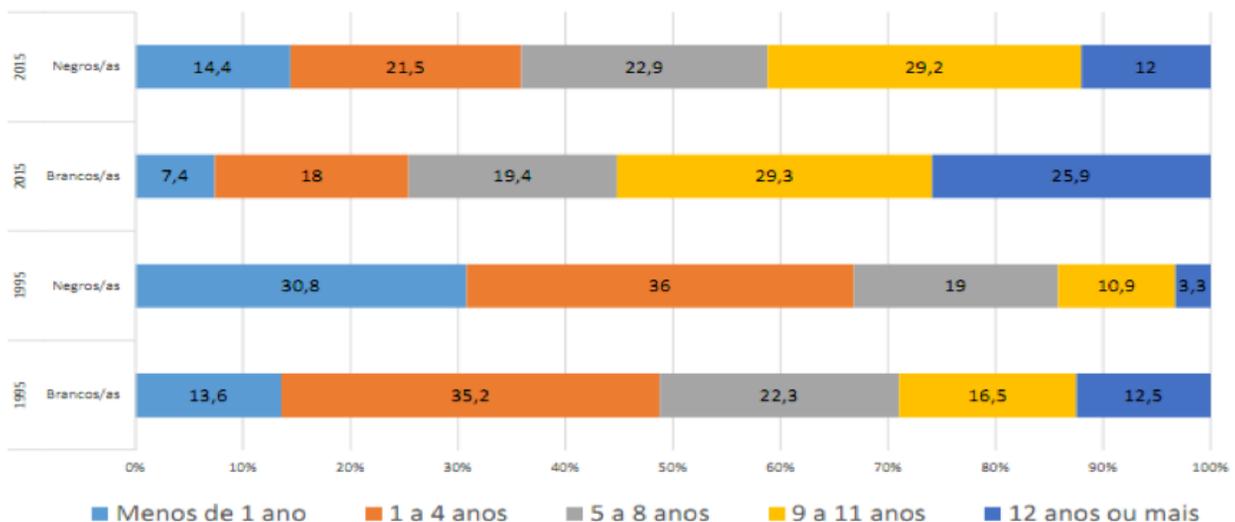
Ainda que o sexismo, como já salientado, promova distorções na relação entre maior escolaridade/melhor rendimento, entre as mulheres, a escolaridade aparece como uma dimensão importante, embora não seja a única, na conquista de melhores posições no mercado de trabalho e, por conseguinte, de melhores salários. O acesso à educação, de maneira geral³, permite a reelaboração do mundo a partir de novas perspectivas e interesses, ou seja, ela é fundamental para a construção de subjetividades críticas e, também, para o fortalecimento das identidades tradicionalmente subalternizadas. O Gráfico 2 contribui para refletirmos não só sobre a escolaridade no País, por gênero e cor/raça, mas, principalmente, para problematizarmos sobre as possibilidades das políticas governamentais e

sua urgência. Gráfico 2.

Inicialmente, cabe registrar a melhoria dos indicadores de escolaridade nos últimos 20 anos, em virtude dos Programas de Transferência de Renda condicionados à frequência escolar. Além disso, a expansão da rede pública e das matrículas e do transporte escolar possibilitou a universalização do ensino fundamental no País, ainda que este seja objeto de crítica, diminuindo o tempo de estudo entre pobres e ricos. No entanto, ainda salta aos olhos a discrepância entre brancos e negros no que se refere ao grupo com maior escolaridade, 25,9% contra 12%. Embora esse dado nos indique que os brancos com maior escolaridade representam o dobro dos negros em igual posição, ele nos revela, também, que a participação dos negros neste grupo cresceu 300% nas duas últimas décadas. Certamente em razão das políticas públicas afirmativas que estabeleceram cotas raciais e sociais nas universidades públicas estaduais e federais. Outro dado favorável refere-se ao crescimento do percentual de negros com 9 a 11 anos de estudo, de 10,9%, em 1995, para 29,2%, em 2015. Se observarmos com cuidado, esse percentual se iguala entre brancos e negros em 2015 (29,2% e 29,3%).

Esses dados são de extrema importância para refletirmos sobre os impactos positivos das políticas públicas universais, neste caso, da Educação aliada às políticas de recorte racial/cor. As pesquisas sobre a implementação da política de cota racial em todo o território nacional têm apontado resultados bastante positivos no que se refere à democratização do acesso à Universidade, ainda que precisemos avançar na política de permanência dos jovens universitários, já que o índice de evasão vem crescendo e ameaçando o resultado da política de cota nos últimos dois anos. Todavia, no que tange à escolaridade das mulheres negras em idade adulta, os dados apontam o que a literatura já vinha chamando atenção: o abandono precoce em virtude da necessidade de "ajudar na renda familiar", considerado o principal motivo para o abandono da escola nos anos de 1980 e 1990, já que esse público não contou com as políticas governamentais de permanência na escola nem com os programas universais de combate ao trabalho infantil, que se generalizam como modalidade de política de assistência social, no final dos anos de 1990, e se universalizam a partir dos anos de 2003.

GRÁFICO 2 : PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 25 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR COR/RAÇA E FAIXA DE ANOS ESTUDO – BRASIL, 1995 E 2015



Fonte: PNAD/IBGE Elaboração IPEA/DISOC/NINSOC 2017.

A mulher negra e o mercado de trabalho na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ

Segundo Ribeiro (2012), a abolição não libertou o negro do preconceito de cor sofrido por ele, mas uniu o preconceito de cor com o de classe, processos discriminatórios presentes no processo de constituição do Brasil e, principalmente, da Região Norte Fluminense. A autora também afirma que a cor desempenhou, e ainda desempenha, o papel de um símbolo, uma referência que situa um indivíduo em um certo degrau da escala social. (2012)

Em Campos, após a abolição da escravidão, negras e negros tiveram inicialmente como opção de subsistência o trabalho nas antigas atividades nas terras dos antigos senhores. Segundo Neves (1986), do início do século XX até a expansão das atividades agrícolas pelas usinas, mais precisamente na década de 40, essa cultura era realizada por colonos, moradores ou trabalhadores alugados⁴. Para Neves (1986), com a mecanização introduzida na lavoura, em especial no transporte, os fazendeiros e usineiros vão colocar em prática um conjunto de iniciativas de intimidação e de provocação no sentido de interromper o contrato com os colonos facilitando a sua expulsão da terra. Esse processo tem início nos anos 50 e vai se intensificar na década seguinte com o Estatuto da Terra, que liquida, de vez, com as relações de parceria e colonato. Ao analisar a unificação do mercado de trabalho rural/urbano de Campos, Benetti (1986) indica que

Nas novas relações contratuais dos trabalhadores simplesmente existirá o salário[...]. Nem teto, nem alimento, nem terra de subsistência farão parte da relação contratual. De trabalhador rural, de trabalhador da cana-de-açúcar, passará a ser trabalhador que trabalha na cana de açúcar, e não somente na cana de açúcar, mas em qualquer outro lugar que possibilite sua reprodução. Trabalhadores para todos os capitais. (p.65)

A maior parte desta mão de obra itinerante, como já adiantamos, é oriunda dos processos de expropriação da classe trabalhadora⁵. Assim, se a cultura da cana-de-açúcar representou, até meados do século XX, a forma comum de subsistência da classe trabalhadora na Região, sendo ao mesmo tempo espaço de trabalho, de subsistência e lugar de convivência e moradia, a expulsão dos trabalhadores do campo com a mecanização e modernização das relações de trabalhos os re-territorializa, lançando-os em um novo processo de reprodução social sem nenhum tipo de proteção social. Nos anos de 1980, com a intensificação da crise do setor sucroalcooleiro na Região, essa atividade voltou a perder força de trabalho. A perda de centralidade dessa ocupação entre os trabalhadores empobrecidos é, talvez, a maior prova da "crise" do setor, o que fez com que os trabalhadores buscassem novas ocupações em outros setores, em especial, nos da construção civil e de serviços.

A combinação da crise nacional com a crise da agroindústria sucroalcooleira local foi decisiva para agravamento do desemprego no campo e na cidade. A concorrência com o Estado de São Paulo, maior produtor de açúcar e de álcool (derivados da cana), e o processo de reestruturação produtiva no setor fez

com que dezenas de usinas locais entrassem em processo de falência. Algumas poucas foram vendidas para o capital "de fora", sobretudo paulista, e outras simplesmente arrendaram suas terras ou as utilizaram como estoque. Este processo, que tem início na metade dos anos 80, vai se estender durante toda a década de 1990, com a liberalização da economia por intermédio da adoção do receituário neoliberal, da reestruturação no mundo do trabalho e da política de ajuste fiscal, promovendo uma drástica redução dos postos de trabalho no País e, por conseguinte, no município. No caso de Campos, embora a grande maioria dos trabalhadores rurais já não residisse mais nas fazendas, o fechamento das usinas provocou um forte desemprego entre os trabalhadores pauperizados e de menor escolaridade. (ALMEIDA, 2017, p.221)

Nas palavras de Kowarick (1979), essa associação inversa entre exploração do trabalho e as péssimas condições de reprodução social desses trabalhadores, materializada na ausência e/ou precarização dos direitos sociais fundamentais, que ele chamou de "espoliação urbana", é o elemento comum no processo de urbanização das cidades brasileiras e de formação do mercado de trabalho urbano. Essa experiência para a classe trabalhadora oriunda do campo não inclui apenas a ocupação das "favelas" e periferias por meio da autoconstrução e sua inclusão subalterna em atividades ligadas à construção civil e à serventia doméstica, mas, principalmente, a vivência de novas sociabilidades pautadas em novas práticas e em novas moralidades, além da aproximação com um conjunto de instituições e atores estranhos ao seu modo de vida anterior. Estudos sobre os trabalhadores urbanos e moradores das periferias das grandes cidades, anos de 1970 e de 1980, como os realizados por Zaluar (1985), Sader (1988) e Sarti (1996)⁶, destacam não apenas as trajetórias de trabalho desses novos personagens, agora radicados nas "franjas" e "margens" das cidades, mas, sobretudo, as mudanças operadas nas suas sociabilidades. Para Sposito,

A diferenciação socioespacial é a marca das cidades, desde os primórdios da urbanização. Não há cidades sem divisão social do trabalho, o que pressupõe uma divisão territorial do trabalho. Essa divisão se estabelece diferentemente, no decorrer do longo processo de urbanização. (2011, p.124)

Desta forma, investigar a cidade torna-se um exercício de conhecer a sua história econômica, seus processos sociopolíticos, suas sociabilidades e seus sujeitos, com destaque para aqueles que experimentaram e ainda estão submetidos aos processos de subalternidade e de violação dos direitos, bem como às diferentes formas de resistência e de luta política. No caso dos trabalhadores e trabalhadoras da Região Norte Fluminense, a primazia dos vínculos entre as transformações no mundo do trabalho na agroindústria sucroalcooleira com o processo de reprodução social dos trabalhadores, como chamam atenção NEVES (1986), BENETTI (1986) e CRUZ (1986), marcam os estudos nesse campo. Só assim podemos compreender como as desigualdades socioespaciais se reprodu-

ziram e, ainda se reproduzem, vis-à-vis a dinâmica do capitalismo na Região, com especial atenção para a natureza do capital, dos investimentos e das alianças políticas a partir da implantação do complexo do petróleo e gás na Bacia de Campos e dos recentes investimentos ligados ao Porto do Açu.

Ao fazer referência às duas formas de segregação, a autosegregação e a segregação imposta, Corrêa (1995) afirma que enquanto a primeira refere-se à segregação da classe dominante, a segunda trata das formas experimentadas pelos grupos sociais, cujas opções de como e onde morar são pequenas ou quase nulas. Nessa lógica, Faria (2005) vai apontar que, em Campos dos Goytacazes,

a população menos favorecida, por motivos óbvios, é deixada à margem deste processo de 'modernização'; vivendo em condições precárias, ela se distribui pelas zonas mais distantes da cidade e onde os serviços de infraestrutura ainda não chegaram: a periferia da cidade onde ainda existem pântanos e alagadiços. (Faria, 2005, p. 7)

Continuando, Faria (2005) nos lembra que, em 1940, a população urbana representava apenas 30% do total da população campista. Ao final da década de 70, início da década de 80, com a generalização das formas capitalistas no campo, a população urbana atingiu 58% da população, ou seja, um crescimento de 28% em três décadas, o que contribuiu para aumentar o número de favelas e das áreas periféricas da cidade, bem como a densidade demográfica nesses espaços urbanos, já que o processo de urbanização não foi acompanhado da lógica da distribuição dos recursos e dos bens públicos.⁷ Sobre o crescimento da população urbana nas décadas posteriores à década de 70, vejamos a Tabela 1, abaixo.

Segundo estudos de CRUZ (1992), nos anos 90, a produção de cana e açúcar por usinas altamente tecnificadas passou a ser metade daquela dos anos 80, fazendo com que o emprego no setor, entre meados de 1980 e 2001, diminuísse de cerca de 50 mil para cerca de 15 mil. A perda de 35 mil postos de trabalho deslocou essa mão de obra para o mercado de trabalho urbano. Ainda segundo CRUZ (2016), com a derrocada da economia agroindustrial de açúcar e álcool, no final da década de 80, o ritmo do crescimento demográfico de Campos só se elevou após as mudanças na legislação da exploração e produção de petróleo, que aumentou enormemente o montante das rendas recebidas pelo município, a partir de 1999. Por ter a maior

área confrontante com a Bacia de Campos, o município de Campos é o maior recebedor nacional de rendas do petróleo, o que eleva artificialmente o seu Produto Interno Bruto - PIB, figurando como um dos 13 maiores PIBs do País em 2013.

Retornando ao mercado de trabalho, se considerarmos o recorte de gênero, observaremos que, segundo o IBGE (2010), o setor de serviços continua como o principal empregador da força de trabalho feminina em Campos dos Goytacazes. Ainda de acordo com o IBGE (2010), a população feminina economicamente ativa era de 87.178 pessoas. Dentre elas, 44.179 mil, ou seja, 51% eram mulheres pretas e pardas e 91% do total das mulheres com mais de 16 anos de idade estavam alocadas no setor de serviços. Embora a maioria da PEA feminina fosse composta pelas mulheres negras, a taxa de ocupação das mulheres brancas (de 51,18%) com mais de 16 anos de idade era superior a das mulheres negras (de 49%).

Ao observarmos os dados de escolaridade, também a partir do recorte de gênero, percebemos que apenas 34% das mulheres ocupadas têm ensino médio completo ou superior incompleto. As mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto formam o segundo grupo de ocupação feminina, com 30%, reproduzindo o quadro nacional no que se refere à escolaridade. No que diz respeito a esse grupo, supomos que ele seja formado pelas trabalhadoras que ocupam as atividades precarizadas e subalternas, como o serviço doméstico, a faxina, dentre outras.

Quanto ao rendimento do trabalho, os dados do IBGE (2010) indicam que, enquanto a proporção de pessoas de 16 anos ou mais, independente da cor/raça, com rendimento de até um salário mínimo, era de 29% dos ocupados, as pessoas pretas e pardas, na mesma situação, constituíam 34%, ou seja, cinco pontos a mais do que a média dos ocupados. No entanto, se observarmos apenas a proporção de mulheres brancas e negras que ganhavam até um salário mínimo, ela era de 31%, dois pontos acima da média para homens e mulheres em geral e três pontos abaixo da taxa dos homens e mulheres negras. Essas comparações sugerem não apenas que as mulheres, em geral, recebem menos do que os homens, mas, também, que há uma hierarquia de rendimento entre homens brancos e negros, assim como entre mulheres brancas e negras, conforme indicam os dados do IPEA (2017).

TABELA 1: POPULAÇÃO RESIDENTE E DOMICÍLIOS 1980 - 2010
CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

	1970	1980	1991	2000	2010
Domicílios	57.816	73.731	95.749	112.095	142.418
População	318.806	348.542	389.109	406.989	463.731

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970/2010

Dos 58.907 mil domicílios permanentes urbanos com mulheres responsáveis pelo domicílio, em 2010, 30.032 domicílios, ou seja, 51% deles eram de responsabilidade de mulheres negras, nos levando a concluir que esses arranjos vêm enfrentando um conjunto de dificuldades no que se refere à sua reprodução social com base no acesso aos direitos fundamentais expressos na Constituição de 1988, considerando os obstáculos no acesso ao mercado de trabalho, a precarização dos direitos e a superexploração do trabalho, formas perversas que combinam produtividade com excessos de esforço físico, longas jornadas e baixíssimas remunerações. Somado a isso, encontramos o adoecimento e o trabalho "não pago" exercido pelas mulheres pobres que, historicamente, conjugam as tarefas relativas à produção e à reprodução social das suas famílias assim como das famílias para as quais trabalham em condições extremamente precárias e de subalternidade como indicam os dados da pesquisa realizada com os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) de Campos (ALMEIDA, 2012).

De acordo com Almeida (2012), o trabalho nas lavouras de cana, em 2010, atingia apenas 4,1% das ocupações apresentadas pelos beneficiários entrevistados; bem atrás das ocupações como pedreiro e ajudante de pedreiro (17,6%), faxineiro (a)/diarista (14%) e servente/auxiliar de serviços gerais (7,5%). Considerando o recorte de gênero, a pesquisa demonstra que 30% das mulheres trabalhavam como faxineira/diarista, seguidas das empregadas domésticas (14%), das manicures (8%) e das catadoras (7%). E mais, que apenas 20% delas tinham carteira assinada, o que significava ter acesso a um melhor rendimento, além das garantias trabalhistas e previdenciárias.

Continuando, as mulheres que deixaram a escola precocemente o fizeram em virtude da gravidez e do casamento e/ou união estável. Chama atenção o fato de que 24% dos responsáveis pelas famílias beneficiadas pelo PBF tinham entre 18 e 29 anos e de que 44% deles já não conviviam com o seu companheiro(a).

No que se refere às mulheres que não estão no mercado de trabalho e nem estão procurando trabalho, a pesquisa de Almeida (2012) revelou que 70% das mulheres adultas beneficiadas pelo PBF não estavam trabalhando. Entre os motivos apresentados, apareceram: porque não encontra trabalho (27,5%); em virtude de problemas de saúde (27,3%); e porque não tem onde deixar os filhos

(12,7%). Em entrevista, essas mulheres denunciaram a falta de apoio das políticas governamentais, confirmando as dificuldades de conciliar as atividades domésticas, o "cuidado" com a casa, com os filhos e com os demais membros da família, como pai e mãe idosos e doentes, com o trabalho. Os conflitos e as tensões cotidianas provocados por esse "modelo" de família e aprofundados pela vulnerabilidade gerada pela desigualdade de renda e de acesso aos direitos sociais vêm adoecendo as mulheres. Segundo esta mesma pesquisa, entre aqueles que responderam que não estão trabalhando em virtude de problemas de saúde, 88% eram mulheres, e a média de idade das mesmas era de apenas 43 anos, isto é, em plena idade produtiva. Os dados acima chamam atenção para um conjunto de desafios que são enfrentados diariamente pelas trabalhadoras, em sua grande parte, negras, com destaque para a ausência e/ou insuficiência das políticas governamentais. Essa (des)responsabilização social do Estado brasileiro tem afetado o cotidiano das famílias, sobrecarregando ainda mais as mulheres pertencentes à classe que vive do trabalho, em especial, as trabalhadoras negras.

Antunes (2005), referindo-se à dupla jornada de trabalho da mulher trabalhadora, dentro e fora de sua casa, afirma que

[...] ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não-diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos, filhas e de si própria. Sem essa esfera da reprodução não-diretamente mercantil as condições de reprodução do sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas. (p.109)

Na periferia do capitalismo, sob a lógica da superexploração⁸, ela se torna uma condição estrutural da valorização. Daí a importância de compreendermos a nova dinâmica do capital, bem como as suas particularidades na periferia do capitalismo no sentido de evitarmos as reflexões miméticas e/ou simplistas sobre as possibilidades "positivas" dos chamados Grandes Investimentos na Região Norte Fluminense, neste trabalho, vistas sob a ótica do trabalho protegido, da garantia dos direitos sociais, da socialização da po-

Considerações finais:

A nova rodada de inserção da Região Norte Fluminense no mercado mundial, pela via de exportação de commodities primárias, prioritariamente, petróleo e minério de ferro⁹ vem promovendo um conjunto de mudanças no espaço regional, que incluem as remoções forçadas e sob violência contra os camponeses no Açú, 5º distrito de São João da Barra, as remoções urbanas, a degradação da atividade pesqueira artesanal, a perda de autonomia dos assentamentos de reforma agrária e de quilombolas, dentre outros, gerando, por sua vez, conflitos e resistências.

Além do complexo de petróleo e gás na Bacia de Campos,

implantado no final dos anos 1970, a Região recebeu, mais recentemente, a partir do final da primeira década de 2000, um conjunto de Grandes Investimentos (GIs), com destaque para os investimentos de logística - o megaporto do Açú, em S. João da Barra, vinculado à exportação de minério e de produtos agroindustriais e ao apoio à exploração de petróleo e gás, pertencente ao um Fundo de Investimento americano, o EIG - e de serviços ao Complexo de E&P e ao Complexo Portuário do Açú, na área urbana - hotéis, centros de armazenagem e distribuição, complexos de atacado e de varejo, como shopping centers - por meio de grandes empresas nacionais

e transnacionais. Esses investimentos são viabilizados, em sua maior parte, por recursos federais, em parcerias com o capital privado, uma vez que se inscrevem na estratégia de inserção subordinada do Brasil na economia internacional (CRUZ, TERRA, ALMEIDA, 2016). De maneira diversa e plural, essa nova dinâmica imposta “por cima” pelos grandes capitais, em especial, pelos fundos de investimentos e de pensão, “os novos agentes” da dinamização do capitalismo mundial, a partir dos anos de 1970, tem capturado o Estado em todos os seus níveis para impor a sua lógica e a partir dela ordenar o espaço intranacional. Essa nova ocupação do espaço regional, de maneira desigual e combinada como já salientavam os autores da tradição marxista, comporta elementos comuns, como a fragmentação, a desagregação das sociabilidades anteriores, em particular dos grupos tradicionais afetados em suas atividades, como os pescadores, assentados, camponeses e quilombolas. Além desses grupos tradicionais, o novo ordenamento territorial da cidade por parte dos empreendimentos imobiliários (grandes incorporadoras e fundos imobiliários) impôs uma agenda de remoções forçadas em nome da proteção ambiental e do combate à vulnerabilidade e ao risco pessoal e social nas últimas duas décadas, provocando uma verdadeira reconfiguração do espaço urbano e no modo de vida de uma parcela da classe que vive do trabalho e se reproduz nas favelas e periferias da cidade (ALMEIDA, 2017).

No que se refere ao mercado de trabalho, Cruz, Terra e Almeida (2016) afirmam que a atividade produtiva, em si, (referindo-se aos grandes investimentos) não foi capaz de alterar a dinâmica municipal, corroborando o argumento de que eles possuem diversas características de enclaves¹⁰ (PIQUET, 2007). As pesquisas indicam que o mercado de trabalho de Macaé, que possuía um terço da população de Campos quando da implantação do Complexo de petróleo e gás e que hoje contabiliza ainda menos da metade, possui duas vezes mais empregos com carteira assinada do que Campos. Cabe ressaltar que esses números compreendem os trabalhadores que se deslocam diariamente, ou sazonalmente, no caso do

trabalho embarcado, nas plataformas *offshore*, entre seus municípios de residência e Macaé (CRUZ, TERRA, ALMEIDA, 2016). No que se refere ao Porto do Açú, o município de Campos, pelo seu porte, localização e infraestrutura de comércio e serviços, vem se reforçando como polo regional, sediando unidades de logística de distribuição de mercadorias e centros de moradia e de consumo sofisticado. O que se percebe é que os investimentos recentes do grande capital estão produzindo três polos regionais (Macaé, Campos e São João da Barra), apontando para uma aglomeração urbano-regional ampla, com características de região metropolitana do interior (CRUZ, TERRA, ALMEIDA, 2016).

Se, por um lado, isso poderia implicar em mais e melhores postos de trabalho, a natureza concentradora desses empreendimentos (de renda, de terra, de poder político e de acesso aos bens materiais e culturais), gerados de “fora” do território e voltados para “fora” desse mesmo território, nos leva a questionar e a duvidar dos seus propósitos de integração da população “no” e “pelo” mercado de trabalho, em particular, dos trabalhadores empobrecidos e daqueles com menor escolaridade pela intermediação de atividades protegidas e melhor remuneradas. Como já observamos, os dados do IBGE (2010) e da pesquisa com os beneficiários do Programa Bolsa Família (ALMEIDA, 2012) destacam a continuidade das condições precárias e desprotegidas para a grande parcela da classe que vive do trabalho, próprias do atual padrão de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996).

Nesse sentido, queremos chamar atenção para o fato de que o processo de apropriação do território pelos grandes capitais nacionais e internacionais se estende, também, às atividades subsidiárias dos GIs, sobrepondo-se aos capitais de médio porte locais tradicionais e “esvaziando” o controle das elites políticas tradicionais. O que necessariamente força uma nova recomposição política na Região a partir desses novos agentes “de fora” e dos seus “projetos”, reacomodando interesses e rearticulando velhos e novos regionalismos (VEINER, 1991). Mas isso é assunto para um novo artigo.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária? In: HIRATA, H.; SEGNINI, L (Orgs.) Organização, trabalho e gênero. São Paulo: SENAC, 2007.

ALMEIDA, E. T. V. A disputa pelo lixo e a resistência dos catadores em contextos de

Segregação socioespacial. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*. Curitiba/PR, v. 6, n. 2, p. 215-233, mai./ago. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>

..... Relatório final projeto de pesquisa Assistência Social: universalização do direito ou assistencialização? - problematizando o significado atual da Assistência Social no enfrentamento da “questão social” no município de Campos dos Goytacazes/RJ - 2009 a 2012. UFF/NETRAD, Campos dos Goytacazes, 2012.

..... RANGEL, E. M. Trabalho e reprodução das famílias de trabalhadores beneficiários do bolsa família em Campos dos Goytacazes/RJ. *Vértices*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. V.16, nº2, set./dez.2014. Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia Editora, pp. 43-70.

ANTUNES. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2006.

..... Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

BENETTI, P. Unificação do mercado de trabalho rural/urbano. In: PIQUET, Rosélia

(org). *Acumulação e pobreza em Campos: uma região em debate*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. pp. 48-67.

BIROLI, F. Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo/SP: Ed. Horizonte, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>>

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo, Xamã, 1996.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. Série Princípios. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CRUZ, TERRA, ALMEIDA. (Des) integração periférica e espaços regionais globalizados SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA RII: *Crisis mundial y financiarización: impactos urbanos y territoriales*. Monterrey/MX, 2016.v.01.

CRUZ, José L. V. Mercado de trabalho e exclusão em Campos/RJ. In: *Boletim Técnico do SENAC*. Vol. 18, nº3, set./dez. Rio de Janeiro: SENAC, 1992.p.159-176.

..... Análise do perfil ocupacional da população de baixa renda de Campos dos Goytacazes/RJ. In: PIQUET, Rosélia (org). *Acumulação e pobreza em Campos: uma região em debate*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. pp. 29-47.

FARIA T.P. Configuração do Espaço Urbano da Cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades velhas estruturas. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA: DO LABIRINTO DA SOLIDÃO AO ESPAÇO DA SOLIDARIEDADE. 5. Anais... São Paulo, p. 78-99, 2005.

IPEA. *Retrato das desigualdades de Gênero, raça e classe no Brasil*. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>>. Acesso em 10/09/2017>

KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
 MARINI, R.M. Dialética da dependência. 1973. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>
 NEVES, Delma. Mudança tecnológica e emprego. In: PIQUET, Rosélia (org). *Acumulação e pobreza em Campos: uma região em debate*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. pp. 86-103.
 REZENDE, Simone Silva. Negros na Mata Atlântica. Territórios quilombolas e a conservação da natureza, 2008. 355p. (Tese de Doutorado em Geografia Física) Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

RIBEIRO, Rafaela M.. O negro e seu mundo: Vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893). 2012. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, CCH, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2012.

VAINER, Carlos B. Regionalismo e projeto nacional: uma reflexão sobre regionalismos velhos e novos. Cadernos IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, ano VII, nº 2, p.21-34, set.1993.

NOTAS

1 - Tratamos como sexismo as atitudes de discriminação em relação às mulheres no mercado de trabalho ou fora dele.

2 - Os maiores patamares encontram-se entre as mulheres negras com ensino médio completo ou incompleto (9 a 11 anos de estudo). Nesse grupo, a taxa de desocupação em 2015 foi de 17,4%. (IPEA. Retrato das desigualdades de Gênero, raça e classe no Brasil. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em:<<http://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>. Acesso em 10/09/2017>

3 - Embora reconheçamos que nem todas as escolas atuam da mesma forma e de que são inúmeras e distintas as pedagogias, oscilando entre aquelas que emancipam e aquelas que subalternizam e reproduzem as violências simbólicas. Entretanto, ainda que nem todas realizem a tarefa de construir um cidadão crítico e capaz de desconstruir e de desconfiar dos mitos da colonização, do patriarcado, do sexismo e de tantas outras ideologias que nos distinguem e subalternizam, defendemos o acesso universal à educação, em todos os níveis, como um direito social fundamental e como elemento de socialização necessário na construção de um projeto societário radicalmente democrático e de direitos.

4 - Os colonos tinham acesso a uma área de terra preparada e às mudas de cana cedidas pelos proprietários ou arrendatários. Ao final, cada parte se apropriava de metade da cana produzida. Já os moradores residiam nas propriedades, trabalhavam diariamente e recebiam uma área para o cultivo de subsistência. Além disso, eles tinham acesso a leite, lenha e podiam criar um ou dois animais no pasto do patrão, o que compensava os baixíssimos salários e a ausência de direitos trabalhistas, como férias e 13º. Os alugados eram demandados na época de pico como tarefairos, geralmente, no plantio, corte e embarque da cana.

5 - Faz-se necessário ressaltar o papel da escravidão na manutenção da grande extensão territorial do Brasil, tanto no período da Colônia quanto nos pós-1822. Não foi por acaso que a Lei de Terras, de 1850, foi instituída logo após a proibição do tráfico de escravos. Essa legislação elevou o preço da terra, exigindo também

o pagamento à vista e em dinheiro no ato da compra. Nas palavras de Santos (2015), "Para manter o latifúndio e dinamizar o caráter capitalista da propriedade foi preciso conter o acesso à terra da grande maioria da população, composta de negros e negras recém-saídos da escravização por meio de inúmeras formas". (SANTOS, R. E.O marxismo e a questão racial no Brasil: reflexões introdutórias. Lutas sociais, São Paulo, vol. 19, nº34, jan./jun. 2015, p. 107)

Folha de São Paulo. Jessé de Souza Ilustríssima p. 3, domingo, 24 de setembro de 2017. A marca da escravidão - uma outra forma de interpretar o Brasil.

6 - Ver ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. Ed. Brasiliense, 1985; SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. Paz e Terra, 1988 e SARTI, Cynthia A. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. Cortez, 1996.

7 - Ver PESSANHA, R. M. Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense - Boletim Técnico n.º 5: "Favelas/comunidades de baixa renda no município de Campos dos Goytacazes". ago. 2001.

8 - Para Marini, a superexploração do trabalho se faz por meio da redução dos salários/remuneração do trabalhador, restringindo sua reprodução e a de sua família aos mínimos de sobrevivência, portanto, abaixo dos "padrões normais" socialmente vigentes em cada sociedade (MARINI, R.M. Dialética da dependência. 1973. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>

9 - Ver: CRUZ, TERRA, ALMEIDA. (Des) integração periférica e espaços regionais globalizados. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA RII: Crisis mundial y financierización: impactos urbanos y territoriales. Monterrey/MX, 2016.v.01.

PIQUET, R. (2007) Indústria do petróleo e dinâmica regional: reflexões teórico-metodológicas. In:

10 - PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo (Orgs). Petróleo e Região no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond. p.15-33.

MBA em Gestão de Pessoas: Estratégias e Resultados



UNIVERSIDADE
CANDIDO MENDES

Maiores informações e pré-inscrição:
 (22) 2726-2405 / (22) 2726-2400
posgraduacao@ucam-campos.br
www.ucam-campos.br

Sobre mineração, sustentabilidade e alquimia: algumas reflexões sobre os paradoxos da *mineração sustentável*

ON MINING, SUSTAINABILITY AND ALCHEMY: SOME REFLECTIONS ABOUT THE PARADOXES OF SUSTAINABLE MINING

Resumo:

A noção de *desenvolvimento sustentável* (DS), longe de ser unívoca e ter um significado consensual, alude a campos conceituais e políticos diversos que recobrem representações múltiplas, as quais variam segundo os atores, as estratégias e as perspectivas em jogo. No início dos anos 2000, um conjunto de empresas transnacionais, que atua no setor de mineração, incorpora – sem aparente paradoxo – o *desenvolvimento sustentável* como um “marco de referência útil para guiar o setor mineral”. Argumentamos, neste artigo, que a paradoxal junção da mineração em grande escala com o DS é possível graças a um deslocamento discursivo e simbólico, que chamaremos de *alquimia narrativa*, dos princípios ecológicos contidos na noção de DS, de forma a apagar a responsabilidade das empresas perante a insustentabilidade inerente à atividade extrativa mineral. Tal afirmação baseia-se na análise de “iniciativas” sociais e ambientais publicizadas nas páginas institucionais na internet por algumas das principais empresas de mineração atuantes no estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; mineração, responsabilidade social

Abstract:

The notion of *sustainable development* (SD), far from being univocal and having a consensual meaning, alludes to diverse conceptual and political social fields that cover multiple representations, and varies according to actors, strategies and perspectives. In the early 2000s, a set of transnational companies operating in the mining sector incorporated – without apparent paradox – the sustainable development discourse as a “useful benchmark to guide the mineral sector”. In this paper, we argue that the paradoxical junction of large-scale mining with SD is possible due to a discursive and symbolic displacement, which we will call a *narrative alchemy*, of the ecological principles contained in the notion of SD, in order to erase corporate responsibility related to the inherent unsustainability of mineral extractive activity. This statement is based on the analysis of social and environmental “initiatives” published on the institutional websites of some of the leading mining companies operating in the state of Rio de Janeiro.

Keywords: sustainable development, mining, corporate social responsibility, Rio de Janeiro.

Gabriela Scotto

Formação acadêmica: Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social / Museu Nacional / UFRJ

Filiação institucional: Professora Adjunta de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais (COC/UFF). Docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP/UFF) - Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR/UFF), Campos dos Goytacazes, RJ
E-mail: gabriela.scotto@gmail.com

Introdução

No início da década de 2000, um conjunto de grandes empresas transnacionais que atua no setor de mineração, reunidas no Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM, na sigla em inglês), incorpora o *Desenvolvimento Sustentável* (DS) como um “marco de referência útil para guiar o setor mineral” (IIED e WBCSD, 2002, p.1).¹ Não deixa de surpreender que um setor econômico baseado na exploração de um recurso natural finito, como o minério, e que frequentemente é acusado pela “insustentabilidade” ambiental e social das suas práticas, adote para si – sem aparente paradoxo – o DS como marco público, norteador das suas práticas. Como é possível esperar que empresas, tais como, a Vale, a Anglo American ou a Rio Tinto contribuam diretamente, conforme se declara no *Atlas: Mapeando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Mineração* (MME e PNUD, 2017), para o desenvolvimento sustentável do planeta? Como interpretar as palavras do secretário de Geologia, Mineração e Transformação do Ministério de Minas e Energia brasileiro, Vicente Lôbo Cruz, quando declara:

Entendemos que a mineração pode contribuir diretamente com o desenvolvimento sustentável, e é preciso que tenhamos muita responsabilidade, com envolvimento dos diversos setores da

sociedade envolvidos nas operações e com políticas claras de gestão. Por isso, a política mineral brasileira deve ser pautada na sustentabilidade.

(PNUD-Imprensa, 23 de agosto de 2017)

Argumentamos, neste artigo, que a paradoxal junção da mineração em grande escala com o DS é possível graças a um deslocamento discursivo e simbólico dos princípios ecológicos contidos na noção de DS, de forma a apagar a responsabilidade das empresas perante a insustentabilidade inerente a toda atividade extrativa mineral. O DS, como “marco orientador” das empresas globais de megamineração, não mais diz respeito à garantia de um mundo com minérios para as gerações futuras, mas aponta para um conjunto de ações e práticas sociais e ambientais externas à atividade fim das empresas.

Em artigo anterior (SCOTTO, 2016), apresentamos uma reconstrução histórica do processo de consolidação, em termos globais, do *DS e da Mineração Responsável* como um modelo de ação para as grandes empresas transnacionais do setor mineral. Esse modelo de ação recomenda a implementação (tanto em termos globais como, fundamentalmente, locais) de uma variedade de “políticas e programas que abordem aspectos da

agenda do desenvolvimento sustentável" como meio para pôr a agenda em prática (IIED e WBCSD, 2002, p.156). Pautadas na agenda global do DS, as empresas mineradoras produzem fortíssimas intervenções locais na cultura e na vida cotidiana das "comunidades" onde estão presentes. Assim, tanto no Brasil como em outros países onde há atividades de mineração, não é difícil observar a presença, atuante e visível, das grandes empresas mineradoras na vida cotidiana das populações locais ("comunidades") onde atuam, "promovendo o desenvolvimento sustentável" por meio de programas de capacitação, do apoio a projetos sociais e projetos de educação ambiental, de patrocínios culturais, de estágios para jovens, de parcerias com as prefeituras, ONGs e Universidades, etc.

A fim de avançar nessa direção, este artigo se propõe a discutir o que denominarei aqui como *alquimia narrativa* do DS no campo da mineração. Para isso, se analisam alguns exemplos das "iniciativas" e projetos sociais e ambientais publicizados nas páginas institucionais na internet - sob os ró-

tulos DS e/ou "sustentabilidade" - por algumas das principais empresas de mineração atuantes no estado do Rio de Janeiro (RJ). Com o uso da metáfora, *alquimia narrativa*, pretende-se apontar para os processos e dispositivos comunicacionais, simbólicos e discursivos mediante os quais se aproximam aspectos antagônicos e conflitantes, tais como, os impactos ambientais e sociais inerentes ao extrativismo mineral, e os pressupostos ecológicos e ambientais contidos na noção de *desenvolvimento sustentável*. Após essa transformação "mágica", as ações "ambientais" das empresas de mineração nada têm a ver com a finitude dos recursos naturais nem com os danos ambientais decorrentes da atividade mineradora. As preocupações das mineradoras com o "cuidado da natureza", com a "sustentabilidade do planeta" e com as gerações futuras se traduzem em ações de conservação e preservação da natureza, atividades de educação ambiental, e projetos sociais que não têm relação direta com a (in)sustentabilidade da mineração.

Desenvolvimento sustentável: um delicado equilíbrio entre economia e ecologia, entre presente e futuro

A noção de DS, longe de ser unívoca e ter um significado consensuado, alude a campos conceituais e políticos diversos que recobrem representações múltiplas, as quais variam dependendo dos atores, das estratégias e das perspectivas em jogo. Como já analisamos em outra ocasião (SCOTTO et al, 2007), no seu início, a definição de DS da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que se torna célebre nos anos 1990, é a de um "desenvolvimento que é capaz de garantir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também às suas". Na sua definição original, o DS leva em consideração a relação entre economia e ecologia. Isso significa que qualquer atividade industrial baseada na exploração de recursos naturais não renováveis será, como consequência, "insustentável". A *finitude* do bem natural explorado põe em risco sua existência no *futuro* e, por conseguinte, a capacidade das gerações vindouras para atenderem às suas "necessidades". Sendo assim, como já foi mencionado, não há como não observar o paradoxo que significa definir como sustentável uma atividade como a mineração, baseada na extração de bens da natureza limitados e não renováveis.

Contudo, no caso da sua apropriação discursiva por grandes empresas de mineração, principalmente as de atuação global, o DS é concebido de forma um tanto imprecisa e genérica como "um marco de referência útil para guiar o setor mineral". Marco referencial que, como é possível observar na citação abaixo, articula discursivamente a atividade econômica da mineração (baseada na exploração de recursos naturais não renováveis), a preservação ambiental, as preocupações sociais (sob a forma de "responsabilidade social") e os chamados "sistemas de governança":

Um dos maiores desafios hoje é integrar a atividade econômica com a integridade ambiental, com preocupações sociais e com sistemas de governança efetivos. O objetivo dessa integração pode ser chamado de "desenvolvimento sustentável".

No contexto do setor mineral, o objetivo deveria ser maximizar a

contribuição para o bem-estar da geração atual, de forma a garantir uma distribuição equitativa dos custos e benefícios, sem reduzir o potencial para que as gerações futuras possam satisfazer suas necessidades. (IIED e WBCSD, 2002, p.4)

Concordo com Whitmore (2006) quando afirma que a "retórica da mineração sustentável" é uma velha roupagem para velhas práticas, mas que, no entanto, chegou para ficar (op.cit., p.309). Sendo assim, cabe se perguntar por que *alquimia* foi possível ocultar a dimensão ecológica inerente ao conceito de DS, de forma que a contradição embutida na proposta de uma *mineração sustentável* se apague ou, no mínimo, fique encoberta. E mais ainda, como é possível que as empresas de mineração consigam "vender" tanto aos seus acionistas, como na bolsa de valores, uma imagem de serem peças fundamentais para o desenvolvimento sustentável, local e planetário?

No seu artigo Sustainable Mining, o antropólogo Stuart Kirsch parte de uma interrogação similar à minha (KIRSCH, 2009). Para ele, esse processo foi facilitado pela mudança de uma noção de sustentabilidade "forte" em uma "fraca":

The two competing notions of sustainability differ with respect to the relationship between natural capital and human or manufactured capital. Weak sustainability refers to the argument that natural capital and manufactured capital are interchangeable, and that sustainability is achieved when the total value of capital remains constant or increases.

According to this formula, a mine that pollute a river and causes extensive deforestation may be considered sustainable if the profits from the project are successfully converted into manufactured capital with an economic value that equals or exceeds the value of what has been consumed or destroyed in the process. From this perspective, a mine is considered sustainable as long as the "total stock" of capital remains the same or increase.

In contrast, the definition of strong sustainability acknowledges the interdependence of human economies and the environment without treating them as interchangeable.

(...) Strategic deployment of the term sustainability provides symbolic capital for a mining company whose practices are anything but environmentally sustainable. (KIRSCH, op.cit. p.91)

Coincido com a análise proposta por Kirsch, na medida em que ela nos permite entender postulados tais como explicados no trecho a seguir:

O processo do *Mining, Minerals and Sustainable Development* (MMSD) procurou criar uma imagem da aparência do setor mineral como se ele se propusesse maximizar sua contribuição com o desenvolvimento sustentável. De acordo com essa visão do futuro, a indústria mineral está integrada por toda a cadeia de valor e proporciona serviços minerais em lugar de produtos primários. (IIED e WBCSD, 2002, p.13 - sublinhado meu).²

Ou ainda neste outro:

Este Programa [MMSD] no se pregunta por la sustentabilidad de la industria, sino por cómo la industria puede contribuir al desarrollo sustentable de regiones y países mineros.

(IIED. Abriendo Brechas - América del Sur, 2002).

Podemos afirmar que a apropriação do conceito DS por parte das grandes empresas de mineração integrantes do ICMM se faz esvaziando os aspectos ambientais da sustentabilidade; ocultando a insustentabilidade de processos produtivos baseados na exploração de recursos naturais não renováveis ("produtos primários"); e deslocando o foco para a oferta de "serviços ambientais", em que se inclui um amplo conjunto de práticas (econômicas, sociais, culturais e ambientais) definidas como "sustentáveis".

Mas não apenas. Paralelamente ao esvaziamento ecológico da sustentabilidade, o DS, na perspectiva da megamineração, se estrutura como um campo que incorpora agentes sociais, práticas e dispositivos culturais, externos à própria atividade mineradora, tais como: "projetos sociais", "educação ambiental", "programas de reflorestamento de mudas", "parcerias" com prefeituras e ONGs, entre outros. Iniciativas todas que, na perspectiva das próprias empresas, ocorrem graças às contribuições da indústria da mineração para a sociedade e para o planeta.

O DS e a "responsabilidade social e ambiental" (RSE) das empresas de mineração atuantes no Rio de Janeiro

Sem pretensão de ser exaustiva, a seguir, se apresentam alguns exemplos extraídos das páginas institucionais na internet das principais empresas de mineração presentes no estado do Rio de Janeiro (RJ): Vale, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Usiminas; Ferrous Resources Brasil; Anglo American; e a estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

Mediante suas páginas na internet, todas elas divulgam informações sobre suas operações no Brasil e no mundo; compartilham, também, uma apresentação dos seus "valores", assim como da "missão" da empresa. Nunca falta um setor de Notícias (ou "Sala de Imprensa"), periodicamente atualizado com *releases* divulgando as atividades da empresa;³ e o que nos interessa neste artigo: todas contam com uma seção (cujo nome varia, dependendo do caso: Desenvolvimento Sustentável, ou Sustentabilidades; ou Iniciativas...) destinada a apresentar as iniciativas e as ações sociais e ambientais da empresa: seu trabalho de "preservação do meio ambiente", de "educação ambiental", de "desenvolvimento local junto às comunidades", etc. Para o efeito deste trabalho, interessa destacar que as ações e as atividades que se publicizam nessa última sessão são diversas e heterogêneas, abarcando áreas diferenciadas (saúde, educação, meio ambiente, patrimônio, cultura, etc.). No entanto, observa-se que por trás dessa aparente heterogeneidade existem aspectos muito similares, que nos permitem afirmar que estamos frente a um campo discursivo e comunicacional extremamente homogêneo, no qual o *desenvolvimento sustentável* e/ou a *sustentabilidade* são conceitos sempre presentes, acionados para incluir, apresentar e divulgar as chamadas "práticas ou ações sociais e ambientais" da empresa.

Não cabem dúvidas de que as práticas sociais e ambientais das empresas de mineração no RJ, tais como recortadas e apresentadas nas suas páginas institucionais, podem ser lidas como a busca por uma "ética empresarial" (cf. BRONZ, 2011) que, para agregar valor, evoca o princípio jurídico de responsabilidade ante terceiros - compromisso de não dano

- ao mesmo tempo que postula a "natureza filantrópica" do empresariado sensível às necessidades e desejos da sociedade e das comunidades onde se apresentam as atividades da empresa. É neste contexto que devem ser situadas, por exemplo, as palavras da empresa Vale quando, no corrente ano de 2017, apresenta sua "Missão" com as seguintes palavras: "Transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável". Ao que acrescenta sua "Visão" ("Ser a empresa de recursos naturais global número um em criação de valor de longo prazo, com excelência, paixão pelas pessoas e pelo planeta"); e seus "Valores" (1- A vida em primeiro lugar; 2- Valorizar quem faz a nossa empresa; 3- Cuidar do nosso planeta; 4- Agir de forma correta; 5- Crescer e evoluir juntos; e 6- Fazer acontecer) (VALE, 2017).

No caso brasileiro, embora não exclusivamente, o campo do DS e da *mineração sustentável* se articula com a chamada *Responsabilidade Social Empresarial* (RSE). A RSE também surge (assim como o DS) como um conceito global que, neste caso, combina a chamada "filantropia empresarial" com uma ideia, mais geral, sobre a responsabilidade das empresas em relação ao impacto social e ambiental que geram suas atividades. Este outro modelo de ação empresarial, que surgiu em 1999 durante o Fórum Econômico de Davos, tem sido proposto por e para as grandes empresas que operam em contextos de grande diversidade, de forte competição internacional e, principalmente, de crescente exposição à opinião pública. Em uma economia cada vez mais globalizada, as empresas passam a buscar um diferencial para alcançar novos mercados nos países industrializados; mercados que, na visão de Haroldo Mattos de Lemos, estão compostos por "consumidores mais exigentes em relação às questões da sustentabilidade global". Essa demanda levou, dentre outros, ao desenvolvimento de *indicadores de sustentabilidade* e ao lançamento, em 1994, na Bolsa de Nova Iorque, do índice Dow Jones de Sustentabilidade - *Down Jones Sustainability Index* - DJSI; (LEMOS, 2013, p.119-20).

Na mesma direção do que venho argumentando, a antropóloga Déborah Bronz demonstra na sua tese de doutoramento como as preocupações ambientais e sociais - hoje consideradas requisitos para os financiamentos dos bancos nacionais e multilaterais de desenvolvimento, e para a valorização do capital das empresas nos mercados de ações - se traduziram nos "pressupostos morais da nova ética empresarial da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável" (BRONZ, 2011, p.46).

Para concluir este item, interessa transcrever as palavras de Cappellin e Giuliani (2006) sobre as práticas ambientais das empresas no Brasil, na medida em que elas se aplicam perfeitamente ao setor de mineração que venho

descrevendo:

Os empresários brasileiros têm uma interpretação peculiar sobre o conceito de sustentabilidade: o que deve ser sustentável é o desenvolvimento econômico das empresas - para tanto, o tratamento correto das questões ecológicas pode contribuir seja para o aumento da produtividade, seja para melhorar a imagem pública da firma. Dentro dessa ótica, a decisão final acerca da qualidade ou intensidade do compromisso ecológico da empresa depende da sua situação de mercado. Na opinião dos empresários brasileiros, a preservação do meio ambiente só é sustentável se houver lucro econômico. Em outras palavras, uma prática ambiental que não se sustente economicamente, não é uma prática sustentável. (CAPELLIN E GIULIANI, 2006, p.62)

Considerações finais

Acredito que a mineração em grande escala pode vir a ser *responsável*, mas nunca será *sustentável*, e isto - como pretendi argumentar ao longo deste trabalho - porque na essência do conceito de DS que proponho resgatar se encontra como dimensão central (e ética) a *finitude da natureza*. Quando as empresas de mineração falam em meio ambiente e cuidado da natureza é para se referirem a um âmbito de práticas

e ações que nada têm a ver com a atividade da mineração na sua dimensão extrativista. O campo do DS das empresas mineradoras é o dos projetos de educação ambiental, do reflorestamento, da criação de tartarugas; da edição de guias de turismo ecológico, etc. Sobre os minérios que extraem e a água que se consome, nada... O processo alquímico se completou.

REFERÊNCIAS

- BRONZ, Deborah. Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental. 2011. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- CAPELLIN, Paola GIULIANI, Gian Mario. A economia política da responsabilidade empresarial no Brasil: as dimensões social e ambiental. UNRISD / Tecnologia, Empresas e Sociedade, Estudo número 14. 2006.
- IIED e WBCSD. Abrindo Novos Caminhos: Minerais e Desenvolvimento Sustentável - Sumário Executivo. Stevenhage: Earthprint. 2002.
- IIED. International Institute for Environment and Development (IIED), Proyecto "Abriendo brechas. Minería, Minerales y Desarrollo Sustentable (MMSD)". 2002.
- KIRSCH, Stuart. "Sustainable Mining". *Dialect Anthropol* (2010) 34. University of Michigan. 2009. pp.87-93.
- LEMOS, Haroldo Mattos de. Responsabilidade Socioambiental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- MME- Ministério de Minas e Energia o PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas: Mapeando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Mineração. Agosto de 2017. Disponível em: [http://www.br.undp.org/content/](http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/atlas--mapeando-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-na-m.html)

[brazil/pt/home/library/ods/atlas--mapeando-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-na-m.html](http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/atlas--mapeando-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-na-m.html).

PNUD - Imprensa. Ministério de Minas e Energia e PNUD lançam relatório "Atlas: Mapeando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Mineração. 23/ ago/2017. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2017/08/23/minist-rio-de-minas-e-energia-e-pnud-lan-am-relat-rio-atlas-mapeando-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustent-vel-na-minera-o-.html>.

SCOTTO, Gabriela. "Discursos globais e produção social do local: o desenvolvimento sustentável e a mineração responsável como prática discursiva e modelo para a ação empresarial". In: LOPES, José R. et.al. (orgs.). Políticas culturais e ambientais no Brasil: da normatividade às agências coletivas. Porto Alegre: CirKula, 2016. pp.125-146.

SCOTTO, Gabriela, CARVALHO, Isabel C. de Moura, e GUIMARÃES, Leandro B. Desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes. 2007.

VALE. Sobre a Vale, Missão. Disponível em <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/mission/Paginas/default.aspx>. Acesso em 5 de novembro de 2017.

WHITMORE, Andy. The emperor's new clothes: sustainable mining? *Journal of Cleaner Production*, v. 14, 2006. pp. 309-314.

NOTAS

1 - O ICMM está sediado em Londres, Inglaterra, e, na atualidade, reúne aproximadamente 20 das maiores empresas de mineração do mundo. Seu objetivo, conforme apresentado na página da web do próprio Conselho, é "aprimorar as formas como atuam as companhias do setor. Para isso, o ICMM desenvolve "parcerias" com diversas instituições, como organizações não governamentais (ONGs), organismos internacionais e academia, dentre outras. Por meio dessas parcerias, o ICMM atua em várias questões, como a mudança climática, a saúde e a segurança de comunidades, o impacto da mineração na biodiversidade, os direitos dos povos indígenas e, também, os reflexos na indústria e as consequências futuras do surgimento de novos agentes globais. A proposta é estimular as mineradoras a apreender como é possível compartilhar práticas positivas" (<http://www.icmm.com/portuguese>)

2 - Algumas das maiores empresas transnacionais mineradoras encomendaram ao Instituto Internacional para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (IIED) o

Projeto Mineração, Minerais e Desenvolvimento Sustentável (Projeto MMSD, na sua sigla em inglês) com o objetivo de "entender como a exploração mineral e o setor de mineração podem contribuir com a transição global ao desenvolvimento sustentável". Essa iniciativa em âmbito mundial teve - na parte correspondente às Américas- o estudo individualizado de alguns países da região, dentre eles o Brasil. A versão brasileira do Projeto MMSD foi coordenada e executada pelo Centro de Tecnologia Mineral (CETEM). Os resultados finais do Projeto MMSD foram apresentados em um relatório cujo nome em português é "Abrindo Novos Caminhos. Mineração, Minerais e Desenvolvimento Sustentável", lançado publicamente durante a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, em 2002, em Johannesburgo (IIED e WBCSD, 2002).

3 - É muito interessante observar como a maioria dos meios de divulgação, ao falar sobre as atividades de uma empresa, reproduz textualmente a informação e os dados produzidos pelo setor de comunicação da empresa e divulgados através desses *releases*. Isso causa uma homogeneização quase absoluta sobre a imagem que a empresa divulga de si.

Editores

Rodrigo Machado Vilani
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
José Luis Vianna da Cruz
Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes

Conselho Editorial

Angela Moulin Simões Penalva Santos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Christian Luiz da Silva
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR
Denise Cunha Tavares Terra
Universidade Estadual do Norte-Fluminense - UENF
Edna Maria Ramos de Castro
Universidade Federal do Pará - UFPA
Frédéric Jean Marie Monié
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Helder Queiroz Pinto Junior
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Isa de Oliveira Rocha
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Jeroen Johannes Klink
Universidade Federal do ABC - UFABC
João Figueira de Sousa
Universidade Nova de Lisboa - UNL
João José de Assis Rangel
Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes
José Gutman
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
Lia Valls
Fundação Getúlio Vargas - FGV
Luciano Dias Losekann
Universidade Federal Fluminense - UFF
Maria Amélia Rodrigues da Silva Enriquez
Universidade Federal do Pará - UFPA
Marília Steinberger
Universidade de Brasília - UnB
Paulo Gusmão
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Rodrigo Anido Lira
Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes
Rodrigo Valente Serra
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ
Rosana Baeninger
Universidade Estadual de Campinas - Unicamp
Rosélia Piquet
Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes
Silvia Gorenstein
Universidad Nacional del Sur - Argentina
Suzana Quinet de Andrade Bastos
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF
Vera Lucia Alves França
Universidade Federal de Sergipe - UFS
Virginia Elisabeta Etges
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC
Yann Fournis
Université du Québec à Rimouski - UQAR
Yves Fauré
Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne

Revisora Gramatical

Maria Marta Garcia de Assis Rangel
Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes
Editoração/ Diagramação
Briefing Marketing
Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes
Bolsista de Iniciação Científica
Paulo Rossi Croce
Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes

Escopo

O Boletim Petróleo, Royalties e Região, vinculado ao Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes (UCAM - Campos dos Goytacazes), é fruto da preocupação com a difusão de dados e informações técnicas para o debate sobre a distribuição dos royalties na região petrolífera do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, se configura como um veículo de publicação de natureza acadêmica e técnica,

primando pela qualidade de seus artigos e sua periodicidade desde setembro de 2003. O Boletim tem por foco editorial pesquisas originais, teóricas ou empíricas, voltadas para planejamento regional e urbano, petróleo e outros minerais, royalties e outras participações governamentais, economia regional, políticas públicas e áreas afins, dentro de uma visão multidisciplinar das temáticas relacionadas ao seu escopo.

Periodicidade

O Boletim é publicado trimestralmente de forma regular e ininterrupta em versão exclusivamente eletrônica.

Diretrizes para os autores

Os textos recebidos são apreciados inicialmente pelo editor-chefe, que encaminhará para avaliação por membros do Conselho Editorial e, eventualmente, por pareceristas ad hoc. As normas de apresentação do texto para o envio do artigo são:

- O arquivo deve ser enviado em formato 'DOC' ou 'DOCX'.
- A primeira página deve apresentar: a) título do trabalho; b) autoria: nome completo do(s) autor(es), formação acadêmica, filiação institucional, e-mail, telefone e endereço para correspondência.
- A segunda página deve conter: a) título em português e inglês; b) resumo em português e abstract em inglês, contendo entre 100 e 150 palavras, com indicação de 3 a 5 palavras-chave.
- Os artigos devem ter entre 11 mil e 15 mil caracteres com espaços (incluindo notas e referências bibliográficas).
- Formatação: tamanho do papel: A4 (21 x 29,7 cm); margens superior e esquerda: 3 cm; inferior e direita: 2 cm; Fonte: Times New Roman, corpo 12; Espaçamentos: 1,5 entre linhas.
- As referências bibliográficas devem estar de acordo com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- As notas, quando houver, devem ser colocadas ao final do texto (Nota de fim).
- Ilustrações e tabelas devem ser enviadas em arquivos separados.
- Ilustrações devem ser enviadas em JPG, com resolução mínima de 96 dpi.
- O encaminhamento dos textos para o Boletim implica a autorização para publicação e aceitação de eventuais edições necessárias para adequação ao formato do Boletim e ao seu padrão editorial.

Author Guidelines

The articles submitted are accepted for consideration firstly by the Editor in chief, who refers them to be evaluated by members of the editorial board, and, eventually, by ad hoc referees.

The formatting rules to send the article are the following:

- The file must be sent in 'DOC' or 'DOCX' format.
- The first page must present: a) title of the work; b) authorship: full name of the author(s), academic degree, institutional affiliation, e-mail address, telephone number, and full postal address.
- The second page must contain: a) title in English; b) abstracts in English, comprising 100 to 150 words and also 3 to 5 keywords.
- The articles should be in the regions of 11,000 to 15,000 characters with spaces (including notes and bibliographic Referências).
- Formatting: paper size: A4 (21.0 cm by 29.7cm); top left margin: 3.0 cm; bottom right margin: 2.0 cm; font: Times New Roman, 12 - point font size; spacing: 1.5 cm between lines.
- Bibliographic Referências must be in accordance with the standards established by the Brazilian Association of Technical Standards (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT-NBR 6023).

Instrucciones para los Autores

Los textos recibidos son evaluados inicialmente por el editor en jefe, que los encaminará para valoración por los miembros del Comité Editorial y, eventualmente, por árbitros ad hoc. Las normas de presentación del texto para envío del artículo son las que se siguen:

- Los archivos se deben enviar en formato 'DOC' o 'DOCX'.
- La primera página debe presentar: a) título del trabajo; b) autoría: nombre completo del autor, formación académica, afiliación institucional, correo electrónico, teléfono y dirección para correspondencia.
- La segunda página debe incluir: a) título en Español e Inglés; b) resumen en Español y abstract en Inglés entre 100 (cien) y 150 (ciento cincuenta) palabras, incluyéndose entre 3 (tres) y 5 (cinco) palabras claves.
- Los artículos deben tener como mínimo 11 mil y como máximo 15 mil caracteres con espacios (incluyendo notas y referencias bibliográficas).
- Formateo: hoja tamaño A4 (21,0 x 29,7cm); márgenes superior e izquierdo: 3cm; inferior y derecho 2cm; Times New Roman 12; interlineado 1,5.
- Referencias bibliográficas deben ser presentadas de acuerdo a las normas establecidas por la Asociación Brasileña de Normas Técnicas - ABNT-NBR 6023 (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Os artigos devem ser enviados exclusivamente para o e-mail:

boletim@ucam-campos.br